

J&F INVESTIMENTOS S. A.

**Relatório do auditor Independente
Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2017**



Investimentos

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

31 de dezembro de 2017



Índice

Pág.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	4
Balancos patrimoniais - Ativo	10
Balancos patrimoniais - Passivo e Patrimônio Líquido	11
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016	12
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016	14
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016	15
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016	17
Nota 1 - Contexto operacional	18
Nota 2 - Acordo de colaboração premiada, acordo de leniência e seus impactos nas demonstrações contábeis	25
Nota 3 - Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis	28
Nota 4 - Combinações de negócios	39
Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa	41
Nota 6 - Contas a receber de clientes	41
Nota 7 - Estoques	41
Nota 8 - Ativos biológicos	42
Nota 9 - Impostos a recuperar	44
Nota 10 - Ativos disponíveis para venda	44
Nota 11 - Títulos a receber	47
Nota 12 - Transações com partes relacionadas	48
Nota 13 - Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures"	49
Nota 14 - Imobilizado	51
Nota 15 - Intangível	52
Nota 16 - Ágio	53
Nota 17 - Fornecedores	57
Nota 18 - Empréstimos e financiamentos	57
Nota 19 - Arrendamento financeiro e operacional	60
Nota 20 - Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	62
Nota 21 - Dividendos e juros sobre capital próprio	63
Nota 22 - Compromissos com terceiros para investimentos	64
Nota 23 - Imposto de renda e contribuição social	64
Nota 24 - Provisão para riscos processuais	67
Nota 25 - Patrimônio líquido	72
Nota 26 - Receita líquida	73
Nota 27 - Resultado financeiro líquido	73
Nota 28 - Resultado por ação	74
Nota 29 - Segmentos operacionais	74
Nota 30 - Despesas por natureza	76
Nota 31 - Outras receitas (despesas)	76
Nota 32 - Cobertura de seguros	76
Nota 33 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos	76
Nota 34 - Aprovação das demonstrações contábeis	91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
J & F Investimentos S.A.
São Paulo - SP

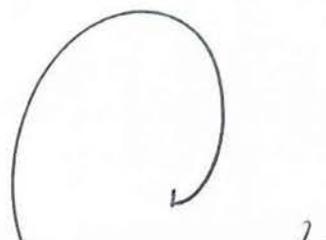
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da J&F Investimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individual e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da J&F Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Rubricado para
fins de identificação
Approach
Auditores Independentes

10 de junho de 2021
J & F Investimentos S.A.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3.1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em decorrência da adequação de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que descreve a reapresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da Companhia, em virtude de correção de erros e revisão de certas práticas contábeis relacionadas aos assuntos descritos na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação em virtude desse assunto.

Acordos de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e Investigação Independente

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2 e 24, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, durante o exercício de 2017, determinados executivos e ex-executivos do Grupo J&F Investimentos S.A. (“J&F”) celebraram Acordos de Colaboração Premiada (“Colaboração”) com a Procuradoria Geral da República. Posteriormente a J&F celebrou Acordo de Leniência (“Acordo”) homologado pelo Ministério Público Federal (“MPF”). Desta forma, com o objetivo de resguardar-se dos impactos financeiros que são integralmente assumidos pela J&F, a Companhia e suas controladas aderiram ao “Acordo”, iniciando-se uma investigação interna em exercícios anteriores, liderada pelo Comitê de Supervisão Independente (“Comitê” ou “CSI”) contando com profissionais especializados, externos e independentes, objetivando investigar os fatos relacionados à Companhia no Brasil e no exterior com relação aos acordos de colaboração premiada, leniência e demais processos em curso no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em setembro de 2020, com base nos resultados apresentados pelos profissionais especializados sobre os diversos documentos apresentados e diante dos relatórios disponibilizados ao MPF, a Administração da Companhia considerou que todos os eventos relatados formam mensurados e devidamente reconhecidos e divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e que, portanto, não há outros eventos que já não tenham sido reconhecidos, ou divulgados ou que possam impactar as demonstrações contábeis até o momento.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da

Rubricado para
fins de identificação

Approach
Audidores Independentes

10 de junho de 2021

J & F Investimentos S.A.

administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC-09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto “não cumprimento de cláusulas contratuais” e pelos possíveis efeitos do assunto “serviços prestados por consultores externos” descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram o Relatório de Auditoria em 12/05/2017 com as seguintes ressalvas:

Outras informações que acompanham as demonstrações individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo

Rubricado para fins de identificação
Approach
Auditores Independentes

10 de junho de 2021

J & F Investimentos S.A.

International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

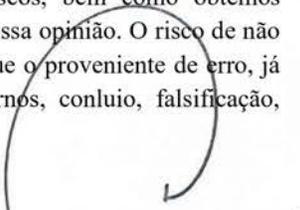
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

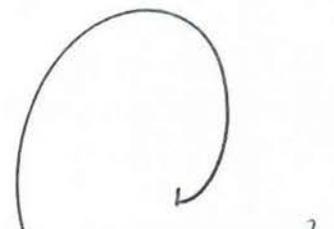


Rubricado para
fins de identificação
Approach
Audidores Independentes

10 de junho de 2021

J & F Investimentos S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Rubricado para
fins de identificação

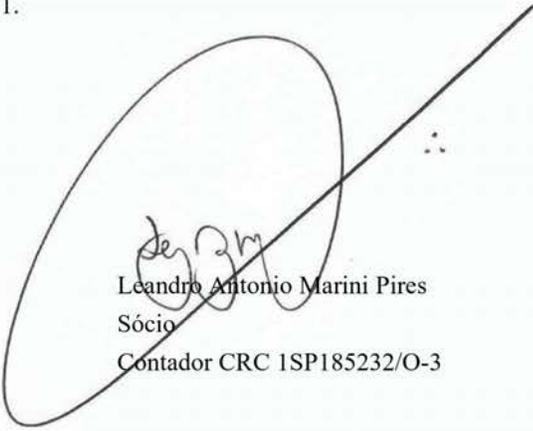
Approach
Auditores Independentes

10 de junho de 2021
J & F Investimentos S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 10 de junho de 2021.

Approach Auditors
Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0



Leandro Antonio Marini Pires
Sócio
Contador CRC 1SP185232/O-3

* * *

J&F Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora			Consolidado			
	31.12.17	31.12.16	01.01.16	31.12.17	31.12.16	01.01.16	
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado	
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	5	862.751	46.112	61.537	13.139.986	11.662.317	21.255.225
Contas a receber de clientes	6	327	8.015	127.763	9.436.827	11.408.757	14.158.353
Dividendos a receber	21	51.666	34.081	499.955	-	-	-
Estoques	7	-	-	4.879	9.815.718	11.223.017	12.883.836
Ativos biológicos	8	-	-	-	2.767.250	2.673.113	2.886.366
Impostos a recuperar	9	26.388	35.494	4.923	1.054.974	2.303.107	3.605.456
Créditos com empresas ligadas	12	39.843	40.705	45.153	277	24.500	-
Derivativos a receber		-	-	-	30.760	52.208	944.947
Ativos de operações descontinuadas	10	-	-	-	-	65.453	13.380.112
Ativos disponíveis para venda		-	-	-	817.705	-	-
Outros ativos circulantes		10.664	2.041	263.078	884.054	1.210.860	1.579.750
TOTAL DO CIRCULANTE		991.639	166.448	1.007.288	37.947.551	40.623.332	70.694.045
NÃO CIRCULANTE							
Créditos com empresas ligadas	12	-	-	-	873.623	1.315.526	-
Ativos disponíveis para venda	10	1.174.125	-	-	10.701.078	-	-
Ativos biológicos	8	-	-	-	967.761	3.027.829	2.841.794
Impostos a recuperar	9	95.357	95.357	-	7.641.033	5.784.270	2.265.205
Títulos a receber	11	554.620	87.200	134.209	554.620	87.200	134.209
Investimentos em coligada, controladas, joint ventures e outros	13	13.726.465	17.028.458	18.078.484	530.311	328.407	443.099
Propriedades para investimentos		33.845	-	-	33.845	-	-
Imobilizado	14	1.585	1.409	55.109	34.188.523	41.301.128	43.045.215
Intangível	15	422.003	422.003	15	6.285.997	8.551.755	10.390.259
Ágio	16	11.275	1.018.944	1.226.954	23.200.284	25.101.133	27.873.770
Outros ativos não circulantes		369.935	69	21.068	2.653.794	2.478.289	1.915.152
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.389.210	18.653.440	19.515.839	87.630.869	87.975.537	88.908.703
TOTAL DO ATIVO		17.380.850	18.819.888	20.523.127	125.578.420	128.598.869	159.602.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.
**Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31.12.17	31.12.16	01.01.16	31.12.17	31.12.16	01.01.16
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	18	128.645	774.619	879.951	13.744.297	22.355.960	25.322.459
Acordo de Leniência	2	100.000	-	-	100.000	-	-
Fornecedores	17	8.739	2.930	9.460	10.147.975	11.888.086	13.218.922
Débitos com empresas ligadas	12	155.258	141.093	-	155.258	141.093	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	20	28.040	9.076	5.276	4.484.699	3.590.095	4.276.763
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	21	-	-	-	531.286	64.163	633.052
Compromissos com terceiros para investimentos	22	-	7.805	47.863	73.156	168.919	949.779
Derivativos a pagar		-	-	-	118.684	149.675	-
Passivo de operações descontinuadas	10	-	-	-	-	12.528	12.214.946
Passivos classificados como mantidos para venda	10	-	-	-	23.305	-	-
Outros passivos circulantes		548.158	4.660	6.804	1.079.282	1.284.181	1.362.092
TOTAL DO CIRCULANTE		968.840	940.183	949.354	30.457.942	39.654.700	57.978.013
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	18	778	2.823.353	3.647.784	43.733.838	49.623.230	56.741.949
Acordo de Leniência	2	10.290.432	-	-	10.290.432	-	-
Débitos com empresas ligadas	12	268.075	900.510	702.110	89.405	296.246	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	20	-	-	-	2.662.243	1.118.720	1.364.951
Compromissos com terceiros para investimentos	22	-	-	7.805	39.868	102.145	241.660
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	186.712	238.307	244.066	3.478.368	4.226.900	5.113.118
Passivos classificados como mantidos para venda	10	-	-	-	8.491.228	-	-
Provisão para riscos processuais	24	976	3.748	3.366	2.936.234	2.836.454	2.967.507
Débitos com acionistas		-	1.173.583	2.142.880	-	1.173.583	2.142.880
Outros passivos não circulantes		676.727	22.065	188.866	1.209.489	636.956	860.518
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.423.700	5.161.566	6.936.877	72.931.105	60.014.234	69.432.583
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	25	8.207.760	8.207.760	6.733.744	8.207.760	8.207.760	6.733.744
Transações de capital		1.771.095	2.134.644	2.332.320	1.771.095	2.134.644	2.332.320
Reserva de reavaliação		26.293	28.205	30.215	26.293	28.205	30.215
Reservas de lucros		-	3.959.210	3.396.780	-	3.959.210	3.396.780
Outros resultados abrangentes		(741.650)	(1.611.680)	143.837	(741.650)	(1.611.680)	143.837
Prejuízos acumulados		(4.275.188)	-	-	(4.275.188)	-	-
Atribuído à participação dos acionistas controladores		4.988.310	12.718.139	12.636.896	4.988.310	12.718.139	12.636.896
Participação de não controladores		-	-	-	17.201.063	16.211.796	19.555.256
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.988.310	12.718.139	12.636.896	22.189.373	28.929.935	32.192.152
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.380.850	18.819.888	20.523.127	125.578.420	128.598.869	159.602.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
			Reapresentado		Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	26	5.657	15.793	164.429.482	171.619.645
Custo dos produtos vendidos		(5.212)	(12.273)	(140.118.246)	(149.992.527)
LUCRO BRUTO		445	3.520	24.311.236	21.627.118
Administrativas e gerais	30	(278.974)	(73.622)	(8.619.649)	(5.214.775)
Com vendas	30	(68.293)	(2.117)	(9.160.132)	(10.068.274)
Outras receitas (despesas)	31	(7.664.644)	1.679.865	(6.621.651)	1.804.731
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(8.011.911)	1.604.126	(24.401.432)	(13.478.318)
RESULTADO OPERACIONAL		(8.011.466)	1.607.646	(90.196)	8.148.800
Receita financeira	27	89.328	302.868	2.042.729	5.020.977
Despesa financeira	27	(824.587)	(1.058.611)	(8.478.137)	(12.197.570)
RESULTADO FINANCEIRO		(735.259)	(755.743)	(6.435.408)	(7.176.593)
Resultado de equivalência patrimonial	13	1.686.517	(26.870)	(4.451)	52.081
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(7.060.208)	825.033	(6.530.055)	1.024.288
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	1.300	97.162	(1.281.345)	(187.903)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	178.904	11.300	1.538.527	569.045
		180.204	108.462	257.182	381.142
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(6.880.004)	933.495	(6.272.873)	1.405.430
Resultado líquido de operações descontinuadas	10	559.893	(373.074)	947.211	(194.981)
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(6.320.111)	560.421	(5.325.662)	1.210.449
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				(6.320.111)	560.421
Participação dos acionistas não controladores				994.449	650.028
				(5.325.662)	1.210.449
Lucro por ações R\$ - Básico e diluído	28	(56,04)	5,61		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Referência	Controladora		Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
		Reapresentado		Reapresentado	
Lucro líquido (prejuízo)	DMPL	(6.320.111)	560.421	(5.325.662)	1.210.449
Outros resultados abrangentes					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:					
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	DMPL	(107.892)	(18.523)	(107.892)	(18.523)
Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em controladas	DMPL	977.922	(1.736.994)	977.922	(1.736.994)
Total do resultado abrangente		870.030	(1.755.517)	870.030	(1.755.517)
Outros resultados abrangentes		(5.450.081)	(1.195.096)	(4.455.632)	(545.068)
Total do resultado abrangente atribuível a:					
Acionistas da Companhia		(5.450.081)	(1.195.096)	(5.450.081)	(1.195.096)
Não controladores		-	-	994.449	650.028
		(5.450.081)	(1.195.096)	(4.455.632)	(545.068)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Outros resultados Abrangentes			Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido		
	Capital social	Transações de capital	Reserva de reavaliação	Legal	Lucros a realizar	Especial de dividendos	Estatutárias para investimento	AAP ¹	AAC ²			Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	6.733.744	2.332.320	30.215	231.003	330.860	205.533	3.222.155	78.566	65.271	-	13.229.667	20.274.269	33.503.936
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(592.771)	-	-	-	(592.771)	(719.013)	(1.311.784)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2016 (reapresentado)	6.733.744	2.332.320	30.215	231.003	330.860	205.533	2.629.384	78.566	65.271	-	12.636.896	19.555.256	32.192.152
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	560.421	560.421	650.028	1.210.449
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(18.523)	(1.736.994)	-	(1.755.517)	-	(1.755.517)
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(18.523)	(1.736.994)	560.421	(1.195.096)	650.028	(545.068)
Aumento de capital	1.474.016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.474.016	-	1.474.016
Transações de capital	-	(197.676)	-	-	-	-	-	-	-	-	(197.676)	-	(197.676)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(2.010)	-	-	-	-	-	-	2.010	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	28.021	-	-	-	-	-	(28.021)	-	-	-
Estatutária para investimento	-	-	-	-	-	-	534.410	-	-	(534.410)	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.993.488)	(3.993.488)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Reapresentado)	8.207.760	2.134.644	28.205	259.024	330.860	205.533	3.163.793	60.043	(1.671.723)	-	12.718.139	16.211.796	28.929.935
(Prejuízo) líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.329.417)	(6.329.417)	994.449	(5.334.968)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(107.892)	977.922	9.306	879.336	-	879.336
Total de resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(107.892)	977.922	(6.320.111)	(5.450.081)	994.449	(4.455.632)
Transações de capital	-	(363.549)	-	-	-	-	-	-	-	-	(363.549)	-	(363.549)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.912)	-	-	-	-	-	-	1.912	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores (Contingências)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de dividendos de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-	(1.916.196)	-	-	-	(1.916.196)	-	(1.916.196)
Destinação de prejuízos acumulados	-	-	-	(259.024)	(330.860)	(205.533)	(1.247.597)	-	-	2.043.014	-	(5.182)	(5.182)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	8.207.760	1.771.095	26.293	-	-	-	-	(47.849)	(693.801)	(4.275.188)	4.988.310	17.201.063	22.189.373

¹ Ajustes de avaliação patrimonial.

² Ajustes acumulados de conversão e variação cambial sobre investimentos no exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) Líquido		(6.320.111)	560.421	(6.260.497)	1.210.451
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	8, 14 e 15	159	3.822	4.551.207	4.567.934
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa		59.030	-	148.458	19.354
Resultado de equivalência patrimonial	13	(2.246.410)	399.944	4.450	(52.081)
Resultado na venda de imobilizado		-	9.064	28.014	(92.880)
Varição do valor justo de ativos biológicos	8	-	-	-	(22.237)
Imposto de renda e contribuição social	23	(180.204)	(108.462)	(357.024)	(381.141)
Resultado financeiro líquido	27	735.259	755.743	6.435.406	7.176.593
Provisão para riscos processuais		(4.139)	382	240.662	19.475
Resultado na alienação de investimentos		(3.230.145)	(1.145.322)	(4.421.654)	(1.145.322)
Provisão de impairment		503.142	-	503.142	-
Provisão referente a parcelamentos - PERT		-	-	1.839.808	-
Redução ao valor recuperável de ativo		-	-	(53.147)	485.784
Plano de opções de ações		-	-	120.147	143.298
Impactos da investigação no âmbito do acordo de leniência		69	-	34.621	146.337
Parcelamento fiscal estadual		-	-	388.589	-
Atualização do ativo financeiro da concessão		-	-	(106.342)	-
Acordo de Leniência		10.250.000	-	10.250.000	-
		(433.350)	475.592	13.345.840	12.075.565
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		3.485	123.204	(276.957)	(356.000)
Estoques		-	4.879	58.854	197.121
Impostos a recuperar		125.953	(20.726)	170.220	(1.162.015)
Ativos biológicos		-	-	(1.103.837)	(1.328.723)
Títulos a receber		(511.914)	(45.486)	(511.914)	(45.486)
Outros ativos circulantes e não circulantes		(312.560)	(353.593)	(479.507)	(875.333)
Fornecedores		(798)	(22.004)	(894.247)	584.128
Pagamento de Acordo de Leniência		(50.000)	-	(50.000)	-
Outros passivos circulantes e não circulantes		(474.878)	(54.481)	(2.152.832)	(1.198.331)
Variações em ativos e passivos operacionais		(1.220.712)	(368.207)	(5.240.220)	(4.184.639)
Juros pagos		(599.219)	(692.880)	(4.625.702)	(4.901.482)
Juros recebidos		22.079	24.973	442.350	556.187
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(923.522)	(1.542.746)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(2.231.202)	(560.522)	2.998.746	2.002.885
Caixa líquido gerado pelas atividades de operações descontinuadas		-	-	700.937	2.839.528
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições no ativo imobilizado	14	(338)	(209)	(3.134.879)	(3.665.713)
Baixa de ativo imobilizado		-	-	234.102	290.260
Adições no ativo intangível		-	(10.470)	(20.402)	(170.046)
Baixa de ativo intangível		-	(769.481)	3.448	14.446
Baixa nos investimentos em controladas		6.580.274	-	9.874.537	-
Transações com partes relacionadas		(337.253)	1.839.332	(26.358)	1.645.017
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição		-	-	(1.858.833)	(452.373)
Caixa líquido de ativos classificados como mantidos para venda		-	-	(52.898)	-
Recebimento de dividendos		123.811	-	10.000	-
Desconsolidação de investimento em controlada		-	-	(1.131.521)	1.521.424
Transação de capital		-	-	-	-
Outros		-	-	(18.058)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		6.366.494	1.059.172	3.879.138	(816.985)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de operações descontinuadas		-	-	(743.435)	(2.355.082)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos captados		894.576	664.667	27.273.479	30.880.914
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(4.378.908)	(1.635.094)	(31.764.349)	(30.359.525)
Pagamentos de dividendos		-	-	(59.273)	-
Derivativos recebidos (pagos)		-	(99.256)	95.304	(6.082.456)
Pagamento de dividendos não controladores		-	-	(8.481)	(1.191.331)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		-	556.120	-	56.165
Transação de capital		-	-	-	(987.639)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	85.405	-
Aquisição de ações de emissão própria		-	-	(317.123)	-
Outros		(138)	-	18.761	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(3.484.470)	(513.563)	(4.676.277)	(7.683.872)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos de operações descontinuadas		-	-	(1.089.023)	386.420
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		165.816	(512)	407.552	(1.651.788)
Varição líquida		816.638	(15.425)	1.477.669	(7.278.894)



Caixa e equivalentes de caixa inicial	46.112	61.537	11.662.317	18.941.211
Caixa e equivalentes de caixa final	<u>862.751</u>	<u>46.112</u>	<u>13.139.986</u>	<u>11.662.317</u>

Transação não-caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Transferência investimento negativo	680.014	(166.802)	-	-
Baixa de IR diferido contra investimentos	-	-	(72.467)	-
Reclassificação dos investimentos para ativos classificados como mantido para venda	(1.174.125)	-	(1.771.809)	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	1.539.573	-
Cessão de créditos tributários JBS	31.688	-	-	-
Compensação de partes relacionadas com aquisição de créditos tributários	249.994	-	-	-
Compensação de débitos PERT com créditos tributários	-	-	1.460.932	-
Estorno de compensação de Impostos a Recuperar com Obrigações Trabalhistas	-	-	1.659.460	-
Dividendos declarados não pagos	455.490	-	531.286	(89.352)
Baixa de adiantamento a fornecedores para aquisição de imobilizado	-	-	(224.143)	-
Adições de ativo imobilizado sem efeito caixa	-	-	(18.562)	-
Adições de ativo intangível sem efeito caixa	(411.520)	-	(411.520)	-
Total	(168.459)	(166.802)	2.692.750	(89.352)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
		Reapresentado		Reapresentado
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.192	15.793	166.518.287	174.256.079
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	3.092.919	1.696.320	3.288.000	1.877.339
Recuperação (perda) estimada com crédito de liquidação duvidosa	(59.030)	-	(148.458)	(19.355)
	3.040.081	1.712.113	169.657.829	176.095.025
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.212)	(12.273)	(103.467.118)	(113.103.578)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(395.279)	(45.635)	(26.475.730)	(25.917.159)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	(10.688)	14.278	(531.312)
Outras	-	-	(4.268)	(29.450)
	(400.491)	(68.596)	(129.932.838)	(139.581.499)
Valor adicionado bruto	2.639.590	1.643.517	39.724.991	36.513.526
Depreciação e Amortização	(159)	(3.822)	(4.532.740)	(4.567.934)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	2.639.431	1.639.695	35.192.251	31.945.592
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	1.686.517	(26.870)	(4.451)	52.081
Receitas financeiras	89.328	302.868	2.042.805	4.748.534
Resultado de operações descontinuadas	559.893	(373.074)	947.211	15.588
Outras	(503.143)	-	447.463	(194.978)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.472.026	1.542.619	38.625.279	36.566.817
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	26.773	12.161	16.472.189	16.420.979
Benefícios	719	305	2.872.456	2.966.245
FGTS	1.020	408	269.096	264.334
	28.512	12.874	19.613.741	19.651.558
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	9.945.035	(81.294)	12.569.905	413.686
Estaduais	167	2.458	1.843.374	2.045.611
Municipais	185	-	28.537	42.167
	9.945.387	(78.836)	14.441.816	2.501.464
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	812.093	1.047.871	8.305.536	11.623.614
Aluguéis	6.145	289	769.036	740.304
Outras	-	-	820.815	839.427
	818.238	1.048.160	9.895.387	13.203.345
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	-	-	112.100	132.600
Dividendos	-	-	126.873	89.352
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	(6.320.111)	560.421	(6.559.085)	338.470
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	994.447	650.028
	(6.320.111)	560.421	(5.325.665)	1.210.450
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	4.472.026	1.542.619	38.625.279	36.566.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A J&F Investimentos S.A. (J&F ou Companhia), com sede no Brasil é uma sociedade anônima fechada, que tem como propósito, investir e desenvolver seus negócios. A sede da Companhia é localizada na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, São Paulo, Brasil.

As demonstrações contábeis a seguir apresentadas, incluem além das operações individuais da Companhia no Brasil, as atividades de suas controladas. A seguir segue quadro resumo dos principais investimentos e atividades:

Denominação utilizada	Atividades	Unidades	Estado/Pais	Participação	Percentual 2017
JBS S.A (JBS)	<ul style="list-style-type: none"> - Processamento de bovinos: abate, frigorificação, industrialização e produção de conservas e subprodutos derivados de carnes. - Industrialização, beneficiamento e comercialização de couros. - Produção e comercialização de latas de aço, resinas plásticas, massa base para produção de sabão e sabonete, sabão e sabonete em barra, biodiesel, glicerina, oleína, ácido graxo, colágeno e envoltório derivado de tripa bovina; gerenciamento de resíduos industriais; compra e venda de grãos de soja, sebo, óleo de palma, soda cáustica, estearina; operações próprias de transporte; prestação de serviço de industrialização de biscoito para cães; venda direta ao consumidor de carnes e itens correlatos através de lojas denominadas "Mercado da Carne"; produção, cogeração e comercialização de energia elétrica. - Centros de distribuição e terminais portuários. - Processamento de aves e suínos: criação e abate; industrialização e comercialização de carnes e produtos alimentícios; e fabricação de rações e concentrados. - Industrialização, beneficiamento e comercialização de couro wet blue. - Comercialização de energia. - Prestação de serviço de engorda de bovinos. - Fabricação de Beef Jerky. 	146	AC, BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RO, RS, SC, SP E TO	Direta e Indireta	42%
	<ul style="list-style-type: none"> - Processamento de bovinos, suínos e ovinos: abate, frigorificação, industrialização e subprodutos derivados. - Processamento de aves: criação, abate, industrialização e comercialização de produtos alimentícios. - Prestação de serviço de engorda de bovinos. - Serviços de transporte. - Trading de produtos "in natura" e processados de carne bovina, suína, ovinos e frango para venda na União Europeia. - Trading para o mercado europeu, comercialização de carne cozida congelada, operações de logística, armazenagem. - Produção e venda de Bresaola. - Industrialização de couro semi acabado e acabado. - Industrialização de couros wet blue, semi acabado e acabado. - Trading de produtos derivados de proteína animal. 	280	Argentina, Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Estados Unidos da América, Holanda, Hong Kong, Itália, Luxemburgo, México, Reino Unido, Paraguai, Uruguai.		
PicPay	<ul style="list-style-type: none"> - Solução de pagamentos entre pessoas físicas e jurídicas. 	1	ES	Direta	51%

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Denominação utilizada	Atividades	Unidades	Estado/Pais	Participação	Percentual 2017
Eldorado Brasil Celulose S.A. (ELDORADO)	Principais atividades no Brasil	47	SP, GO, MS, MT, MG	Direta	50,5%
	Principais atividades no Exterior	4	Áustria e Estados Unidos da América e China		
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A (FLORA)	Principais atividades no Brasil	5	GO, SP, SC, MG, RJ	Direta	99,9%
Âmbar Energia Ltda. (ÂMBAR)	Principais atividades no Brasil	1	SP e MT	Direta	100%
Âmbar Energia Ltda. (ÂMBAR)	- Holding de Investimentos com foco em projetos estruturados nos setores de energia;	1	SP e MT	Direta	100%
	- Prestação de serviços de operação e manutenção de usinas térmicas,				
	- Geração, transmissão e comercialização de energia,				
	- Compra importação e comercialização e distribuição de gás natural, diesel e outros combustíveis.				
Flora Urbanismo Ltda. (FLORA URBANISMO)	Principais atividades no Brasil	2	SP, MT	Direta	100%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados (FIDIC)	Principais atividades no Brasil	1	SP	Direta e Indireta	100%
Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (FIP CAIXA MILÃO)	Principais atividades no Brasil	1	SP	Direta e Indireta	100%
Gasocidente do Mato Grosso Ltda (GASOCIDENTE)	Principais atividades no Brasil	1	MT	Direta e Indireta	100%
Gasorient Boliviano (GOB)	Principais atividades no Exterior	1	Bolívia	Direta e Indireta	100%
Mundo Novo Incorporações SPE Ltda. (MUNDO NOVO)	Principais atividades no Brasil	1	Mato Grosso do Sul	Direta	50%

1.1 Eventos Subsequentes

1.1.1 Efeitos do surto de COVID-19 nos principais negócios

A Companhia acompanha o andamento da pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo, comprometendo-se a manter a segurança de seus colaboradores adotando o protocolo de segurança no escritório matriz tais como, redução sensível dos funcionários que estão trabalhando fisicamente, aferição de temperatura e dispenser de álcool em gel na entrada do escritório, desinfecção do escritório no final do expediente, bem como acompanhando as medidas tomadas em todos os seus negócios, como abaixo descrito:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A subsidiária JBS afirma que vem monitorando os desdobramentos do surto coronavírus pelo mundo, com o objetivo de preservar a segurança de seus colaboradores e mapear os reflexos da pandemia em seus negócios. Neste sentido, a JBS constituiu um comitê global de crise para tratar dos impactos da pandemia da Corona Virus Disease 2019 (Covid-19) em suas operações, composto pelo Sr. Gilberto Tomazoni (CEO Global), Guilherme Cavalcanti (CFO Global), André Nogueira (CEO Estados Unidos), Wesley Mendonça Batista Filho (CEO América do Sul), Brent Eastwood (CEO Austrália), Eduardo Noronha (Recursos Humanos Global), e Cameron Bruett (Relações Institucionais). Determinadas medidas e protocolos preventivos e reativos foram adotados pela JBS em seus escritórios corporativos e unidades produtivas a fim de proteger a saúde e o bem estar de todos os stakeholders.

No período houve maior volatilidade nas taxas de câmbio e preços de commodities para a subsidiária JBS, em parte devido às incertezas advindas do Covid-19, bem como em função das medidas tomadas por governos e bancos centrais. A Administração da Companhia espera que a volatilidade das taxas de câmbio e preços de commodities continue no decorrer do exercício de 2021, todavia não consegue estimar a duração, extensão ou impactos de tal volatilidade, cabendo ressaltar que a Companhia pode se utilizar de instrumentos financeiros a fim de mitigar tais exposições à essas volatilidades.

No âmbito dos negócios da subsidiária Eldorado, vale destacar que possui vendas bem distribuídas nos diversos continentes com venda para mais de 150 clientes em mais de 40 países ao redor do Mundo, de forma pulverizada, evitando grandes concentrações em um único cliente, grande parte lastreadas em contratos de longo prazo. A Eldorado entende que caso ocorra redução do crescimento da demanda global, que venha a afetar a demanda por papel e celulose no curto prazo, tal cenário ratificaria a capacidade e o compromisso da Eldorado de entregar seus resultados de forma sólida e consistente, uma vez que quase a totalidade de suas vendas são denominadas em dólares, funcionando como um hedge natural para momentos de volatilidade exacerbada nos mercados globais, fato este que blindaria a Eldorado inclusive em possíveis eventos de escassez global de crédito e financiamentos. Quanto à rolagem de dívidas de curto prazo com os bancos que possuem linhas de crédito, até o momento não tiveram indicativo negativo na rolagem das dívidas existentes. No que diz respeito a logística internacional da Eldorado, importante ressaltar que grande parte das exportações tem a transferência de propriedade para o cliente no porto de destino, sem a necessidade de realizar a logística interna para o mesmo. Porém, para garantir o nível de serviço pactuado, a Eldorado trabalha com estoques de segurança nos principais Terminais em países de cada um dos continentes que vendem (EUA, Canada, Holanda, Alemanha, Itália, Espanha, França e China), podendo operar com os modais ferroviário, rodoviário e até hidroviário, nos casos onde a entrega final é de responsabilidade da Eldorado. Por fim, reforçamos que a Eldorado possui flexibilidade logística ímpar, a partir dos contratos de longo prazo com armadores de navios Break Bulk e também containers, dedicados para transporte de celulose, garantindo segurança, capilaridade, flexibilidade e competitividade.

Desde o início da crise sanitária a subsidiária Eldorado tem agido em uma frente ampla para minorar os efeitos negativos da doença sobre seus colaboradores, as comunidades das regiões onde a empresa atua e o conjunto da sociedade. Foi assegurada a toda força de trabalho à segurança necessária ao desempenho de suas atividades, por meio de investimentos em equipamentos de proteção individual (EPI), e da adoção de protocolos de biossegurança elaborados com especialistas da área em conformidade com as diretrizes das autoridades públicas. A Eldorado fez também doações expressivas a municípios do sul-mato-grossense e paulista, adquiriu, e distribuiu cestas básicas e EPIs e testes para diagnósticos da doença, foram investidos mais de 13 milhões na compra e doações destes itens. Apoiar a rede pública de saúde a enfrentar o mais grave desafio do século; por outro lado, ajudou os brasileiros mais vulneráveis a enfrentarem a mais aguda das crises econômica e social causada pela pandemia. Essas medidas decorrerem de nosso compromisso com o bem estar das comunidades das regiões onde atuam.

No âmbito dos negócios da subsidiária Âmbor, a Administração está monitorando os desdobramentos do surto do coronavírus com o objetivo de adequar sua operação e preservar a segurança de seus colaboradores, tendo implementado algumas alterações na gestão de seus negócios, tais como implantação de protocolo de segurança na recepção com aferição de temperatura, dispenser de álcool e distanciamento entre os lugares de cada colaborador, instalação de divisória de acrílico e desinfecção após o expediente, não houve até o momento impactos em sua operação em função do surto do corona vírus.

Em março de 2020, a Administração da subsidiária Flora passou a avaliar de forma constante o impacto do surto nas suas operações e em sua posição patrimonial e financeira com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e implementou uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade e aos seus colaboradores, bem como de atender as diversas determinações das autoridades governamentais onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia. Para proteger sua liquidez, a Flora fortaleceu a posição de caixa através da captação de linhas de crédito bancárias, bem como em mercado de capitais. A Flora vem revisando de forma sistemática os possíveis impactos da crise na sua linha de contas a receber, em função do aumento do risco de crédito, com o objetivo de garantir a sustentabilidade da cadeia e apoiar sua rede de clientes, onde também não identificou nenhuma mudança significativa. Desde o primeiro momento da divulgação dos protocolos sanitários pelas autoridades competentes, a Flora manteve parcela dos funcionários em casa respeitando às medidas tomadas pelas autoridades. Tais medidas preventivas permitiram a empresa a obter um baixo índice de afastamentos com suspeita ou confirmação da COVID19, principalmente pela disseminação interna do vírus. O custo de mão de obra e demais despesas de fabricação não tiveram impactos diretos significativos relacionados ao do período de março a dezembro de 2020. Em relação aos seus custos diretos de matéria prima, a indisponibilidade momentânea no mercado de algumas matérias primas, tais como papelão, lata metálica, e os principais insumos do plástico como os polietilenos e polipropilenos, acabaram pressionando o preço desses insumos, fazendo com que os custos desses produtos sofressem um impacto direto. No período de abril a dezembro de 2020 a Flora efetuou doações de produtos, dinheiro e outros materiais, em parceria com institutos como Sociedade Beneficente Israelita Hospital Albert Einstein, Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD). A administração da Flora tem analisado de forma constante a continuidade dos negócios e preservação do seu ecossistema e de toda sua cadeia de produção e abastecimento, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

A Companhia acompanha o andamento da pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo, comprometendo-se a voltar ao mercado caso o cenário acima sofra alteração.

1.1.2 Principais assuntos relevantes do período da Companhia e suas subsidiárias

(a) Em maio de 2017 foi instituído o Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") cujas regras permitem a utilização de créditos próprios, de empresas controladas, direta ou indireta, ou de empresas controladoras e suas controladas diretas ou indiretas. Em setembro de 2017, a subsidiária JBS recebeu a cessão dos créditos de suas partes relacionadas, cuja negociação incluiu deságio de até 25% do valor do crédito tributário cedido, no valor aproximado de R\$ 75.000, registrados dentro de Outras Receitas Operacionais na subsidiária JBS. Essas transações foram aprovadas unanimemente pelo Comitê de Partes Relacionadas.

(b) Em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da Companhia, assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República e, ainda em 2017, a Companhia celebrou o Acordo de Leniência ("Acordo") homologado com o Ministério Público Federal. Em 6 de setembro de 2017, a Companhia, e suas controladas brasileiras firmaram o termo de adesão a este Acordo. Ainda sobre o Acordo, a Companhia comprometeu-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, com o pagamento de R\$ 10,3 bilhões ao longo de 25 anos e a cooperar voluntariamente com as autoridades competentes, realizando investigações internas e fornecendo informações que comprovem autoria e fatos relatados. Os Assessores Legais contratados pela J&F, em favor da Companhia e suas subsidiárias, conduziram as investigações internas em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Acordo, e até a aprovação destas demonstrações contábeis, não há qualquer menção sobre outros fatos ou eventos nas investigações independentes, que sejam distintos daqueles já comentados e apresentados anteriormente.

Também até a data da emissão destas demonstrações contábeis a Companhia já havia pago o montante de R\$ 648 milhões nos termos do referido acordo de leniência, sendo o total pago R\$ 87 milhões compensado com créditos passíveis de compensação nos termos do acordo, estando, portanto, adimplente com as obrigações do respectivo acordo.



(c) Conforme divulgado ao mercado por meio de Fato Relevante em 20 de junho de 2017 a subsidiária JBS anunciou seu programa de desinvestimentos, onde foi previsto a desmobilização de determinados ativos para reforço da posição financeira. Em 14 de julho de 2017, a JBS através de sua subsidiária indireta, JBS Food Canada Inc. (JBS Canadá), celebrou um acordo para a alienação de sua operação de confinamento e uma fazenda adjacente, localizadas em Brooks (Alberta), no Canadá, à MCF Holdings Ltd. (MCF) pelo valor de CAD 50.000 (aproximadamente US\$ 40.000). O acordo prevê que a MCF continue fornecendo gado para a unidade de produção de carne bovina da JBS Canadá em Brooks. A conclusão desta transação ocorreu em 30 de outubro de 2017.

(d) Em 7 de junho de 2017, a subsidiária Âmbor recebeu notificação extrajudicial da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, fornecedora de gás natural, em relação a resolução unilateral do contrato de compra e venda de Gás Natural celebrado em 13 de abril de 2017 entre a Petrobrás e a Sociedade para atendimento à Usina Termelétrica Mario Covas ("UTE Cuiabá"), diante das informações que os executivos da J&F Investimentos, controladora da notificada, oferecem a agente público pagamento indevido e vedado legalmente, a fim de que intercedesse junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em favor da Sociedade em assunto referente ao Objeto de Contrato. A empresa através da sua assessoria jurídica, tomou como medida, em 10 de agosto de 2017, o ingresso de processo de "Requerimento de Arbitragem" junto a Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), buscando dirimir as questões controversas em relação ao contrato, bem como alegando a ilicitude da resolução lateral da Petrobrás, e o indébito de valores requeridos à título de indenização. Em maio de 2020, foi proferida a sentença que condenou a empresa ao pagamento de multa contratual, decorrente da resolução antecipada do contrato e condenou a Petrobrás aos valores antecipados pela Âmbor. Os valores antecipados em decorrência da Cláusula 16.3 do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural foram deduzidos do valor da multa contratual devido à Petrobrás. Diante da Sentença arbitral, a condenação da empresa foi provisionada no ano de 2020.

(e) Em 12 de julho de 2017 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda para alienação da totalidade de sua participação acionária de 54,24% do capital social da Alpargatas S.A. ("Alpargatas") para a Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., a Cambuhy Investimentos Ltda. e a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. ("Compradores"), pelo equity value de R\$ 3,5 Bilhões, a ser concluída após o cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no Contrato, sendo que em 20 de setembro de 2017 a Companhia concluiu a operação e alienou o controle de Alpargatas aos Compradores, recebendo a quantia de R\$ 3,479 bilhões, que foi o valor apurado para a compra e venda das ações após os ajustes de preço previstos contratualmente.

(f) Conforme divulgado ao Mercado em 25 de julho de 2017 a subsidiária JBS anunciou a celebração de Acordos de Preservação de Linhas de Crédito ("Acordos") com certas instituições financeiras no Brasil e no exterior, sendo que 2018 efetuou o pagamento integral dos juros incorridos nos termos dos contratos originais. Adicionalmente, a subsidiária JBS amortizou extraordinariamente parcela do principal sob os acordos quando do recebimento de recursos líquidos advindos do seu plano de desinvestimento.

(g) Em 31 de julho de 2017, a subsidiária JBS, por meio de sua subsidiária integral JBS Handels GmbH, concretizou a venda de suas subsidiárias com operações frigoríficas de carne bovina no Uruguai (Frigorífico Canelones), Paraguai (JBS Paraguai) e Argentina (JBS Argentina), para sociedades do Grupo Minerva, pelo montante de US\$ 300.000 (R\$ 992.460), mais capital de giro de aproximadamente US\$ 23.000 (R\$ 71.000). Esta transação foi concluída em agosto de 2017, e resultou em uma perda de R\$ 109.568, dos quais R\$ 452.297, referem-se a reclassificação de Outros Resultados Abrangentes (basicamente perda de variação cambial). A JBS reconheceu esse valor na rubrica de Outras despesas operacionais.

(h) Em 3 de agosto de 2017 a FB Participações S.A. ("FB"), celebrou Contrato de Compra e Venda para a alienação da totalidade de sua participação de 72,56% (direta) e 19,43% (indireta via subsidiária JBS) na Vigor Alimentos S.A. ("Vigor") para o Grupo Lala, S.A.B. de C.V. ("Grupo Lala"), pelo enterprise value de R\$ 5,025 bilhões. A operação foi concluída em outubro de 2017.

(i) Em 02 de setembro de 2017 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda para a alienação da totalidade de sua participação acionária de 80,99% na Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Eldorado") para a CA Investment (Brazil) S.A. ("CA"), pelo enterprise value de R\$ 15 bilhões, a ser concluída em tranches e após o cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no Contrato. A referida operação foi objeto de disputa na câmara de comércio internacional, cuja decisão foi proferida em fevereiro de 2021, determinando o cumprimento de todas as etapas para conclusão do negócio. Em março de 2021 a J&F obteve no judiciário decisão para suspender todas as providências para conclusão do negócio, permanecendo como acionista controladora da Eldorado.

(j) Em 20 de setembro de 2017 a Companhia concluiu a operação e alienou o controle de Alpargatas aos Compradores, recebendo a quantia de R\$ 3,479 bilhões, que foi o valor apurado para a compra e venda das ações após os ajustes de preço previstos contratualmente.

(k) Em 25 de setembro de 2017 a Companhia concluiu a venda de 13% de sua participação na Eldorado para a CA, recebendo o equity value de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão, tendo efetuado, em 2018, o pagamento de ajuste de preço no montante de R\$ 23,9 milhões, conforme previsto contratualmente, devidamente provisionado em 2017.

(l) Em setembro de 2017, a subsidiária JBS celebrou a alienação da totalidade de sua participação acionária na Granite Holdings para a Pilgrim's Pride Corporation ("PPC"), subsidiária indireta da JBS, por aproximadamente GBP 792.500 (R\$ 3,3 bilhões). Esta transação foi aprovada por unanimidade pelo Comitê Especial do Conselho de Administração da PPC.

(m) Em outubro de 2017 a Companhia incorporou a FB Participações S.A. que era um subsidiária integral da J&F, que possuía participação direta na JBS S.A. e Vigor Alimentos S.A. O propósito da incorporação foi de simplificar a estrutura administrativa e operacional da J&F. A incorporação foi devidamente registrada nos órgãos competentes observando todas as exigências legais necessárias.

(n) Em 26 de outubro de 2017 a FB concluiu a operação e alienou o controle da Vigor ao Grupo Lala, pelo valor de 2,935 bilhões, sendo R\$ 2,540 bilhões no closing da operação e R\$ 395 milhões nos termos da conta Escrow constituída no closing da operação. Adicionalmente, o Grupo Lala pagará a importância de R\$ 257 milhões a partir do exercício de 2018, com base em determinados eventos estabelecidos no Contrato de Compra e Venda. O valor a receber está registrado na rubrica outros ativos não circulantes, que refere-se substancialmente ao saldo de PIS/COFINS da Vigor e Itambé que nos termos do contrato serão pagos a J&F e JBS na medida da utilização pela VIGOR e Itambé.

(o) Em 12 de dezembro de 2017 a Companhia concluiu a venda indireta de 17,39% de sua participação na Eldorado para a CA, recebendo indiretamente o equity value de aproximadamente R\$ 1,358 bilhão, tendo efetuado, em 2018, o pagamento de ajuste de preço no montante de R\$ 40,8 milhões em 2018, conforme prevista contratualmente, devidamente provisionado em 2017. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão no processo arbitral determinando o cumprimento de todas as etapas para conclusão da venda dos 50,58% restantes conforme previsto no contrato de compra e venda de ações. Em março de 2021, a J&F obteve no judiciário decisão para suspender as providências para conclusão do negócio, permanecendo a J&F como acionista controladora da Eldorado.

(p) Em 17 de janeiro de 2018, a subsidiária indireta JBS USA firmou acordo para a alienação da totalidade das operações de confinamento da Five Rivers Cattle Feeding nos Estados Unidos da América ("Five Rivers EUA") para afiliadas da Pinnacle Asset Management, L.P. ("Pinnacle-Arcadia"), por aproximadamente US\$ 200.000, incluindo o valor de mercado do estoque de silagem e grãos na data do fechamento e sujeito a ajuste pela variação do capital de giro também na data do fechamento ("Alienação"). Em conjunto com a aquisição das ações da Five Rivers EUA, o comprador firmará contrato de longo prazo para fornecimento de gado às unidades de abate do grupo JBS em território norte americano. Conforme anunciado ao mercado através de Fato Relevante em 16 de março de 2018, a operação de alienação foi concluída, desta forma estava concluído o programa de desinvestimento da subsidiária JBS.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

(q) Em fevereiro de 2018, subsidiária JBS aderiu a um programa de parcelamento ordinário para quitar o INSS dos meses de agosto a dezembro de 2017 no saldo de R\$ 169.258, com multa e juros, totalizando R\$ 206.571, sendo pago 10% de entrada e o residual em 59 parcelas. Com esse parcelamento os créditos de PIS/Cofins voltam a constar no ativo da subsidiária JBS.

(r) Em fevereiro de 2018, a subsidiária da JBS, JBS USA anunciou a precificação das Notas Sênior (bonds) em um montante total de US\$ 900 milhões, com cupom de 6,75% a.a e vencimento em 2028. Em 15 de fevereiro de 2018, a operação foi concluída. Os recursos captados serão utilizados para as necessidades usuais de fluxo de caixa da subsidiária incluindo o pagamento de uma parcela das linhas de crédito rotativas e garantidas da JBS USA.

(s) Em abril de 2018, por meio da controlada indireta da JBS, Scott Technology, a subsidiária JBS adquiriu 100% da participação acionária do Alvey Group (Alvey) pelo montante pago em caixa de R\$ 46.445 (US\$ 13.400), sujeito a ajustes de capital de giro. A Alvey é especializada em automação totalmente integrada e sistemas robóticos projetados para aumentar a eficiência na produção onde o manuseio de embalagens secundárias, produtos semi-acabados ou acabados está envolvido. O ágio gerado nessa combinação de negócios de R\$ 39.656 (US\$ 11.441) não é elegível para dedutibilidade fiscal nos Estados Unidos da América. Essa aquisição não foi detalhada em nota explicativa específica de combinação de negócios por ser considerada imaterial.

(t) Em conformidade com o Acordo de Normalização da dívida, firmado em 14 de maio de 2018 pela subsidiária JBS, foi determinado de forma bilateral a prorrogação do vencimento do Principal de todas as modalidades de dívidas em aberto na data do acordo com os Bancos Signatários para julho de 2021, no montante de aproximadamente R\$ 12,2 bilhões, sendo que os juros foram atualizados e pagos conforme taxa e prazos estabelecidos nos contratos iniciais. O acordo também estabelecia a amortização aproximada de 25% do Principal da dívida a partir de janeiro de 2019 até o término da vigência do Acordo de Normalização em julho de 2021. Em setembro de 2019, a JBS, a Seara Alimentos e algumas de suas subsidiárias, e algumas subsidiárias da divisão global de couros da JBS concluíram o pagamento da totalidade dos saldos de todas as dívidas que a Companhia e estas subsidiárias mantinham junto a cinco instituições financeiras e/ou suas respectivas afiliadas sob várias linhas de crédito cobertas pelo Acordo de Normalização.

(u) Em junho de 2018, por meio da controlada indireta da JBS, Scott Technology, a subsidiária JBS adquiriu 100% da participação acionária da Transbotics Corporation (Transbotics) pelo montante de R\$ 12.870 (US\$ 3.400), sujeito a ajustes de capital de giro. A Transbotics fornece design, instalação e suporte de veículos e carrinhos guiados automaticamente para fornecer soluções de manuseio de materiais para produção e armazenagem. O ágio gerado nessa combinação de negócios no montante de R\$ 19.173 (US\$ 5.065), é elegível para dedutibilidade fiscal nos Estados Unidos da América. Essa aquisição não foi detalhada em nota explicativa específica de combinação de negócios por ser considerada imaterial.

(v) Conforme divulgado ao mercado em junho de 2018 pela subsidiária JBS, a subsidiária indireta JBS USA concluiu a captação adicional ao Term Loan B já emitido pela JBS USA, no montante de R\$ 1,9 bilhão (US\$ 500.000), com uma taxa de LIBOR + 2,5% e vencimento em outubro de 2022. A JBS USA optou por expandir o montante inicial de US\$ 450.000 para US\$ 500.000 e obteve um custo de 25bps (pontos base) melhor em relação ao inicialmente indicado, ambos devido à uma demanda mais de 2,5 vezes superior à originalmente prevista. Todos os recursos levantados serão destinados ao pagamento da dívida nos Estados Unidos e para as necessidades usuais de fluxo de caixa.

(w) Em junho de 2018 a Companhia adquiriu do Banco Original créditos detidos pelo Original com devedores diversos pelo valor de R\$ 166 milhões nos termos do contrato de cessão de direitos, sendo com pagos com R\$ 166 milhões através de participações de 50% da Companhia no Colorado Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP Colorado) que refere-se a 13,99% da participação indireta que a Companhia detinha na FLORA e os R\$ 50 milhões restantes pagos em dinheiro em 2018.

(x) Em julho de 2018, foi concluída a venda dos ativos de confinamento da JBS Canadá, pelo montante recebido de aproximadamente R\$ 7.920 (CAD\$ 2.700). A venda desses ativos faz parte do programa de desinvestimento anunciado pela subsidiária JBS em 2017.

(y) Em de julho de 2018, uma planta da subsidiária JBS de processamento de suínos localizada nos Estados Unidos da América, na cidade de Marshalltown, Iowa, foi atingida por um tornado e foi desativada por um determinado período, voltando a operar posteriormente. As perdas apuradas durante o terceiro trimestre em virtude desse acontecimento é de aproximadamente US\$ 5,6 milhões (R\$ 22,2 milhões) e estão incluídas na linha de outras despesas.

(z) Em julho de 2018, controlada da JBS, Pilgrim's Pride Corporation (PPC) firmou o quarto aditivo do contrato de uma linha de crédito com o CoBank. O novo aditivo prevê um valor de R\$ 2,9 bilhões (US\$ 750.000) de crédito rotativo e um empréstimo de R\$ 1,9 bilhões (US\$ 500.000). A PPC utilizou os recursos, juntamente com o dinheiro em caixa, para pagar os empréstimos em aberto. Sob o novo aditivo, a data de vencimento do empréstimo rotativo e os empréstimos a longo prazo foram prorrogados de 6 de maio de 2022 para 20 de julho de 2023. O novo contrato possibilita a PPC aumentar a disponibilidade de créditos rotativos em R\$ 4 bilhões (US\$ 1,25 bilhões), sujeito ao cumprimento de determinadas cláusulas restritivas.

(aa) Em setembro de 2018 a subsidiária JBS antecipou o pagamento das parcelas do Acordo de Normalização, que venceriam em 2019 e 2020, em um montante de R\$ 2,0 bilhões.

(ab) Em outubro de 2018, a subsidiária indireta da JBS, JBS Investments II GmbH, captou US\$ 500.000 (R\$ 1,9 bilhões) referente a precificação das notas sêniores com vencimento em 2026, com a JBS como garantidora. A subsidiária JBS utilizou os recursos captados, juntamente com recursos disponíveis em caixa, recomprou as notas da própria Companhia com vencimento em 2020 e remuneração de 7,00%, no montante de US\$ 1,0 bilhão (R\$ 3,8 bilhões).

(ac) Em outubro de 2018, controlada da JBS, a JBS Lux, a JBS Australia, a JBS Food Company e a JBS Food Canada celebraram uma linha de crédito rotativo ("Linha de Crédito Rotativo") com o Royal Bank do Canadá, como agente administrativo, e outros credores. A Linha de Crédito Rotativo estabelece uma disponibilidade de US\$ 900 milhões (R\$ 3,6 bilhões) sob um compromisso de linha rotativa com vencimento em 12 de outubro de 2023. A Linha de Crédito Rotativo está disponível em três tranches de US\$ 650 milhões (R\$ 2,6 bilhões), US\$ 175 milhões (R\$ 700 milhões) e US\$ 75 milhões cada (R\$ 300 milhões), e em condições e preço similares à operação anterior.

(ad) Em 18 de outubro de 2018, JBS Investments II GMBH, subsidiária integral da JBS, emitiu US\$ 500 milhões (R\$ 2 bilhões) em notas sêniores com vencimento em janeiro de 2026 com cupom de 7,0%. Em 29 de outubro de 2018 a JBS concluiu a recompra da totalidade do montante principal agregado de US\$ 1 bilhão (R\$ 4 bilhões) das Notas Sêniores com vencimento em 2020, que possuíam cupom de 7,750% ao ano, por meio da utilização dos recursos provenientes das Notas Sêniores 2026 juntamente com recursos disponíveis em caixa.

(ae) Em 29 de outubro, a subsidiária da JBS, JBS USA anunciou uma oferta de recompra de até US\$ 500 milhões (R\$ 2 bilhões) de suas Notas com vencimento em 2021, que possuem cupom de 7,250% e montante total de US\$ 1,15 bilhão (R\$ 4,6 bilhões). Em 29 de outubro de 2018 a JBS USA concluiu a recompra por meio da utilização de recursos disponíveis em caixa, do montante principal agregado de aproximadamente US\$ 488 milhões (R\$ 1,95 bilhões) das suas Notas Sêniores com vencimento em 2021 e cupom de 7,25% ao ano, permanecendo um saldo de principal de cerca de US\$ 662 milhões (R\$ 2,65 bilhões).

(af) A subsidiária JBS fez adesão ao PRR em 2018 no montante de R\$ 2,4 bilhões, sendo que nenhuma provisão havia sido registrada para essa contingência, pois a probabilidade de perda era considerada como possível.

(ag) Em Dezembro de 2018 a Companhia adquiriu 80% de quotas de participação na empresa Original Corporate Corretora de Seguros Ltda (Original Corretora). A aquisição foi feita pelo valor de mercado de R\$ 178 Milhões do Banco Original e o pagamento da compra foi concluído em 2019.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

(ah) Em 17 de Dezembro de 2018 foi assinado entre a subsidiária Âmbor, sua controlada Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão) e a compradora Transmissoras Aliança Energia Elétrica S.A (TAESA) o acordo para compra e venda de 100% das ações representativas do capital das transmissoras São Pedro, São João, Vale do São Bartolomeu e Triângulo Mineiro, o closing da operação ocorreu em 14 de fevereiro de 2020.

(ai) Em fevereiro de 2019, por meio de sua controlada indireta Andrews Meat Industries Pty. Limited ("Andrews Meat"), a subsidiária JBS adquiriu 60% da participação acionária da White Stripe Foods Pty. Ltd ("White Stripe") pelo montante pago em caixa de R\$ 21.010 (US\$ 5.625) sujeito a ajustes de capital de giro. A White Stripe expande a rede de distribuição internacional de serviços de alimentação e redes de varejo. O ágio gerado nessa combinação de negócios de R\$ 21.025 (US\$ 4.925) não é elegível para dedutibilidade fiscal nos Estados Unidos da América.

(aj) Em março de 2019, por meio de sua controlada indireta Swift Beef Company ("Swift Beef"), a subsidiária JBS adquiriu 100% da participação acionária da Imperial Beef, LLC ("Imperial Beef") pelo montante pago em caixa de R\$ 21.362 (US\$ 5.483) sujeito a ajustes de capital de giro. A Imperial Beef proporciona aquisição de carnes de primeira linha. Não foi gerado ágio na operação.

(ak) Em março de 2019, por meio de sua controlada direta Seara Alimentos, a subsidiária JBS adquiriu 100% da participação acionária da SAFRIO Serviços de Armazenagem Frigorificadas Ltda., sendo R\$ 5.417 pago em caixa e R\$ 125.708 diferidos em parcelas reconhecidas sobre a rubrica "Compromissos com terceiros para investimentos". A SAFRIO tem como principal negócio um centro de distribuição e armazenagem de produtos destinados a exportação via portos do Estado de Santa Catarina. O ágio gerado nessa combinação de negócios foi de R\$ 74.338. O ágio gerado nas combinações de negócio no Brasil somente é elegível para dedutibilidade fiscal pela incorporação ou alienação dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

(al) Em abril de 2019, por meio de sua controlada direta Seara Alimentos, a subsidiária JBS assinou um contrato de compra e venda de uma processadora de suínos incluindo sistemas de integração com a Adelle Indústria de Alimentos Ltda., localizados no Estado do Rio Grande do Sul. O preço em contrapartida da aquisição dos ativos é de R\$ 235.000, sendo: R\$ 80.000 por meio de dação em pagamento do Frigorífico Frederico, localizado em Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul e o restante foi pago em caixa e assunção de dívidas. A data efetiva de aquisição foi em 1 de agosto de 2019.

(am) Em abril de 2019, por meio de suas controladas JBS USA, JBS USA Finance, Inc. e JBS USA Food Company, a subsidiária JBS realizou a reabertura e precificou as notas com vencimento em julho de 2024, julho de 2025, e abril de 2029. As Notas serão garantidas pela subsidiária JBS e são parte de sua estratégia de liability management. A JBS utilizou os recursos da transação, juntamente com saldo em caixa, para amortização de R\$ 3,9 bilhões (US\$ 1 bilhão) do saldo do Term Loan da JBS USA. com vencimento em outubro de 2022. E, por meio de sua controlada indireta JBS USA, a JBS captou R\$ 7,2 bilhões (US\$ 1,9 bilhão) em linha de crédito garantida com custo de LIBOR + 2,50% e vencimento em 2026. Com os recursos provenientes desta captação, a JBS USA liquidou o saldo do Term Loan B com vencimento em 2022.

(an) Em 2 de abril de 2019, a subsidiária JBS anunciou através de fato relevante que realizou, por meio de sua controlada direta JBS Investments GmbH II, a reabertura das notas com vencimento em janeiro de 2026 ("Notas 2026"). As Notas 2026 serão garantidas pela JBS que pretende utilizar os recursos da transação para alongamento do perfil de vencimento de suas dívidas, por meio do pagamento de dívidas com vencimento em prazo mais curto.

(ao) Em 22 de abril de 2019, por meio de sua controlada JBS USA Lux, a subsidiária JBS notificou o agente fiduciário sobre as Notas Sêniores com vencimento em 2021 da intenção de resgatar R\$ 1,7 bilhões (US\$ 416.600). O resgate dessas notas irá ocorrer em 1 de junho de 2019 e será igual ao valor do principal das notas a serem resgatadas mais juros acumulados, a partir da data de resgate.

(ap) Em maio de 2019, a subsidiária Eldorado captou Cédulas de Crédito Bancário à taxa pré-fixada.

(aq) Em maio de 2019, a controlada indireta JBS USA anunciou um plano no montante de R\$ 379.610 (US\$ 95.000) de investimentos para expansão na sua unidade de produção de carne bovina em Grand Island, no Nebraska, Estados Unidos da América. O projeto inclui novas e melhoradas áreas de manejo animal, instalações de chão de fábrica modernas, com controle de temperatura, além da reconfiguração da fábrica de forma a melhorar a experiência entre os colaboradores, a segurança do alimento e a qualidade do produto. O projeto de expansão irá permitir que a subsidiária JBS se capitalize de forma estratégica na crescente demanda por carne bovina americana de alta qualidade e por produtos de valor agregado de carne bovina.

(ar) Em maio e junho de 2019, a subsidiária JBS realizou o pagamento de aproximadamente R\$ 4,981 bilhões (US\$ 1,300 bilhão) relativos à amortização de parte das dívidas reguladas pelo Acordo de Normalização e mantidas junto às instituições financeiras signatárias no Brasil. Esse pagamento reflete a estratégia da subsidiária JBS de reduzir o montante das suas dívidas que possuem garantias e consequentemente de suas despesas financeiras.

(as) Entre junho e agosto de 2019, a subsidiária JBS captou um empréstimo de aproximadamente R\$ 450 milhões no mercado financeiro com prazo de vencimento de 18 meses, com objetivo de capital de giro e investimentos em suas controladas, o vencimento final deste empréstimo foi aditado em dezembro de 2020 para julho de 2023.

(at) Em 23 de julho de 2019, a subsidiária JBS anunciou que, por meio de sua controlada direta JBS Investments II GmbH, realizou a emissão e precificação de notas sênior em um valor total de R\$ 2,8 bilhões (US\$ 750.000), com taxa de 5,75% ao ano e vencimento em 2028. Adicionalmente, a JBS USA, por meio de suas controladas JBS USA Lux S.A., JBS USA Finance, Inc. e JBS USA Food Company, realizou a emissão e precificação de notas sênior em um montante total de R\$ 4,7 bilhões (US\$ 1,25 bilhão), com taxa de 5,50% e vencimento em 2030. As notas serão garantidas pela subsidiária JBS. Os recursos obtidos com as transações serão utilizados para o resgate de duas notas sêniores da JBS. O primeiro sendo de até R\$ 1,3 bilhão (US\$ 350.000) do saldo da Nota Sênior com vencimento em 2023 (taxa de 6,25% ao ano), e o segundo para o resgate integral do saldo da nota sênior de R\$ 2,8 bilhões (US\$ 750.000) com vencimento em 2024 (taxa de 7,25% ao ano). O restante dos recursos captados serão utilizados para pagamento de dívidas com vencimentos mais curtos, incluindo dívidas referentes ao Acordo de Normalização.

(au) Em 30 de julho de 2019, a subsidiária JBS anunciou um investimento de R\$ 180.000, por meio de sua controlada direta Seara Alimentos, na construção de uma fábrica de biodiesel em Mafra, Santa Catarina, com início de operação previsto para 2021. Essa fábrica dobrará a capacidade produtiva com a fábrica em Santa Catarina, a qual deve superar os 600 milhões de litros/ano.

(av) Em 1 de agosto de 2019, a subsidiária JBS anunciou que, por meio de sua controlada direta Seara Alimentos, concluiu a compra de uma processadora de suínos, incluindo sistema de integração, localizados no município de Seberí (RS), no montante de R\$ 235.000, sendo: R\$ 80.000 por meio de dação em pagamento do Frigorífico Frederico (avaliado em aproximadamente R\$ 96.426), localizado em Frederico Westphalen (RS) e o restante foi pago através de caixa e equivalentes de caixa. A aquisição dessa operação está em linha com a estratégia da subsidiária JBS de aumentar sua capacidade de processamento de suínos. O ágio estimado gerado nessa combinação de negócios de R\$ 143.541 somente é elegível para dedutibilidade fiscal através da incorporação ou alienação dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

(aw) Em 28 de agosto de 2019, a subsidiária JBS anunciou que, por meio de sua controlada indireta Pilgrim's Pride Corporation ("PPC"), celebrou um contrato para adquirir 100% Tulip Company ("Tulip") pelo preço de aproximadamente R\$ 1,473 bilhões (US\$ 354.000), que será pago em caixa. A aquisição da Tulip faz parte da estratégia de criar uma líder em proteína e alimentos preparados na Europa por meio da expansão do portfólio de alimentos preparados para 21% das vendas globais da PPC. Ainda, em 15 de outubro de 2019, a JBS anunciou que, por meio de sua controlada indireta PPC, concluiu a aquisição da Tulip. A aquisição foi aprovada unanimemente pelo Conselho de Administração da PPC.

- (ax)** Em agosto de 2019, a subsidiária Eldorado celebrou um contrato de pré-pagamento à exportação com vigência de três anos e taxa de juros de Libor + spread.
- (ay)** Em 22 de outubro de 2019, por meio de sua controlada indireta Rigamonti Salumificio S.p.A ("Rigamonti"), a subsidiária JBS adquiriu 100% da participação acionária da Brianza Salumi S.R.L. ("Brianza") por aproximadamente R\$ 59.022 (EUR 13.000), sendo R\$ 47.218 (EUR 10.400) pago à vista e R\$ 11.805 (EUR 2.600) serão pagos até outubro de 2020. A Brianza diversifica o portfólio de produtos da Rigamonti, reforçando o conceito de produtos de bem-estar, que a Bresaola já está inserida. O ágio estimado gerado nessa combinação de negócios em R\$ 39.958 (EUR 8.801) somente é elegível para dedutibilidade fiscal através da incorporação ou alienação dos ativos adquiridos e passivos assumidos.
- (az)** Em 6 de novembro de 2019, a subsidiária JBS anunciou que, através de sua subsidiária direta Seara Alimentos, celebrou um contrato para aquisição do Frigorífico Marba Ltda. ("Marba"), sujeito a aprovação das autoridades competentes. Essa aquisição está em linha com a estratégia da subsidiária JBS de ampliar a participação de produtos de maior valor agregado e de marcas em seu portfólio.
- (ba)** Em 12 de dezembro de 2019 a subsidiária Âmba emitiu Notas promissórias comerciais, com garantia real, em três séries totalizando o valor de R\$ 500 milhões a serem pagas em 18 meses, sendo R\$ 180 milhões em junho 2020, R\$ 160 milhões em dezembro 2020 e R\$ 160 milhões em junho 2021. Em maio de 2021 a Âmba liquidou a totalidade das notas promissórias.
- (bb)** Em 01 de janeiro de 2020, a subsidiária JBS anunciou que o prazo de vigência do acordo de acionistas celebrado com a JBS e BNDES Participações S.A - BNDESPAR foi encerrado em 31 de Dezembro de 2019, e portanto, o referido acordo deixou de produzir efeitos a partir desta data.
- (bc)** Em 18 de fevereiro de 2020, a subsidiária indireta da Companhia JBS USA, celebrou um acordo para a aquisição de unidades produtivas de carne pré embalada (case ready) e a marca Ledbetter com a Empire Packing Company, L.P. ("Empire") no montante de aproximadamente R\$ 1,034 bilhões (US\$ 238.000), sujeita à aprovação das autoridades locais.
- (bd)** Em 14 de fevereiro de 2020 a subsidiária Âmba, através de sua controlada FIP Milão conclui a operação de venda de duas transmissoras, São João Transmissora e São Pedro Transmissora para a TAESA, pelo montante de R\$ 753 milhões. Do montante total da transação, R\$ 99 milhões estão sujeitos a liberação nos termos e condições estabelecido pelas partes em uma conta escrow criada para a realização da operação.
- (be)** A subsidiária JBS anunciou em 11 de maio de 2020 que seu Conselho de Administração aprovou por unanimidade a doação de R\$ 700.000 para contribuir com os esforços de enfrentamento aos efeitos da pandemia do COVID-19. No Brasil o plano prevê a doação de R\$ 400.000 em três frentes: saúde pública, assistência social e apoio a ciência e tecnologia. A destinação desses recursos beneficiará diretamente 162 municípios e 17 unidades da Federação, a doação no Brasil contara com um suporte de um comitê consultivo de especialista e será auditado pela Grant Thornton, a qual abriu mão de seus honorários para também contribuir com o programa social.
- (bf)** A Companhia comunicou no dia 13 de maio de 2020 que foi homologado termo aditivo ao acordo de leniência firmado entre a holding e o Ministério Público Federal. O termo permite que sejam deduzidos do montante de R\$ 2,3 bilhões previstos para projetos sociais os "investimentos/projetos sociais, em áreas temáticas relacionadas em apêndice do Acordo de Leniência ou outras temáticas definidas por consenso entre as Partes do Acordo, e, mais especificamente, no combate à pandemia do COVID-19", os acionistas da J&F Investimentos, Wesley e Joesley Batista, decidiram, no entanto, renunciar a este direito no caso da doação anunciada pela JBS, portanto, os R\$ 400 milhões destinados ao Brasil para o combate ao COVID-19 não serão descontados do acordo de leniência, embora isso pudesse ser feito. Acreditamos que esse esforço adicional da holding e de seus acionistas será benéfico ao país hoje e no futuro, para contribuir com a reconstrução do Brasil pós-pandemia.
- (bg)** Em junho 2020, a Companhia captou um empréstimo de aproximadamente R\$ 300 milhões no mercado financeiro com prazo de vencimento de 36 meses, com objetivo de capital de giro e investimentos em suas controladas, o vencimento final deste empréstimo foi aditado em dezembro de 2020 para julho de 2023.
- (bh)** Em 09 de julho de 2020, a Companhia celebrou instrumento particular de compra e venda de ações do PicPay, alienando 67,64% da participação detida pela Companhia para o senhor José Batista Sobrinho. O montante total da operação foi de R\$ 217 milhões a serem pagos a prazo nas condições estabelecidas no contrato.
- (bi)** Em 10 de julho de 2020, a subsidiária JBS anunciou o resgate em dinheiro, (i) de US\$ 425 milhões (equivalente a R\$ 2,397 bilhões em 30 de setembro de 2020), que representa 100% do saldo agregado de principal das Notas Sêniores com cupom de 6,25% e vencimento em 2023 ("Notas 2023") emitidas pela JBS Investments GmbH; e (ii) de US\$ 450 milhões (equivalente a R\$ 2,538 bilhões em 30 de setembro de 2020), que representa 50% da totalidade do saldo agregado de principal, das Notas Sêniores com cupom de 5,875% e vencimento em 2024 ("Notas 2024") emitidas pela JBS USA Food Company, JBS USA Lux S.A. e JBS USA Finance, Inc. Ainda, em 14 de setembro, a JBS anunciou a intenção de resgatar a totalidade do saldo remanescente das Notas 2024, considerando o montante principal adicionado de juros provisionados e não pagos até, porém excluindo, a data de resgate.
- (bj)** Em 16 de julho de 2020, a subsidiária indireta da JBS USA, recomprou uma planta de processamento de carne de cordeiro de Greeley, Colorado, no montante de US\$ 13,5 milhões (equivalente a R\$ 73.925 em 30 de junho de 2020). A planta havia sido vendida a terceiros durante o exercício de 2016. A JBS USA pretende transformar a unidade em uma planta de processamento de carne bovina futuramente.
- (bk)** Em 4 de agosto de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a aquisição dos ativos de margarina e maionese da Bunge Alimentos através da subsidiária indireta Seara Alimentos, no montante de R\$ 700.000, sujeito a ajustes de capital de giro. Ainda em agosto, o CADE levantou questionamentos sobre a operação. A Seara Alimentos aguarda a conclusão da operação.
- (bl)** Em 10 de agosto de 2020, a subsidiária indireta da Plumrose USA, anunciou planos para construir uma nova unidade de processamento de carne bovina e carne curada/cozida italiana nos Estados Unidos. A construção da unidade deverá custar US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 1,128 bilhão em 30 de setembro de 2020) e irá expandir a oferta de produtos de valor agregado da JBS.
- (bm)** Em 13 de agosto de 2020, a subsidiária JBS anunciou o cancelamento, aprovado em Reunião do Conselho de Administração, do saldo das ações mantidas em sua tesouraria nesta data, no montante total de 62.668.389 (sessenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil e trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da JBS, sem redução do valor do Capital Social. Ressaltando, que o plano de recompra de ações continua vigente.
- (bn)** Em 23 de setembro de 2020, a subsidiária JBS anunciou o programa "Juntos Pela Amazônia" que trata-se de um conjunto de iniciativas com visão de longo prazo que visa aumentar a conservação e o desenvolvimento do Bioma, engajando o setor e propondo ações para além da cadeia de valor. Os pilares fundamentais do Juntos Pela Amazônia são: (i) desenvolvimento da cadeia de valor; (ii) conservação e recuperação de florestas; (iii) apoio às comunidades; e (iv) desenvolvimento científico e tecnológico.
- (bo)** Em 28 de agosto de 2020, a subsidiária Eldorado do leilão n° 001/2020 ("leilão"), realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), de áreas e infraestruturas públicas para a movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente celulose, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogáveis por sucessivas vezes, a exclusivo critério de Poder Concedente, até o limite máximo de 70 (setenta) anos, incluídos o prazo de vigência original e todas as prorrogação. A Eldorado apresentou a proposta vencedora para o terminal STS14, localizado no Porto de Santos, no estado de São Paulo, no valor de R\$ 250.000. Em 30 setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União ("DOU") o resultado de julgamento do Leilão, declarando que a Companhia sagrou-se vencedora do referido certame. Em 03 de novembro de 2020, a Eldorado realizou o

pagamento do valor de R\$ 62.500, equivalente a 25% do valor de outorga e em 17 de novembro de 2020, foi assinado um Contrato pela Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda, subsidiária integral da Companhia. O saldo valor da outorga será pago em 5 parcelas anuais.

(bp) Acordo SEC: Conforme divulgado ao mercado, em 14 de outubro de 2020, a subsidiária JBS e seus acionistas controladores Wesley Batista e Joesley Batista celebraram um acordo civil com a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos ("SEC"), relacionado à conduta por violações das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos que tiveram como resultado que a subsidiária indireta da Companhia, PPC falhou em manter precisos seus livros, registros e controles contábeis internos. O acordo estabeleceu o pagamento de uma multa pela JBS (Controladora) no valor de US\$ 26,9 milhões (equivalente a R\$ 151.546 na data da transação), registrado sobre a rubrica "Despesas gerais e administrativas" na subsidiária JBS. Além disso, a Companhia deverá durante o prazo de 3 anos, revisar, avaliar e informar à SEC sobre a efetividade das políticas anticorrupção, procedimentos, práticas, controles internos e manutenção de registros e processos de reportes financeiros da JBS e de quaisquer emissores de valores mobiliários nos Estados Unidos que estejam sob o controle direto ou indireto da Companhia.

(bq) Em 14 de outubro de 2020, a subsidiária indireta da Companhia, JBS USA Lux, resgatou o saldo remanescente das Notas 2024, sendo o montante de US\$ 8.800 milhões (equivalente a R\$ 47.347 em 30 de setembro de 2020) o prêmio pago pelo resgate das Notas, reconhecido sobre a rubrica "Impostos, contribuições, tarifas e outros" no resultado financeiro do período.

(br) Em outubro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com o Department of Justice dos Estados Unidos da América ("Acordo DOJ") que abrange violações das leis americanas derivadas dos mesmos fatos e condutas que foram objeto do acordo de leniência celebrado entre a J&F e o Ministério Público Federal e os acordos de colaboração celebrados entre Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista com a Procuradoria Geral da República ("Condutas"). O Acordo DOJ impõe à J&F o pagamento de uma multa no valor US\$ 256.497.026, a qual foi reduzida em 50% (cinquenta por cento) em decorrência dos valores pagos às autoridades brasileiras. Em razão disso, a J&F realizou o pagamento de US\$ 128.248.513 às autoridades americanas. O Acordo DOJ põe fim a qualquer exposição criminal nos Estados Unidos da J&F e de todas as suas afiliadas relacionadas às Condutas.

(bs) Em novembro de 2020 a Companhia emitiu Notas promissórias comerciais, com garantia real, em cinco séries totalizando o valor de R\$ 2.500 bilhões a serem pagas em 56 meses, sendo R\$ 350 milhões em junho 2021, R\$ 625 milhões em junho 2022 e R\$ 550 milhões em junho 2023, R\$ 550 milhões em junho 2024 e R\$ 425 milhões em junho de 2025, objetivo desta captação foi de investimentos em controladas e reforço de caixa. Em maio de 2021 a J&F efetuou o resgate antecipado das notas com vencimento em junho de 2021.

(bt) Em novembro de 2020 a Companhia firmou contrato de SWAP de ações sendo como retorno da contraparte a diferença entre a ponta passiva a ativa do SWAP. O vencimento da operação será em cinco vencimentos anuais contados a partir da data de execução de cada operação.

(bu) Em novembro de 2020, a controlada indireta da JBS a Seara concluiu a aquisição dos ativos de margarina e maionese da Bunge Alimentos S.A. no Brasil, aquisição previamente anunciada em 20 de dezembro de 2019 e que está em linha com a estratégia da subsidiária JBS de expandir seu portfólio de produtos de maior valor agregado e com marca.

(bv) Em 17 de dezembro de 2020, a subsidiária JBS cancelou 42.705.377 ações em tesouraria, dessa forma o saldo remanescente de ações em circulação é de 2.623.373.646.

(bw) Em 16 de fevereiro de 2021, a subsidiária indireta JBS USA pagou, em dinheiro, a totalidade do saldo remanescente do principal de US\$ 1,050 bilhão (equivalente a R\$ 5,456 bilhões em 31 de dezembro de 2020) das Notas 2025 com cupom de 5,75%, emitidas pela JBS USA Food Company, JBS USA Lux S.A. e JBS USA Finance, Inc.

(bx) Em 01 de março de 2021, o Conselho de Administração da subsidiária JBS aprovou uma nova emissão de debêntures privadas pela Companhia de até R\$ 1,8 bilhão, em duas séries com vencimento em 7 e 10 anos, destinadas à formação dos Direitos Creditórios do Agronegócio que constituirão lastro para a Oferta Pública dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio. Os recursos dessa operação serão utilizados para aquisição de bovinos. A liquidação dessa oferta está prevista para 05 de maio de 2021.

(by) Em 24 de março de 2021, a subsidiária JBS cancelou 112.237.876 ações em tesouraria. Dessa forma, o saldo remanescente de ações em circulação é de 2.511.135.770. A JBS submeteu para aprovação da Assembleia Geral Ordinária que ocorreu em 28 de abril de 2021, a distribuição de dividendos equivalente a R\$ 1,01 por ação no montante total de R\$ 2.511.136. Dessa forma, a JBS provisionou os 25% obrigatórios e destacou o dividendo adicional de R\$ 1.419.037 no patrimônio líquido, conforme demonstrado nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

(bz) Em 31 de março de 2021 a Companhia alienou 24.999.998 ações ordinárias e 50.000.000 de ações preferenciais da J&F Participações S.A. de quem detinha 75% de participação.

(ca) Em 19 de abril de 2021 a subsidiária JBS comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou um acordo para aquisição da totalidade das ações da Vivera, terceira maior produtora de produtos plant-based na Europa, por um valor de empresa (enterprise value) de € 341 milhões.

(cb) Em abril de 2021 a Companhia informou ao mercado em geral que Aguinaldo Ramos Filho assumiu sua presidência, substituindo José Antônio Batista Costa.

(cc) Em 08 de junho de 2021 a subsidiária JBS comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que realizou, nesta data, a emissão e a precificação no mercado internacional de US\$1,0 bilhão em Sustainability-Linked Unsecured Senior Notes atreladas ao compromisso de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Companhia, emitida pelo valor de face de US\$98,913, com yield de 3,75% ao ano, cupom de 3,625% ao ano e vencimento em 2032.

(cd) Em 08 de junho de 2021 a subsidiária JBS comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que firmou acordo para adquirir 100% da Rivalea Holdings Pty Ltd e 100% da Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd (em conjunto, "Rivalea"), pertencentes à empresa de alimentos QAF Limited, listada em Cingapura, por um valor de empresa (enterprise value) de AU\$175 milhões (US\$135 milhões). A aquisição está sujeita a aprovações regulatórias, incluindo pela Australian Competition and Consumer Commission (ACCC) e pelo Foreign Investment Review Board (FIRB), ambos na Austrália.

(ce) Em 09 de junho de 2021 a subsidiária JBS comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Fundo JBS pela Amazônia, constituído pela JBS em setembro de 2020, anuncia os primeiros seis projetos que, em conjunto, receberão R\$50 milhões de investimentos do Fundo.

2 Informações gerais sobre o Acordo de Colaboração de executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A.

A J&F Investimentos S.A. (J&F ou Companhia), com sede no Brasil é uma sociedade anônima fechada, que tem como propósito, investir e desenvolver seus negócios.

Em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da J&F, assumiram obrigações no Acordo de Colaboração Premiada firmado com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo o país, das investigações em torno de eventos contrários à lei.

2.1 Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A (controladora e controladas)

Em junho de 2017, a J&F, celebrou Acordo de Leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017.

No Acordo a Companhia compromete-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, a realizar investigações internas com o escopo de verificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos apresentados no Acordo.

Adicionalmente, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente, formado por 3 (três) membros independentes de reputação ilibada com o objetivo de supervisionar as auditorias realizadas na controladora e controladas.

Em razão dos fatos narrados no Acordo, a J&F se comprometeu a pagar a título de multa e ressarcimento mínimo o valor de R\$ 8,0 bilhões, no prazo de 25 anos, sendo R\$ 50 milhões em 05 parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, bem como a realizar a execução de projetos sociais no valor de R\$ 2,3 bilhões. Ainda em 2017, foram contratados os seguintes assessores legais e empresas especializadas em perícia forense para conduzir as investigações na controladora e suas controladas: (i) Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez Advogados; (ii) Campos Mello Advogados; (iii) Sampaio Ferraz Advogados; (iv) Pricewaterhouse Coopers Contadores Públicos Ltda; (v) FTI Consulting Brasil; (vi) Grand Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda, tendo esses atuado em uma ou mais empresas do grupo As investigações foram finalizadas, apresentadas e entregues nos anos de 2018, 2019 e 2020, na medida que eram concluídas em cada uma das empresas. A Companhia, portanto, encerrou o ano de 2020 com essa obrigação cumprida.

A J&F e as suas subsidiárias entendem que estão cumprindo com as obrigações assumidas no Acordo.

Em 2019, a Companhia contratou a empresa ECOVIS PEMOM Auditoria e Consultoria para realização de auditoria das obrigações constante no Acordo, que realizou a conclusão do trabalho no início de 2020 relativo à 2019 e no início de 2021 relativo à 2020.

2.2 Impactos contábeis apurados

Quando da divulgação anual das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelos executivos e Administradores que celebraram acordo de colaboração premiada, os demais membros da Administração da Companhia não tinham conhecimento das referidas colaborações premiadas, bem como dos eventuais efeitos nas demonstrações contábeis e demonstrações intermediárias divulgadas. Por esse motivo não houve menção nas demonstrações contábeis divulgadas àquela época.

De acordo com as informações obtidas no âmbito da delação premiada, e posteriormente confirmadas nas investigações internas, alguns executivos do Grupo J&F estavam envolvidos no esquema de pagamentos de propina a políticos de vários partidos e utilizou algumas de suas controladas como veículo para determinados pagamentos, tais como doações oficiais aos partidos políticos, notas fiscais e contratos sem a efetiva contraprestação de serviços.

A Administração da Companhia analisou todas as informações públicas e disponíveis, e constatou que todos os pagamentos relatados pelos colaboradores, haviam sido reconhecidos como parte de suas despesas dentro de cada exercício de competência, e que com exceção as doações oficiais, foram considerados dedutíveis para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL).

Diante do exposto, a Administração da Companhia determinou que as despesas pagas sem a efetiva prestação de serviços e entrega de insumos, fossem imediatamente excluídas de forma permanente da base de cálculo do IR e da CSLL dos respectivos exercícios em que foram considerados como dedutíveis. Para estas despesas, também foram considerados os eventuais efeitos relacionados ao IRRF, bem como de outros eventuais tributos que tais pagamentos estão sujeitos, incluindo eventuais multas e juros desde essa época.

Como resultado dessas análises internas, a Companhia identificou uma necessidade de ajuste referente os exercícios de 2012 a 2017 no consolidado no montante de R\$ 1.559.964 na rubrica de prejuízos acumulados.

Assim, as demonstrações contábeis em 01 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 foram ajustadas para corresponder a estes impactos de irregularidades verificadas, após as informações mencionadas no acordo de colaboração dos executivos e ex-executivos do Grupo J&F, bem como no Acordo, conforme demonstrado na nota explicativa.

2.2.1 Flora

Como resultado das análises internas, a Flora identificou uma necessidade de ajuste referente os exercícios de 2012 a 2017 no montante de R\$ 25.604, sendo:

- i. R\$ 10.096 referente ao exercício de 2013;
- ii. R\$ 12.163 referente ao exercício de 2014;
- iii. R\$ 1.374 referente ao exercício de 2015;
- iv. R\$ 1.145 referente ao exercício de 2016 e
- v. R\$ 826 referente ao exercício de 2017, registrado como provisão para contingências fiscais.

2.2.2 Eldorado:

Dos temas analisados, o único que trouxe impactos contábeis à Eldorado foi aquele relacionado à verificação das circunstâncias de pagamentos realizados pela Eldorado no esquema operado por Lúcio Funaro para a liberação de recursos pelo FI-FGTS e Caixa Econômica Federal (CEF). A Eldorado identificou uma necessidade de ajuste referente os exercícios de 2012 a 2014 no montante de R\$ 37.400, sendo:

- i. R\$ 5.345 referente ao exercício de 2012;
- ii. R\$ 27.995 referente ao exercício de 2013 e
- iii. R\$ 4.060 referente ao exercício de 2014, registrado como provisão para contingências fiscais.

2.2.3 JBS:

Como resultado dessas análises internas, a JBS identificou uma necessidade de ajuste referente os exercícios de 2012 a 2017 no montante de R\$ 1.496.960, sendo:

- i. R\$ 246.137 referente ao exercício de 2012;
- ii. R\$ 27.330 referente ao exercício de 2013;
- iii. R\$ 775.279 referente ao exercício de 2014;
- iv. R\$ 268.107 referente ao exercício de 2015;
- v. R\$ 145.555 referente ao exercício de 2016 e
- vi. R\$ 34.552 referente ao exercício de 2017, registrado como provisão para contingências fiscais.

Assim, as demonstrações contábeis de 2016, bem como as demonstrações intermediárias do primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2017, foram reapresentadas devido a materialidades de tais impactos.

3 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações. As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como “Controladora” e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como “Consolidado”.

A elaboração das demonstrações contábeis exigem que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos e passivos. Os ativos e passivos que estão sujeitos a essas estimativas compreendem a: vida útil do imobilizado, valor estimado de recuperação de ativos de longo prazo, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido, provisões de obrigações fiscais, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos), e outras estimativas similares referente a escolha de taxas de juros e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação de uma transação envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido à possível falta de precisão inerente ao processo. Algumas de nossas políticas contábeis exigem graus mais elevados de julgamento do que outros em sua aplicação. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Administração.

As políticas contábeis relacionadas ao imobilizado, estoques, reconhecimento de receita, segmentos operacionais, empréstimos e demais itens são descritos nas demonstrações contábeis.

A fim de proporcionar um entendimento a respeito de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis:

a. Contabilização de combinação de negócios, teste de recuperabilidade de ágio e de ativos intangíveis

A Companhia e suas controladas realizaram aquisições que geraram ágio de rentabilidade futura e ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

De acordo com as Normas Internacionais de contabilidade (IFRS) 3 “Combinações de Negócios”, o excesso pago da contraprestação, o valor de qualquer participação minoritária na adquirida (quando aplicável) e o valor justo, data da aquisição, de qualquer participação detida na adquirida sobre o valor justo líquido do ativo identificável adquirido nessa data é registrada como ágio. O preço de aquisição consiste no caixa pago, o valor justo do capital e o justo valor da contraprestação contingente. O IFRS3 não permite que em uma combinação de negócio, o ágio de rentabilidade futura, bem como os ativos intangíveis com vida útil indefinida sejam amortizados, entretanto, eles devem ter o seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente.

A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, e também para a determinação de sua vida útil, e geralmente contrata prestadores de serviços para assistir no processo de valorização. O processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos.

Os ativos e passivos são inicialmente registrados em nossa melhor estimativa de valor justo. Usualmente são contratados avaliadores terceiros para auxiliar na avaliação dos ativos e passivos adquiridos. Quando terceiros estão envolvidos no desenvolvimento dessas estimativas, a Administração avalia a adequação das premissas significativas utilizadas nas estimativas de avaliação, o que muitas vezes envolve um processo iterativo com os avaliadores. Também são avaliadas as qualificações e a reputação dos avaliadores e a razoabilidade das premissas do valor justo global através da comparação com outras aquisições. Através deste processo, são obtidas informações suficientes para verificar se as metodologias de avaliação utilizadas estão em conformidade com a IFRS 13 “Mensuração do Valor Justo”. As estimativas do valor justo de ativos adquiridos e dos passivos assumidos são ajustadas durante o período de mensuração (que não deve exceder um ano, a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos são reconhecidos refletindo novos fatos e circunstâncias existentes após a data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos. Estes ajustes não são frequentes e historicamente, não foram significativos.

Nos testes de impairment, os ativos são segregados em grupos que geram entradas de caixa, que são em sua maioria independentes das entradas de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGC). O ágio gerado devido a uma combinação de negócios é alocado em uma UGC ou grupos de UGC, as quais se esperam benefício entre sinergias da combinação.

As UGC(s) tem seu valor recuperável testado anualmente, ou sempre que hajam eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. Os grupos de UGC que contém ágio tem seu valor recuperável testado anualmente e sempre que eventos e circunstâncias indicarem que o valor recuperável pode ser menor que o valor contábil. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos o custo de venda ou o valor em uso. A Companhia estima, em primeiro lugar, o valor em uso das UGC e, se for menor que o valor contábil, a Companhia estimará o valor justo menos o custo de venda. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nossas estimativas do valor em uso dos grupos da UGC excederam seus valores contábeis e, portanto, não foram determinadas as estimativas de valor justo menos custo de venda. Nossas estimativas de valor em uso envolvem a utilização de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos demonstradas na nota 16. As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

b. Ativos biológicos

As controladas utilizam-se de estimativas e julgamentos para determinar o valor justo dos ativos biológicos, tais como valor de mercado, ciclo de vida médio, período de postura de ovos, e de reprodução. Os ativos biológicos são avaliados a custo a menos que exista um mercado ativo. Os ativos biológicos consumíveis (animais para abate) e para produção (matrizes) estão avaliados pelo seu valor justo, sendo aplicada a técnica de abordagem de custo aos animais vivos. Na apuração do valor justo dos animais vivos já estão computadas todas as perdas inerentes ao processo de criação.

c. Imposto de renda e contribuição social - diferido e corrente

A Companhia reconhece impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. No consolidado, o imposto de renda é estimado em conformidade com os regulamentos de diversas jurisdições onde conduzimos nossos negócios o que requer estimar a posição fiscal atual e avaliar as diferenças temporárias que resultam na diferença entre o tratamento diferente de determinados itens para fins tributários e contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Uma parte dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais pode não ser reconhecida uma vez que a Administração não consiga determinar com segurança que a realização seja provável podendo ser reconhecida quando houver mudança de cenário. Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável. A utilização de prejuízos fiscais em outras jurisdições expira entre 10 e 20 anos.

Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente e só são reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para sua compensação, baseando em lucros tributáveis projetados, e são limitados ao valor provável de sua realização.

O valor contábil de um ativo diferido é revisado anualmente no final do exercício. Reduzimos o valor contábil de um ativo fiscal diferido quando não é provável que existam lucros tributáveis suficientes para permitir que parte ou todo benefício do ativo diferido seja utilizado. A redução é revertida quando provável que existam lucros tributáveis suficientes. Impostos correntes e diferidos são demonstrados na nota 23.

d. Provisão para contingências

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize-se de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração utilize-se de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Companhia está sujeita a processos natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Nenhuma provisão é registrada se o passivo é avaliado como possível mas não provável. Perdas avaliadas como possível são demonstradas em nossas notas explicativas nas demonstrações contábeis. Caso a perda seja avaliada como remota, nenhuma provisão é registrada e a divulgação da mesma não é requerida. Demonstramos nossas contingências significativas na nota 24.

e. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de qualquer custo de transação atribuído a transação, ou aquisição, do ativo ou passivo financeiro. A remensuração dos ativos e passivos financeiros ocorre no final de cada período de acordo com a classificação de cada ativo ou passivo financeiro, que são classificados, conforme segue: (1) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; (2) empréstimos concedidos e recebíveis; (3) passivos pelo custo amortizado; e (4) instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não designou nenhum derivativo como hedge de fluxo de caixa, e portanto, todo o ajuste de valor justo é reconhecido no resultado do período.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Os derivativos de mercado futuro têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O swap é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente. As cotações futuras utilizadas para o cálculo da curva deste contrato foram extraídas da base de dados da Bloomberg. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Empréstimos concedidos e recebíveis: Empréstimos concedidos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são registrados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros pelo custo amortizado: A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: De acordo com uma política de gerenciamento de risco do grupo, a Companhia contrata ou vende instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros. Estes instrumentos financeiros são registrados apenas a partir do momento em que a Companhia se torne parte das disposições contratuais dos instrumentos. Derivativos são mensurados inicialmente a valor justo e, qualquer custo incorrido de transação diretamente atribuído ao mesmo, é registrado no resultado do período. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria, com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio. Os montantes classificados nas demonstrações de fluxo de caixa e demonstração do resultado do exercício são consistentes com a natureza do instrumento. A maioria dos ganhos e perdas relativos a proteção anterior da Companhia de celebrar contratos de derivativos para proteger a Companhia contra a desvalorização do Real, foram registrados como um componente da receita (despesa) financeira, conforme demonstrado na Nota 27.

Em conjunto com os ativos e passivos financeiros não-derivativos, os derivativos são apresentados líquidos nas demonstrações contábeis quando a Companhia possui o direito de apresentá-los líquidos e pretende liquidá-los da mesma forma ou realizar o ativo e o passivo simultaneamente. Caso estes critérios não sejam atendidos, os instrumentos financeiros são apresentados em valor bruto nas demonstrações contábeis. Usualmente, os nossos contratos com as partes especificam que os derivativos serão liquidados em montantes líquidos. Não existem saldos materiais que não atendem a esses critérios. Derivativos ativos e passivos, por tipo de contrato, são apresentados na nota 33.

f. Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas de acordo com a respectiva moeda funcional de cada entidade. Para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação das informações que têm moeda funcional diferente da moeda de apresentação (R\$) são convertidos conforme abaixo:

- i. os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período;
- ii. as contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio;
- iii. todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de Outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente sobre a rubrica "Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em controladas".

g. Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

h. Demonstrações contábeis consolidadas e investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures")

A Companhia consolida todas as empresas controladas. A Companhia controla uma entidade quando assume os riscos e benefícios ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

Os investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios.

Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital".

i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de realização e liquidação; e iii) a taxa de desconto.

j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros:

A partir de 1 de janeiro de 2018 a Companhia e suas controladas adotaram o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros como base para reconhecimento, classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Também ocorreram alterações no método de mensuração de expectativa de perda esperada em ativos financeiros, que deixa de ser realizada com base em perda histórica e passa a ser realizada a partir da análise de dados históricos e a expectativas de perda futura.

A Companhia e suas controladas revisaram a metodologia de estimativa de impairment de acordo com o IFRS e não identificaram impactos significativos com a adoção desta norma em relação à perda esperada.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros para mensurar as perdas de crédito esperadas, que utiliza uma provisão para perdas esperadas para todas as contas a receber. As alterações na metodologia não representaram alterações no saldo líquido do contas a receber de exercícios anteriores.

Riscos de perdas em outros ativos financeiros são monitorados periodicamente pela Companhia e suas controladas que não identificaram riscos de crédito desses ativos em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, houve a adequação da nomenclatura de classificação contábil dos instrumentos financeiros, sem que tenha havido mudanças na forma como tais instrumentos são remensurados posteriormente.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:

A partir de 1 de janeiro de 2018 a Companhia e suas controladas adotaram o IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes. A norma traz os princípios para uma entidade aplicar para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: i) identificação dos contratos com os clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia e suas controladas tenham direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A Companhia e suas controladas avaliaram a nova norma, desde a forma de mensuração e de reconhecimento das receitas, das bonificações, dos descontos e das devoluções, bem como as políticas, os processos e os contratos individuais significativos; e, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras e a transferência do controle dos bens não são complexas a política contábil utilizada pela Companhia não sofreu alterações significativas.

Ademais, a Companhia e suas controladas já adotavam a prática de reconhecer as bonificações de forma que a receita líquida represente o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes.

IFRS 16 - Arrendamento mercantil:

Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019). A norma irá impactar o registro dos arrendamentos operacionais em aberto conforme nota 18.a. Arrendamentos operacionais.

A Companhia e suas controladas adotaram este pronunciamento a partir de 1 de janeiro de 2019. O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes.

A Companhia e suas controladas estão aplicando o IFRS 16/CPC 06(R2) desde 1 de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, os efeitos da nova norma estão sendo reconhecidos sobre os contratos em vigor em 1 de janeiro de 2019, sem alteração para fins de comparabilidade dos saldos de 2018. A Companhia e suas controladas reconhecerão novos ativos e passivos para seus contratos com direito de uso de ativos identificáveis (arrendamentos operacionais).

Os contratos identificados pela Companhia referem-se substancialmente aos arrendamentos de imóveis, máquinas e equipamentos, plantas operacionais, equipamentos de informática, veículos, entre outros. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada e passará a ser registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil, além de haver o reconhecimento da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento mercantil.

Até 31 de dezembro de 2018, estas despesas foram registradas mensalmente em contas de despesas com características de aluguel (arrendamento operacional) durante o prazo contratual, e os passivos foram reconhecidos mensalmente de acordo com o uso do ativo identificável e/ou prestação de serviços, bem como foram registrados os respectivos pagamentos efetivos dos arrendamentos.

Devido a elevada necessidade de interpretações e análise de volume de contratos da referida norma, assim como implementação de sistema de controle, os impactos calculados e estimados de sua adoção podem eventualmente variar. Cabe também ressaltar que essas novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações contábeis individuais e consolidadas que incluam a adoção inicial. Por isso, a Companhia apresenta os impactos estimados em limites mínimos e máximos esperados. O impacto estimado nas demonstrações contábeis a partir de 1 de janeiro de 2019 é de um aumento entre R\$ 1.000 até R\$ 1.200.000 na Controladora, e de R\$ 3.800.000 até R\$ 4.600.000 no Consolidado, no ativo intangível como "Direito de uso", em contra partida a uma obrigação de leasing de mesmo valor no passivo circulante e não circulante como "Provisão para arrendamento mercantil". Na Demonstração do Fluxo de Caixa os arrendamentos, antes classificados como atividades operacionais, passarão a ser considerados como atividades de financiamentos.

A Companhia e suas controladas acreditam que os passivos decorrentes da adoção deste pronunciamento não façam parte do cálculo dos acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, descritos na nota explicativa 16 - Empréstimos e financiamentos.

IFRIC 22 – Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamentos:

Em dezembro de 2016, o IASB emitiu o IFRIC 22, que trata da taxa de câmbio que deve ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira. A interpretação esclarece que a data da transação é aquela em que o ativo ou passivo não monetário foi reconhecido. O IFRIC 22 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não espera impactos relevantes, visto que transações com estas características já estão aderentes à norma.

IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A partir de 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o ICPC 22 que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12), quando há incertezas no tratamento dos tributos sobre o lucro.

A Companhia acredita na legitimidade de seus tratamentos fiscais, mas a disposto da nova norma, avaliou quais os tratamentos fiscais não seriam prováveis de serem aceitos considerando a esfera judicial como sendo a instância de decisão.

A Companhia e suas subsidiárias não identificaram tratamentos tributários incertos aos quais devessem ser reconhecidos em suas demonstrações contábeis, com exceção da aplicação de tratados para evitar a dupla tributação no cálculo dos lucros auferidos no exterior. A Companhia reconheceu os efeitos da adoção desta interpretação de forma retrospectiva, sem a apresentação das informações comparativas, com efeito cumulativo no patrimônio líquido em 1 de janeiro de 2019 no valor de R\$ 1.908.796. Após a adoção inicial, os efeitos desse assunto foram considerados ao determinar o lucro / (prejuízo) fiscal tributável e foram reconhecidos no resultado do exercício.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter impacto relevante decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

3.1 Reapresentação das demonstrações contábeis dos períodos comparativos:

Devido aos impactos identificados em decorrência do exposto na nota explicativa 2 e suas operações descontinuadas, a Companhia está reapresentando para fins de comparabilidade os saldos dos exercícios iniciais de 01 de janeiro de 2016 e findos em 31 de dezembro de 2016, em conformidade com o CPC 23 (correspondente ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros) e o CPC 31 (correspondente ao IFRS 5 - Ativo não circulante mantido para a venda e operação descontinuada).

Os impactos desses ajustes nas respectivas demonstrações estão a seguir apresentados:

Balancos patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Controladora					
	31.12.16 Ajustado	Ajustes	31.12.16	01.01.16 Ajustado	Ajustes	31.12.15
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	46.112	-	46.112	61.537	-	61.537
Contas a receber de clientes	8.015	-	8.015	127.763	-	127.763
Dividendos a receber	34.081	-	34.081	499.955	-	499.955
Estoques	-	-	-	4.879	-	4.879
Impostos a recuperar	35.494	-	35.494	4.923	-	4.923
Créditos com Empresas ligadas	40.705	-	40.705	45.153	-	45.153
Outros ativos circulantes	2.041	-	2.041	263.078	-	263.078
TOTAL DO CIRCULANTE	166.448	-	166.448	1.007.288	-	1.007.288
NÃO CIRCULANTE						
Impostos a recuperar	95.357	-	95.357	-	-	-
Títulos a receber	87.200	-	87.200	134.209	-	134.209
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.358	-	1.358	-	-	-
Investimentos em controladas, joint ventures e outros	17.028.458	(657.705)	17.686.163	18.078.484	(592.771)	18.671.255
Imobilizado	1.409	-	1.409	55.109	-	55.109
Intangível	422.003	-	422.003	15	-	15
Ágio	1.018.944	-	1.018.944	1.226.954	-	1.226.954
Outros ativos não circulantes	69	-	69	21.068	-	21.068
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	18.654.798	(657.705)	19.312.503	19.515.839	(592.771)	20.108.610
TOTAL DO ATIVO	18.821.246	(657.705)	19.478.951	20.523.127	(592.771)	21.115.898

Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

	Controladora					
	31.12.16 Ajustado	Ajustes	31.12.16	01.01.16 Ajustado	Ajustes	31.12.15
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	2.930	-	2.930	9.460	-	9.460
Partes relacionadas	141.093	-	141.093	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	774.619	-	774.619	879.951	-	879.951
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	9.076	-	9.076	5.276	-	5.276
Débito com terceiros	7.805	-	7.805	47.863	-	47.863
Outros passivos circulantes	4.660	-	4.660	6.804	-	6.804
TOTAL DO CIRCULANTE	940.183	-	940.183	949.354	-	949.354
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	2.823.353	-	2.823.353	3.647.784	-	3.647.784
Partes relacionadas	900.510	-	900.510	702.110	-	702.110
Débito com terceiros	-	-	-	7.805	-	7.805
Imposto de renda e contribuição social diferidos	239.665	-	239.665	244.066	-	244.066
Provisão para riscos processuais	3.748	-	3.748	3.366	-	3.366
Débito com acionistas	1.173.583	-	1.173.583	2.142.880	-	2.142.880
Outros passivos não circulantes	22.065	-	22.065	188.866	-	188.866
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.162.924	-	5.162.924	6.936.877	-	6.936.877
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	8.207.760	-	8.207.760	6.733.744	-	6.733.744
Transações de capital	2.134.644	-	2.134.644	2.332.320	-	2.332.320
Reserva de reavaliação	28.205	-	28.205	30.215	-	30.215
Reservas de lucros	3.959.210	(657.705)	4.616.915	3.396.780	(592.771)	3.989.551
Outro resultados abrangentes	(1.611.680)	-	(1.611.680)	143.837	-	143.837
Atribuído à participação dos acionistas controladores	12.718.139	(657.705)	13.375.844	12.636.896	(592.771)	13.229.667
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.718.139	(657.705)	13.375.844	12.636.896	(592.771)	13.229.667
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.821.246	(657.705)	19.478.951	20.523.127	(592.771)	21.115.898

Balancos patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Consolidado					
	31.12.16 Ajustado	Ajustes	31.12.16	01.01.16 Ajustado	Ajustes	31.12.15
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	11.662.317	-	11.662.317	21.255.225	-	21.255.225
Contas a receber de clientes	11.408.757	-	11.408.757	14.158.353	-	14.158.353
Estoques	11.223.017	-	11.223.017	12.883.836	-	12.883.836
Ativos biológicos	2.673.113	-	2.673.113	2.886.366	-	2.886.366
Impostos a recuperar	2.303.107	-	2.303.107	3.605.456	-	3.605.456
Derivativos a receber	52.208	-	52.208	944.947	-	944.947
Créditos com Empresas ligadas	24.500	-	24.500	-	-	-
Ativos de operações descontinuadas	1.210.860	-	1.210.862	1.579.750	-	1.579.750
Outros ativos circulantes	65.453	-	65.453	13.380.112	-	13.380.112
TOTAL DO CIRCULANTE	40.623.332	-	40.623.334	70.694.045	-	70.694.045
NÃO CIRCULANTE						
Partes relacionadas	1.315.526	-	1.315.526	-	-	-
Ativos biológicos	3.027.829	-	3.027.829	2.841.794	-	2.841.794
Impostos a recuperar	5.784.270	-	5.784.270	2.265.205	-	2.265.205
Títulos a receber	87.200	-	87.200	134.209	-	134.209
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.242.514	16.535	1.225.979	-	-	-
Investimentos em controladas, joint ventures e outros	328.407	-	328.407	443.099	-	443.099
Imobilizado	41.301.128	(6.774)	41.307.902	43.045.215	(7.137)	43.052.352
Intangível	8.551.755	-	8.551.755	10.390.259	-	10.390.259
Ágio	25.101.133	-	25.101.133	27.873.770	-	27.873.770
Outros ativos não circulantes	2.478.289	-	2.478.289	1.915.152	-	1.915.152
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	89.218.051	9.761	89.208.290	88.908.703	(7.137)	88.915.840
TOTAL DO ATIVO	129.841.383	9.761	129.831.624	159.602.748	(7.137)	159.609.885

Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

	Consolidado					
	31.12.16 Ajustado	Ajustes	31.12.16	01.01.16 Ajustado	Ajustes	31.12.15
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	11.888.086	-	11.888.086	13.218.922	-	13.218.922
Partes relacionadas	141.093	-	141.093	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	22.355.960	-	22.355.960	25.322.459	-	25.322.459
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	3.590.095	-	3.590.095	4.276.763	-	4.276.763
Dividendos declarados	64.163	-	64.163	633.052	-	633.052
Débito com terceiros	168.919	-	168.919	949.779	-	949.779
Derivativos a pagar	149.675	-	149.675	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas	1.284.181	-	1.284.181	1.362.092	-	1.362.092
Outros passivos circulantes	12.528	-	12.528	12.214.946	-	12.214.946
TOTAL DO CIRCULANTE	39.654.700	-	39.654.700	57.978.013	-	57.978.013
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	49.623.230	-	49.623.230	56.741.949	-	56.741.949
Partes relacionadas	296.246	-	296.246	-	-	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	1.118.720	45.541	1.073.179	1.364.951	42.737	1.322.214
Débito com terceiros	102.145	-	102.145	241.660	-	241.660
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.469.414	(66.529)	5.535.943	5.113.119	(78.576)	5.191.695
Provisão para riscos processuais	2.836.454	1.487.185	1.349.269	2.967.507	1.340.486	1.627.021
Débito com acionistas	1.173.583	-	1.173.583	2.142.880	-	2.142.880
Outros passivos não circulantes	636.956	-	636.957	860.517	-	860.517
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	61.256.748	1.466.197	59.790.552	69.432.583	1.304.647	68.127.936
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	8.207.760	-	8.207.760	6.733.744	-	6.733.744
Transações de capital	2.134.644	-	2.134.644	2.332.320	-	2.332.320
Reserva de reavaliação	28.205	-	28.205	30.215	-	30.215
Reservas de lucros	3.959.210	(657.705)	4.616.915	3.396.780	(592.771)	3.989.551
Outro resultados abrangentes	(1.611.680)	-	(1.611.680)	143.837	-	143.837
Atribuído à participação dos acionistas controladores	12.718.139	(657.705)	13.375.844	12.636.896	(592.771)	13.229.667
Participação dos acionistas não controladores	16.211.796	(798.732)	17.010.528	19.555.256	(719.013)	20.274.269
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.929.935	(1.456.437)	30.386.372	32.192.152	(1.311.784)	33.503.936
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	129.841.383	9.761	129.831.624	159.602.748	(7.137)	159.609.885

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31.12.16 ajustado	Ajustes	31.12.16	31.12.16 ajustado	Ajustes	31.12.16
RECEITA LÍQUIDA	15.793	-	15.793	171.619.645	(11.627.999)	183.247.644
Custo dos produtos vendidos	(12.273)	-	(12.273)	(149.992.527)	7.311.302	(157.303.829)
LUCRO BRUTO	3.520	-	3.520	21.627.118	(4.316.697)	25.943.815
Administrativas e gerais	(73.622)	-	(73.622)	(5.214.775)	649.797	(5.864.572)
Com vendas	(2.117)	-	(2.117)	(10.068.274)	2.166.281	(12.234.555)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.679.865	-	1.679.865	1.804.731	(321.639)	2.126.370
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	1.604.126	-	1.604.126	(13.478.318)	2.494.439	(15.972.757)
RESULTADO OPERACIONAL	1.607.646	-	1.607.646	8.148.800	(1.822.258)	9.971.058
Receita financeira	302.868	-	302.868	5.020.977	(1.020.467)	6.041.444
Despesa financeira	(1.058.611)	-	(1.058.611)	(12.197.570)	2.238.461	(14.436.031)
	(755.743)	-	(755.743)	(7.176.593)	1.217.994	(8.394.587)
Resultado de equivalência patrimonial	(26.870)	(392.572)	365.702	52.081	-	52.081
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	825.033	(392.572)	1.217.605	1.024.288	(604.264)	1.628.552
Imposto de renda e contribuição social corrente	97.162	-	97.162	(187.903)	103.195	(291.098)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.300	-	11.300	569.045	(138.741)	707.786
	108.462	-	108.462	381.142	(35.546)	416.688
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	933.495	(392.572)	1.326.067	1.405.430	(639.810)	2.045.240
Prejuízo de operações descontinuadas	(373.074)	327.639	(700.713)	(194.981)	495.157	(690.138)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	560.421	(64.933)	625.354	1.210.449	(144.653)	1.355.102
ATRIBUÍDO A:						
Participação dos acionistas controladores				560.421	(64.933)	625.354
Participação dos acionistas não controladores				650.028	(79.720)	729.748
				1.210.449	(144.653)	1.355.102

Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31.12.16 ajustado	Ajustes	31.12.16	31.12.16 ajustado	Ajustes	31.12.16
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido	560.421	(64.933)	625.354	1.210.451	(144.651)	1.355.102
Ajustes por:						
Depreciação e amortização	3.822	-	3.822	4.567.934	(598.596)	5.166.530
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	19.356	(10.769)	30.125
Resultado de equivalência patrimonial	399.944	64.933	335.011	(52.081)	-	(52.081)
Resultado na venda de imobilizado	9.064	-	9.064	(92.880)	(45.856)	(47.024)
Variação do valor justo de ativos biológicos	-	-	-	(22.237)	1.348	(23.585)
Imposto de renda e contribuição social	(108.462)	-	(108.462)	(381.141)	35.547	(416.688)
Resultado financeiro líquido	755.743	-	755.743	7.176.591	(1.217.995)	8.394.586
Provisão para riscos processuais	382	-	382	19.475	(35.024)	54.499
Resultado na alienação de investimentos	(1.145.322)	-	(1.145.322)	(1.145.322)	-	(1.145.322)
Plano de opções de ações	-	-	-	143.298	-	143.298
Redução ao valor recuperável de ativo	-	-	-	485.784	(4.720)	490.504
Provisão para desvalorização de estoques	-	-	-	-	(11.566)	11.566
Impactos da investigação no âmbito do acordo de leniência	-	-	-	146.337	146.337	-
	475.592	-	475.592	12.075.565	(1.885.945)	13.961.510
Redução (aumento) em:						
Contas a receber de clientes	123.204	-	123.204	(356.000)	115.497	(471.497)
Estoques	4.879	-	4.879	197.121	(15.542)	212.663
Impostos a recuperar	(20.726)	-	(20.726)	(1.162.015)	76.090	(1.238.105)
Ativos biológicos	-	-	-	(1.328.723)	-	(1.328.723)
Títulos a receber	(45.486)	-	(45.486)	(45.486)	-	(45.486)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(353.593)	-	(353.593)	(875.333)	82.408	(957.741)
Fornecedores	(22.004)	-	(22.004)	584.128	(245.087)	829.215
Outros passivos circulantes e não circulantes	(54.481)	-	(54.481)	(1.198.331)	198.861	(1.397.192)
	(368.207)	-	(368.207)	(4.184.639)	212.227	(4.396.866)
Juros pagos	(692.880)	-	(692.880)	(4.901.482)	1.008.770	(5.910.252)
Juros recebidos	24.973	-	24.973	556.187	(78.546)	634.733
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(1.542.746)	72.895	(1.615.641)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(560.522)	-	(560.522)	2.002.885	(670.599)	2.673.484
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de operações descontinuadas	-	-	-	2.839.528	670.599	2.168.929
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Adições no ativo imobilizado	(209)	-	(209)	(3.665.713)	483.775	(4.149.488)
Baixa de ativo imobilizado	-	-	-	290.260	(4.663)	294.923
Adições de Intangível	(10.470)	-	(10.470)	(170.046)	6.785	(176.831)
Aumento em ativos biológicos	-	-	-	-	416.619	(416.619)
Adições nos investimentos	(769.481)	-	(769.481)	14.446	-	14.446
Transações com partes relacionadas	1.839.332	-	1.839.332	1.645.017	108.353	1.536.664
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	-	-	-	(482.538)	-	(482.538)
Ajuste de capital de giro de empresa adquirida	-	-	-	30.165	-	30.165
Desconsolidação de controladas	-	-	-	1.521.424	2.314.014	(792.590)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	1.059.172	-	1.059.172	(816.985)	(3.324.883)	(4.141.868)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de operações descontinuadas	-	-	-	(2.355.082)	(1.010.870)	(1.344.212)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Empréstimos e financiamentos captados	664.667	-	664.667	30.880.914	(3.844.503)	34.725.417
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.635.094)	-	(1.635.094)	(30.359.525)	3.104.378	(33.463.903)
Derivativos recebidos	(99.256)	-	(99.256)	(6.082.456)	833.673	(6.916.129)
Pagamentos de juros sobre capital próprio não controladores	-	-	-	56.165	131.790	(75.625)
Pagamento de dividendos não controladores	-	-	-	(1.191.331)	-	(1.191.331)
Dividendos recebidos	556.120	-	556.120	-	-	-
Transação de capital	-	-	-	(987.639)	(22.510)	(965.129)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(513.563)	-	(513.563)	(7.683.872)	(202.828)	(7.886.700)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos de operações descontinuadas	-	-	-	386.420	(202.827)	589.247
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(512)	-	(512)	(1.651.788)	-	(1.651.788)
Variação líquida no período	(15.425)	-	(15.425)	(7.278.894)	2.314.014	(9.592.908)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	61.537	-	61.537	18.941.211	(2.314.014)	21.255.225
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	46.112	-	46.112	11.662.317	-	11.662.317

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31.12.16 ajustado	Ajustes	31.12.16	31.12.16 ajustado	Ajustes	31.12.16
Receitas						
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	15.793	-	15.793	174.256.079	(13.507.375)	187.763.454
Outras receitas operacionais líquidas	1.696.320	-	1.696.320	1.877.339	(253.003)	2.130.342
Recuperação estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	(19.355)	10.770	(30.125)
	1.712.113	-	1.712.113	176.095.025	(13.768.646)	189.863.671
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(12.273)	-	(12.273)	(113.103.578)	6.255.496	(119.359.074)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(45.635)	-	(45.635)	(25.917.159)	1.438.479	(27.355.638)
Perda / Recuperação de valores ativos	(10.688)	-	(10.688)	(531.312)	9.228	(540.540)
Outras	-	-	-	(29.450)	14.759	(44.209)
	(68.596)	-	(68.596)	(139.581.499)	7.717.962	(147.299.461)
Valor adicionado bruto	1.643.517	-	1.643.517	36.513.526	(6.050.684)	42.564.210
Depreciação e Amortização	(3.822)	-	(3.822)	(4.567.934)	598.596	(5.166.530)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	1.639.695	-	1.639.695	31.945.592	(5.452.088)	37.397.680
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	(26.870)	(392.572)	365.702	52.081	-	52.081
Receitas financeiras	302.868	-	302.868	4.748.534	(264.916)	5.013.450
Resultado de operações descontinuadas	(373.074)	327.639	(700.713)	(194.978)	495.160	(690.138)
Outras	-	-	-	15.588	(16.410)	31.998
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.542.619	64.933	1.607.552	36.566.817	(5.238.254)	41.805.071
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Pessoal						
Remuneração direta	12.161	-	12.161	16.420.979	(1.586.562)	18.007.541
Benefícios	305	-	305	2.966.245	(396.116)	3.362.361
FGTS	408	-	408	264.334	(83.965)	348.299
	12.874	-	12.874	19.651.558	(2.066.643)	21.718.201
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	(81.294)	-	(81.294)	413.686	(648.000)	1.061.686
Estaduais	2.458	-	2.458	2.045.611	(623.657)	2.669.268
Municipais	-	-	-	42.167	(5.201)	47.368
	(78.836)	-	(78.836)	2.501.464	(1.276.858)	3.778.322
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros e variações cambiais	1.047.871	-	1.047.871	11.623.614	(1.234.212)	12.857.826
Aluguéis	289	-	289	740.304	(219.801)	960.105
Outras	-	-	-	839.427	(296.088)	1.135.515
	1.048.160	-	1.048.160	13.203.345	(1.750.101)	14.953.446
Remuneração de capitais próprios						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	132.600	-	132.600
Dividendos	-	-	-	89.352	-	89.352
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	560.421	(64.933)	625.354	338.470	(64.932)	403.402
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	-	650.028	(79.720)	729.748
	560.421	(64.933)	625.354	1.210.450	(144.652)	1.355.102
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	1.542.619	64.933	1.607.552	36.566.817	(5.238.254)	41.805.071

4 Combinações de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios que não estão sob controle comum. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Geralmente, todos os ativos adquiridos e passivos incorridos e passivos contingentes assumidos são mensurados, inicialmente, a valor justo a partir da data de aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não-controladores na adquirida em uma aquisição numa base de aquisição, ou a valor justo ou parte proporcional da participação dos não-controladores dos montantes registrados dos ativos líquidos. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como 'Ganho de barganha'.

A Companhia e as suas controladas conforme indicado, realizaram as seguintes combinações de negócios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Não houve nenhuma combinação de negócios relevante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em janeiro de 2017, a subsidiária indireta da JBS S.A, PPC, adquiriu 100% da participação acionária da empresa JFC LLC e suas subsidiárias (Grupo GNP) pelo montante de aproximadamente R\$ 1,1 bilhões (US\$ 357 milhões) sujeito a ajustes de capital de giro. O Grupo GNP é um negócio de aves integrado verticalmente, sediado no estado de Minnesota, Estados Unidos da América. O negócio adquirido tem uma capacidade de produção de 2,1 milhões de aves por semana em suas três fábricas e fortalece ainda mais a posição estratégica da Companhia no mercado norte-americano de frango. O ágio gerado nesta combinação de negócio é elegível para dedutibilidade fiscal nos Estados Unidos da América.

Em março de 2017 a JBS USA, subsidiária da JBS, entrou em acordo para a aquisição da totalidade das ações da Plumrose USA, Inc., constituída sob as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América ("Plumrose"), com ativos localizados em diversos estados dos Estados Unidos da América, constituídos por 5 unidades de produção e 2 centros de distribuição, focados na produção de bacon, presunto e outros produtos processados relacionados, de modo a adquirir todo o negócio da Plumrose nos Estados Unidos da América pelo valor de R\$ 731 milhões (US\$ 230 milhões). A aquisição da Plumrose dá continuidade à estratégia da JBS de expandir o seu portfólio de produtos preparados, de alto valor agregado e com marca, e fortalece a sua base de clientes e distribuição geográfica nos Estados Unidos. Sua aquisição foi concluída em 1 de maio de 2017. O ágio gerado nesta combinação de negócio não é elegível para dedutibilidade fiscal nos Estados Unidos da América.

	Plumrose	GNP
VALOR JUSTO		
Caixa e equivalentes de caixa	22	31
Contas a receber de clientes	88.081	57.703
Estoques	143.848	96.906
Ativos Biológicos	-	79.643
Outros ativos	449	13.268
Imobilizado	416.467	450.720
Intangível	136.252	410.012
ATIVO	785.119	1.108.283
Fornecedores	96.339	80.186
Outros passivos	15.381	42.102
Impostos correntes e diferidos	83.283	-
PASSIVO	195.003	122.288
Ativos e passivos líquidos	590.116	985.995
Preço de aquisição (1)	731.263	1.117.127
Ágio gerado na operação	141.147	131.132

Companhia	2017	
	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
GNP	1.405.093	99.146
Plumrose	1.042.353	42.198

Informações pro-forma:

As receitas líquidas e lucros líquidos apresentados como pro-forma, baseados nas aquisições ocorridas no início do exercício de cada aquisição, são demonstrados abaixo:

	2017	2016
Receita líquida pro-forma	517.718	n/a
Lucro líquido pro-forma	(9.376)	n/a

As informações pro-forma apresentadas acima não possuem finalidade de representar os resultados da Companhia caso a conclusão das aquisições tivessem ocorrido na data do exercício corrente, assim como não indica resultados esperados em exercícios futuros, sendo apenas demonstradas para fins informativos.

Outras transações:

Conforme definido abaixo, a subsidiária JBS concluiu outras aquisições imateriais. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos tangíveis líquidos e ativos intangíveis identificáveis foi registrado como ágio.

Companhia	Data de aquisição	Percentual (%) adquirido	Preço de aquisição ¹	Ágio	Ágio dedutível para fins fiscais
Scott Technology Limited	Abril 2016	50,1%	124.229	105.294	Não

¹ Preço de aquisição: As aquisições são pagas com caixa e equivalentes de caixa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um imaterial risco de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Caixa e bancos	141	179	5.928.955	6.266.774
CDB e títulos públicos	862.610	45.933	7.211.031	5.395.543
	862.751	46.112	13.139.986	11.662.317

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB, são aplicações realizadas junto à instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. No consolidado incluem aplicações financeiras similares aos CDB's com rendimentos fixos.

Títulos públicos - Correspondem a títulos adquiridos com instituições financeiras, cuja condições e características são similares aos CDB's.

6 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. O aging do contas a receber assim como a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e o ajuste a valor presente são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Duplicatas a vencer	-	8.015	7.802.408	10.040.346
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	-	-	1.188.902	901.966
De 31 a 60 dias	-	-	173.044	298.000
De 61 a 90 dias	-	-	121.982	107.645
Acima de 90 dias	4.674	-	485.396	368.640
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(4.347)	-	(331.108)	(292.980)
Ajuste a valor presente - AVP	-	-	(3.797)	(14.860)
	327	-	1.634.419	1.368.411
	327	8.015	9.436.827	11.408.757

No âmbito do contas a receber de clientes, a diversidade da carteira de clientes contribui significativamente para a redução do risco de crédito, porém foram estabelecidos parâmetros que limitam a quantidade de crédito concedida aos clientes com base nos índices financeiros mínimos exigidos e análises das operações dos clientes, assim como referências a entidades de monitoramento de crédito.

As perdas estimadas são calculadas com base na análise do "aging list", uma provisão é registrada para itens de longa data e duplicatas vencidas, considerando as perdas avaliadas como prováveis com base em análises históricas. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, bem como suas reversões são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Despesas com vendas". A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Saldo inicial	(292.980)	(316.829)
Adições	(135.695)	(51.913)
Ativos mantidos para venda	53.493	-
Variação Cambial	(3.183)	30.456
Baixas	47.257	45.306
Saldo final	(331.108)	(292.980)

7 Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo dos estoques é baseado no princípio do primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS). No caso dos produtos acabados e dos produtos em processo, o custo inclui uma parte dos custos gerais de produção com base na capacidade operacional normal. Os ativos biológicos são transferidos para o estoque no momento do abate, com base em seus valores contábeis, que é o custo histórico ou o valor de mercado, dependendo das políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 8.



	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Produtos acabados	6.044.136	6.583.860
Produtos em processo	938.354	922.497
Matéria-prima	1.173.637	1.749.635
Almoxarifado	1.659.591	1.967.025
	9.815.718	11.223.017

8 Ativos biológicos

Os animais vivos são representados por bovinos, aves e suínos e segregados em consumíveis e animais para produção. Os animais para abate são destinados para produção de carne in natura e/ou produtos elaborados e processados e enquanto não atingem o peso adequado para abate são classificados como imaturos. Os processos de abate e produção ocorrem de forma sequencial em um curtíssimo intervalo de tempo e, como consequência, apenas os animais vivos transferidos para abate nos frigoríficos são classificados como maduros. Os animais para produção (matrizes e suínos) são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos. Enquanto não atingem a idade de reprodução são classificados como imaturos e quando estão aptos a iniciar o ciclo reprodutivo são classificados como maduros.

Aves e ovos:

Circulantes (consumíveis) - Referente a aves destinadas ao abate após período de maturação. As aves permanecem em desenvolvimento durante um período de 30 a 48 dias para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados. Devido ao curto período de desenvolvimento das aves, não é possível mensurar o valor justo confiavelmente assim os mesmos são reconhecidos pelos seus custos de aquisição mais a absorção de custos acumulados durante o desenvolvimento que geralmente consistem em gastos com alimentação e cultivo das aves.

Não circulantes (para produção) - Referente a matrizes de aves destinadas a reprodução e tem sua vida útil estimada em 68 semanas. Os animais nessa categoria são segregados em maduros, animais já em estágio de reprodução, e imaturos, pois estão em desenvolvimento. Os custos associados as matrizes são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos (ovos). Não existe mercado ativo para as matrizes. A amortização de uma ave madura é reconhecida sobre a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

Bovinos:

Circulantes (consumíveis) - Referente a gado bovino em sistema de confinamento (intensivo), gado bovino a pasto (extensivo) que permanece em desenvolvimento por um período de 90 a 120 dias. A valorização é reconhecida através do valor de mercado de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos. O ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos, é reconhecido no resultado no período em que ocorre como uma redução (ou aumento) na receita bruta.

Suínos e Ovinos:

Circulantes (consumíveis) - Referente a suínos e ovinos destinados a abate após o período de maturação. Os suínos e ovinos permanecem em período de maturação de 170 a 175 dias, para a produção de carne in natura e/ou produtos industrializados. O valor justo desses ativos biológicos no Brasil é mensurado a custo devido a não existência de mercados ativos, e seus custos são reconhecidos pelos seus custos de aquisição mais a absorção de custos acumulados incorridos durante seu período de desenvolvimento. Nos Estados Unidos, os suínos que estão nesta categoria são registrados, de forma confiável, a valor de mercado devido a existência de mercados ativos, e reconhecidos pelo seu preço de mercado menos custos.

Não circulantes (para produção) - Referente a suínos que são destinados à reprodução, que tem vida útil estimada de 28 meses. Os custos associados a suínos são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos (suínos). Não existe mercado ativo para suínos destinados à reprodução. A amortização de um suíno é reconhecida sobre a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

A mensuração do valor justo dos ativos biológicos são classificados como "Nível 2", dentre a hierarquia do valor justo. Refere-se a nota 33 para informações sobre a hierarquia do valor justo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Circulante	Não Circulante
Movimentação do ativo biológico:		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.673.113	3.027.829
Aumento por reprodução (nascimentos) e apropriação de custos	21.077.761	1.571.372
Aumento por aquisição	2.641.547	480.256
Fair value (marcação a mercado)	251.294	-
Transferência entre circulante e não circulante	759.371	(759.371)
Redução por morte	(7.251)	(23.457)
Redução por abate, venda ou consumo	(24.723.331)	(164.357)
Variação Cambial	48.424	23.273
Amortização	-	(1.170.316)
Efeito de empresas adquiridas	46.322	33.321
Ativos mantidos para venda		(2.050.789)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.767.250	967.761

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
ICMS e equivalentes (IVA / VAT/ GST)	-	-	2.487.036	3.397.521
PIS e COFINS	15	-	3.557.333	2.393.161
IRRF/IRPJ a recuperar	121.694	130.851	2.424.835	1.983.148
Outros	36	-	226.803	313.547
	121.745	130.851	8.696.007	8.087.377
Desmembramento:				
Ativo circulante	26.388	35.494	1.054.974	2.303.107
Ativo não circulante	95.357	95.357	7.641.033	5.784.270
	121.745	130.851	8.696.007	8.087.377

ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços: Advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas. A Companhia tem expectativa de recuperação integral, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no estado de origem).

PIS e COFINS: Refere-se a crédito não cumulativo incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF e IRPJ: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, estoque residual de imposto de renda pago nas subsidiárias no exterior e antecipações de imposto de renda e contribuição social pagos por estimativa, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre os lucros.

10 Ativos disponíveis para venda

A classificação como um ativo disponível para venda ocorre quando os seguintes critérios são atendidos: i) o ativo deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais; ii) a venda do ativo deve ser altamente provável; e iii) o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo. A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

A composição por empresa do saldo de ativos classificados como mantidos para venda está composto a seguir:

	Consolidado			Total em 31.12.17
	Eldorado Celulose	Ativos da Five Rivers	Outros ativos	
Caixas e equivalentes de caixa	377.507	-	-	377.507
Contas a receber de clientes	647.709	9.451	-	657.160
Estoques	493.109	173.882	-	666.991
Impostos a recuperar	1.062.656	-	-	1.062.656
Ativos biológicos	2.499.996	-	-	2.499.996
Imobilizado	4.644.597	381.449	20.265	5.046.311
Intangível	33.242	-	-	33.242
Impostos diferidos	391.044	-	-	391.044
Ágio de Invest. disponível para venda	2.113	-	-	2.113
Outros ativos circulantes e não circulantes	398.584	232.658	-	631.242
Total do ativo	10.550.557	797.440	20.265	11.368.262
Empréstimos e financiamentos	8.052.070	-	-	8.052.070
Fornecedores	230.009	-	-	230.009
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	186.980	-	-	186.980
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.739	-	-	3.739
Provisão para contingências	12.608	-	-	12.608
Outros passivos circulantes e não circulantes	41.771	23.305	-	65.076
Total do passivo	8.527.177	23.305	-	8.550.482
Patrimônio líquido	2.023.380	774.135	20.265	2.817.780

Conforme determinado pelas regras contábeis, os ativos mantidos para venda na Controladora referem-se à soma nos patrimônios líquidos (custo é inferior aos valor de mercado/venda) dos investimentos diretos. Na Controladora refere-se a Eldorado e no Consolidado é feita a segregação entre ativos e passivos.

Operações descontinuadas

A composição por empresa dos Resultados das Operações descontinuadas, está composto conforme a seguir:

	Consolidado		
	2017		
	Eldorado	Alpargatas	Total
Receita líquida	3.345.943	2.644.071	5.990.014
Custo	(1.536.482)	(1.488.527)	(3.025.009)
LUCRO BRUTO	1.809.461	1.155.544	2.965.005
(Despesas) receitas operacionais	(20.222)	(923.873)	(944.095)
RESULTADO OPERACIONAL	1.789.239	231.671	2.020.910
Resultado financeiro líquido	(820.113)	(55.926)	(876.039)
Resultado das operações descontinuadas antes dos impostos	969.126	175.745	1.144.871
Imposto de renda e contribuição social	(255.759)	48.446	(207.313)
Participação de não controladores	-	9.653	9.653
Lucro do período das operações descontinuadas	713.367	233.844	947.211

Consolidado

2016

	J&F Participações	J&F Oklahoma	J&F Floresta Araguaia	J&F Austria	Canal Rural	Mundo Novo	Flora Urbanismo	J&F Arg.	Eldorado ¹	Alpargatas ¹	Vigor ¹	Total
Receita líquida	654.980	10.731.360	9.353	-	57.609	-	-	-	2.962.316	4.183.873	4.611.279	11.582.771
Custo	(336.583)	(11.002.968)	(7.417)	-	(43.589)	-	-	-	(1.567.452)	(2.433.371)	(3.402.068)	(11.482.146)
LUCRO BRUTO	318.397	(271.608)	1.936	-	14.020	-	-	-	1.394.864	1.750.502	1.209.211	100.625
(Despesas) receitas operacionais	(356.830)	(7.273)	(12.145)	12.887	(16.542)	(363)	(1.255)	(16)	(169.733)	(1.537.136)	(978.862)	(426.491)
RESULTADO OPERACIONAL	(38.433)	(278.881)	(10.209)	12.887	(2.522)	(363)	(1.255)	(16)	1.225.131	213.366	230.349	(325.866)
Resultado financeiro líquido	(168.149)	(230.853)	(94)	668	247	(314)	(1)	(48)	(923.274)	(85.722)	(210.463)	(397.205)
Resultado operações descontin. antes dos impostos	(206.582)	(509.734)	(10.303)	13.555	(2.275)	(677)	(1.256)	(64)	301.857	127.644	19.886	(723.071)
Imposto de renda e contribuição social	30.919	(19.150)	864	16.964	738	-	-	-	(15.320)	64.573	(7.268)	32.285
Participação de não controladores	648	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	648
Lucro (prejuízo) do período das operações descontinuadas	(175.015)	(528.884)	(9.439)	30.519	(1.537)	(677)	(1.256)	(64)	286.537	192.217	12.618	(194.981)

¹ O resultado de Ativos classificados como disponíveis para venda representados pelas empresas: Eldorado, Alpargatas e Vigor.

As principais classes de ativos e passivos classificados como ativos/passivos de operações descontinuadas que possuíam saldo no balanço em 13 de dezembro de 2016 refere-se a operação descontinuada da controlada indireta Timberland, conforme demonstrado abaixo:

	Timberland
	31.12.2016
ATIVO	
Contas a receber de clientes	35.910
Estoques	27.459
Outros ativos	2.084
	65.453
PASSIVO	
Fornecedores	8.767
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	1.571
Outros passivos	2.190
	12.528
	52.925

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pelas unidades de negócios dos Ativos classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2017, são:

	31.12.2017			
	Eldorado	Alpargatas	Vigor	Total
Atividades operacionais	840.176	28.157	(167.396)	700.937
Atividades de investimentos	(458.096)	(80.223)	(205.116)	(743.435)
Atividades de financiamento	(1.049.210)	(79.398)	39.585	(1.089.023)
Caixa líquido gerado (utilizado)	(667.130)	(131.464)	(332.927)	(1.131.521)

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pelas unidades de negócios da J&F Participações, J&F Oklahoma, J&F Floresta Araguaia, J&F Austria, Canal Rural, Mundo Novo, J&F Urbanismo, J&F Arg. e dos Ativos classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2016, são:

	31.12.2016											
	J&F Participações	J&F Oklahoma	J&F Floresta Araguaia	J&F Austria	Canal Rural	Mundo Novo	J&F Urbanismo	J&F Arg	Eldorado	Alpargatas	Vigor	Total
Atividades operacionais	929.186	1.321.302	(23.921)	(46.533)	2.803	(124)	131	51	443.768	150.618	62.247	2.839.528
Atividades de investimentos	(172.371)	(327.080)	(13.557)	(831.250)	(1.345)	1.787	(396)	-	(813.677)	(94.646)	(102.547)	(2.355.082)
Atividades de financiamento	(5.358)	(251.510)	-	847.104	-	(989)	-	-	(116.792)	(184.987)	98.952	386.420
Caixa líquido gerado (utilizado)	751.457	742.712	(37.478)	(30.679)	1.458	674	(265)	51	(486.701)	(129.015)	58.652	870.866

11 Títulos a receber

A Companhia adquiriu uma carteira de recebíveis no montante de R\$ 581.027 as quais decorrem de crédito substancialmente de empresas de natureza de agronegócio. O saldo da carteira em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 554.620 (R\$ 87.200 em 31 de dezembro de 2016), no qual demonstramos abaixo a sua movimentação durante o período:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Saldo inicial:	87.200	134.209	87.200	134.209
(+) Adições	581.027	70.000	581.027	70.000
(-) Recebimentos	(27.744)	(117.858)	(27.744)	(117.858)
(-) Perdas efetivas	(33.397)	-	(33.397)	-
(+) Despesas alocadas	2.217	849	2.217	849
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(54.683)	-	(54.683)	-
Saldo final:	554.620	87.200	554.620	87.200

Uma provisão é registrada para itens de longa data vencidos, considerando as perdas avaliadas como prováveis com base em análises históricas.

Esfera Administrativa: É feita a avaliação inicial do crédito e respectivas garantias. Se houver alienação fiduciária de imóvel, analisa-se o valor do imóvel e compara-se o valor do crédito para que se prossiga com o procedimento extrajudicial de consolidação da propriedade. Caso a garantia seja um imóvel, e este imóvel seja um valor muito inferior ao valor do crédito, opta-se pelo ajuizamento da ação judicial cabível. Contatos com os devedores também podem ser realizados nessa fase para tratativas.

Esfera Judicial: A Companhia realiza o acompanhamento junto aos escritórios terceirizados, inclusive revisão de peças judiciais, alinhamento de estratégia, além de todo o suporte em geral. Mensalmente todos os créditos da carteira assim como o atual andamento das cobranças são analisados pelo comitê de crédito e cobrança da Companhia.

12 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e suas controladas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes. Nas operações de conta corrente incidem cobrança de custos administrativos, de captação e variação cambial, quando aplicável. Detalhamento dos créditos e débitos com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

CONTROLADORA	Moeda	Vencimento	Repasso de custos (administração e captação)	Contas a Receber		Contas a Pagar		Efeito no Resultado	
				2017	2016	2017	2016	2017	2016
Controladas diretas									
Globe	R\$	03.10.2022	-	88.284	-	-	(473.598)	-	-
Eldorado - Carta Fiança ¹	R\$	07.10.2018	1% a.a.	34.085	40.705	-	-	61.833	76.939
Mundo Novo	R\$	15.12.2018	1% a.a.	5.580	-	-	-	43	642
J&F Urbanismo	R\$	12.08.2021	-	4.300	-	-	-	-	-
Flora	R\$	19.01.2018	-	1.122	-	-	-	-	-
JBS S.A	R\$	19.01.2018	-	-	-	(130)	-	-	-
J&F Investimentos Ltd	US\$	28.12.2018	-	-	-	(641)	-	-	-
Anglo	R\$	17.11.2018	-	-	-	(7.993)	(9.454)	-	-
Âmbar Energia	R\$	01.08.2018	-	54	-	(263.635)	(121.212)	-	-
Outras Partes Relacionadas									
Vipe	R\$	20.05.2021	CDI+ 3% a. a.	20.809	-	-	-	38	-
Vívape	R\$	15.12.2018	CDI+ 3% a. a.	32.380	-	-	-	183	-
Canal Rural	R\$	18.01.2018	-	41	-	-	-	-	-
VLBM Participações	R\$	22.01.2018	-	2	-	-	-	-	-
J&F Austria	US\$	07.01.2020	Libor 3M + 2% a.a	-	-	-	-	-	(60.185)
J&F Araguaia	R\$	10.10.2018	-	-	-	-	(2.894)	-	-
J&F Participações	R\$	06.01.2019	100% CDI	-	-	-	(22.925)	(2.282)	(2.826)
ZMF Participações	R\$	19.01.2018	-	-	-	(404)	-	-	-
Banco Original ²	R\$	25.11.2019	100% CDI	-	-	(297.345)	(411.520)	(38.033)	-
				186.657	40.705	(570.147)	(1.041.603)	21.782	14.570

¹ Aval concedido pela Companhia à Eldorado para garantia de operações de financiamento junto às instituições financeiras.

² Em dezembro de 2016 a Companhia adquiriu do Banco Original a titularidade de todos os direitos, títulos e interesses sobre a marca ORIGINAL e nome de domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br, incluindo os direitos decorrentes de sua criação, anterioridade, pedidos de registro e titularidade, perante o INPI no Brasil, e demais órgãos competentes no exterior. A Companhia esta tomando todas as medidas necessárias perante o INPI e demais órgãos competentes para anotação das cessões de Marca.

O valor da transação pactuado entre as partes, foi apurado por especialistas externos e independentes no montante de R\$ 422.000, o qual foi devidamente quitado em agosto de 2019.

O Banco Original continuará a explorar a marca e o domínio mediante pagamento de royalties.

Garantias prestadas e/ou recebidas pela Companhia

A Companhia é garantidora de empréstimos para capital de giro da Flora no montante de R\$ 31.305 com vencimento até 2024.

A Companhia é garantidora, após garantia de ativos da própria Eldorado, de todos os contratos de empréstimos e financiamentos nas modalidades de BNDES, FINEM Florestal e de ECAs e parte das modalidades de ACC, Finame, Capital de Giro, NCE e Debenture da subsidiária Eldorado em 31 de dezembro de 2017, com vencimento até 2027.

Nos contratos de conta corrente com partes relacionadas incidem cobrança de custos administrativos e de captação e variação cambial, quando aplicável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

**Consolidado - Partes relacionadas**

	Saldos de balanço	
	31.12.17	31.12.16
J&F Oklahoma	873.752	1.315.526
Empréstimos para Administradores ¹	-	24.500
J&F Participações	-	(22.925)
Banco Original ²	(297.345)	(411.520)
J&F Araguaia	-	(2.894)
Vipe	20.809	-
Vivape	32.380	-
Canal Rural	41	-
VLBM Participações	2	-
ZMF Particip.	(404)	-
	629.235	902.687

¹ Empréstimo ao ex diretor presidente da Eldorado a taxa 100% CDI, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, liquidado antecipadamente em 28 de setembro de 2017.

² Conforme descrito na nota 15.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência foi de R\$ 15.498 no período findo em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 2.850 em 31 de dezembro de 2016.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R3) – Apresentação de Partes Relacionadas, os membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho ou remuneração com base em ações.

13 Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto “Joint ventures”

Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findos em 31 de dezembro de 2017:

	Total de ativos	Participação percentual	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
Em controladas:						
JBS ¹	108.695.951	42,00 %	23.576.206	24.287.612	163.169.981	1.025.469
Âmbar Energia	3.015.801	99,99 %	2.139.195	1.983.355	508.553	452.306
Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão ²	1.295.237	100,00 %	964.511	1.295.112	-	289.559
Gasocidente do Mato Grosso Ltda ³	238.988	100,00 %	411.411	15.211	3.511	61.705
Flora Urbanismo	37.803	99,99 %	11.174	27.357	-	17.439
Fazenda Botas	2	99,99 %	1	-	-	(5)
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não padronizados - CERES ⁴	499.052	100,00 %	4.614	499.043	-	(97)
Anglo alimentos	34.824	100,00 %	121.788	22.834	-	(177)
J&F Investimentos Ltd	10.229	100,00 %	24.331	9.351	8.242	(779)
Divinópolis	1.919	70,00 %	4.900	1.911	-	(824)
FIC FIP JMF	1.360.187	99,50 %	258.650	1.360.048	-	(1.272)
Futura Venture	9	100,00 %	627	(174)	-	(1.388)
Mundo Novo	8.525	50,00 %	5.600	2.643	-	(1.491)
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.	982.605	99,91 %	1.073.436	732.585	965.179	(43.714)
Globe Investimentos	-	99,99 %	1	(88.284)	-	(66.879)
Joint Ventures						
PicPay	11.965	51,00 %	5.760	4.394	4.162	(66.202)
J&F Participações	9.701.451	74,99 %	100.000	(788.859)	1.171.159	(407.095)

¹ Inclui a participação direta (37%) e Indireta (5%) que a J&F possui na JBS.

² Inclui a participação direta (1%) e indireta (99%) que a J&F possui no FIP Caixa Milão.

³ Inclui a participação direta (1%) e indireta (99%) que a J&F possui na Gasocidente do Mato Grosso Ltda.

⁴ Inclui a participação direta (97%) e indireta (3%) que a J&F possui no FIDIC - CERES

Na Controladora:

	Saldo em 31.12.16	Adição (Baixa)	Variação Cambial (i)	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.17
				No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do período	
	Reapresentado					
JBS	-	9.513.482	-	(243.398)	(212.161)	9.057.923
Âmbar Energia	427.691	1.103.609	-	(227)	452.283	1.983.356
FIC FIP JMF	-	255.484	-	1.873	1.096.550	1.353.907
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.	768.679	6.898	-	(10)	(43.673)	731.894
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não padronizados - CERES	485.873	-	-	-	(95)	485.778
PicPay	438	70.468	-	-	(34.131)	36.775
Flora Urbanismo	-	10.270	-	-	18.658	28.928
Anglo alimentos	23.010	-	-	-	(177)	22.834
Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão	9.062	994	-	(44)	2.896	12.908
J&F Investimentos Ltd	10.017	-	117	(4)	(779)	9.351
Divinópolis	-	1.426	-	-	(88)	1.338
Mundo Novo	-	(652)	-	2.800	(826)	1.322
Gasocidente do Mato Grosso Ltda	(466)	-	-	-	617	151
FB Participações S.A. ¹	11.073.532	(12.438.928)	-	817.018	548.378	-
Fazenda Botas	-	5	-	-	(5)	-
Eldorado Celulose e Papel S.A.	1.056.490	(1.357.374)	-	4.687	296.196	-
Ampla Infraestrutura e Construções S.A	1.035.297	(1.035.297)	-	-	-	-
Alpargatas	2.132.695	(2.244.391)	-	8.299	103.398	-
Outros	5.674	(5.674)	-	-	-	-
Futura Venture	(215)	1.429	-	-	(1.388)	(174)
Globe Investimentos	(21.384)	-	-	-	(66.812)	(88.196)
J&F Participações	-	(503.142)	-	(24.660)	(63.842)	(591.644)
Subtotal	17.006.393	(6.621.393)	117	566.334	2.094.999	13.046.451
Provisão para perdas de investimentos (iii)	22.065	-	-	-	-	680.014
Total	17.028.458	-	-	-	-	13.726.465

¹ Em outubro de 2017 a Companhia incorporou a FB Participações S.A. como consta na nota explicativa 1.1.2 (l).

(i) Conforme definido no IAS 21/CPC 2 R2 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

(ii) Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão e transações de capital, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

(iii) Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes (Globe Investimentos, J&F Participações e Futura Venture).

a. Programa de desinvestimento

Alpargatas

Em 12 de julho de 2017 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda para alienação da totalidade de sua participação acionária de 54,24% do capital social da Alpargatas S.A. ("Alpargatas") para a Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., a Cambuhy Investimentos Ltda. e a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. ("Compradores"), pelo equity value de R\$ 3,5 Bilhões, em 20 de setembro a operação foi concluída como consta na nota explicativa 1.1.2 (e).

Vigor

Em 3 de agosto de 2017 a FB Participações S.A. ("FB"), celebrou Contrato de Compra e Venda para a alienação da totalidade de sua participação acionária de 72,56% na Vigor Alimentos S.A. ("Vigor") para o Grupo Lala, S.A.B. de C.V. ("Grupo Lala"), pelo enterprise value de R\$ 5,025 bilhões. Em 26 de outubro de 2017 a operação foi concluída como consta na nota explicativa 1.1.2 (g).

Eldorado

Em 02 de setembro de 2017 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda para a alienação da totalidade de sua participação acionária de 80,99% na Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Eldorado") para a CA Investment (Brazil) S.A. ("CA"), pelo enterprise value de R\$ 15 bilhões, a ser concluída em tranches e após o cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no Contrato, como consta na nota explicativa 1.1.2 (h).

Em 31 de dezembro de 2020 a composição acionária da Companhia é composta por 49,42% da participação da CA Investment e de 50,58% de participação acionária da J&F, únicos acionistas da Eldorado.

No consolidado:

	Saldo em 31.12.16	Adição (Baixa)	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.17
			No Patrimônio Líquido	No Resultado do Período	
	Reapresentado				
TMT	134.420	11.126	-	54.057	199.603
VSB	95.777	50.999	-	45.514	192.290
Meat Snacks Partners Ltda.	55.562	(10.000)	(2)	18.446	64.006
PicPay	438	70.468	-	(34.131)	36.775
Figueiras do Parque	-	5.440	-	20.105	25.545
Carnaúba V	5.656	-	-	(3.818)	1.839
Carnaúba II	4.438	-	-	(3.058)	1.380
Carnaúba I	5.438	-	-	(4.082)	1.356
Carnaúba III	3.833	-	-	(2.796)	1.037
Punau	5.594	-	-	(4.586)	1.008
Outros investimentos	6.255	(5.457)	-	-	798
São Caetano I	869	2.550	-	(2.716)	702
São Caetano	892	4.054	-	(4.256)	690
Cervantes II	2.886	-	-	(2.201)	686
Cachoeira	511	2.397	-	(2.257)	650
Bom Jesus	799	3.136	-	(3.352)	583
Pitumbu	449	3.483	-	(3.460)	472
Cervantes I	3.875	-	-	(3.405)	469
São Galvão	716	4.319	-	(4.613)	423
Total	328.407	142.515	(2)	59.391	530.311
J&F Participações ¹	-	(503.142)	(24.660)	(63.842)	(591.644)
Total	328.407	(360.627)	(24.662)	(4.451)	(61.333)

¹ Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes.

14 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo histórico inclui custos diretamente relacionados ao preço de aquisição e os custos atribuíveis ao ativo para deixá-lo em condições de funcionamento pretendidas. Quando peças ou outras partes de um ativo imobilizado possuem vidas úteis diferentes, esses componentes são reconhecidos separadamente.

Os custos subsequentes, são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos possam ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de peças ou itens de substituição ou manutenção, são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado ou UGC's são imediatamente baixados após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Consolidado	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		
				31.12.17	31.12.16	01.01.16
				Reapresentado	Reapresentado	
Imóveis	5 a 50 anos	16.443.327	(4.442.979)	12.000.348	13.194.979	13.489.850
Terra nua e terrenos	-	4.063.891	-	4.063.891	4.490.674	4.123.006
Máquinas e equipamentos	5 a 25 anos	23.955.013	(12.109.718)	11.845.295	15.234.884	15.813.439
Instalações	5 a 20 anos	3.426.575	(1.198.542)	2.228.033	2.430.670	2.333.508
Equipamentos de informática	2 a 7 anos	756.980	(450.832)	306.148	286.177	325.618
Veículos	2 a 10 anos	835.713	(424.725)	410.988	584.362	672.296
Obras em andamento	-	2.650.191	-	2.650.191	4.117.812	5.041.195
Outros	5 a 15 anos	1.463.478	(779.849)	683.629	961.570	1.246.303
		53.595.168	(19.406.645)	34.188.523	41.301.128	43.045.215

Movimentação do ativo imobilizado:

Consolidado	01.01.16	31.12.16	Aquisições em combinações de negócios ¹	Adições líquidas de transferências ²	Baixas	Ativos classificados como mantidos para a venda ³	Depreciação	Varição Cambial	31.12.17
	Reapresentado	Reapresentado							
Imóveis	13.489.850	13.194.979	273.942	1.280.965	(1.051.403)	(1.270.112)	(626.474)	198.451	12.000.348
Terra nua e terrenos	4.123.006	4.490.674	27.621	217.373	(449.266)	(266.237)	-	43.726	4.063.891
Máquinas e equipamentos	15.813.439	15.234.884	508.488	2.174.975	(922.047)	(3.496.289)	(1.859.067)	204.352	11.845.295
Instalações	2.333.508	2.430.670	-	343.041	(134.534)	(215.738)	(196.530)	1.124	2.228.033
Equipamentos de informática	325.618	286.177	3.012	154.931	(12.400)	(22.256)	(109.377)	6.061	306.148
Veículos	672.296	584.362	10.082	96.930	(78.021)	(88.792)	(116.250)	2.677	410.988
Obras em andamento	5.041.195	4.117.812	24.158	(1.120.827)	(150.318)	(251.802)	-	31.168	2.650.191
Outros	1.246.303	961.570	19.884	205.129	(151.542)	(240.800)	(119.138)	8.526	683.629
	43.045.215	41.301.128	867.187	3.352.517	(2.949.531)	(5.852.026)	(3.026.836)	496.085	34.188.523

¹ Referem-se aos saldos da aquisição da GNP e Plumrose subsidiária da JBS.

² As adições de R\$ 3.352.517 são compostas por diversas aquisições no montante de R\$ 3.336.112 na subsidiária JBS, R\$ 13.784 na Flora, R\$ 2.284 na Âmbor e outras adições de R\$ 337.

³ Referem-se aos saldos da Eldorado Celulose e das subsidiárias da JBS, JBS Argentina, JBS Paraguay, Frigorífico Canelones, JBS Five Rivers e JBS Food Canada Inc, classificados como ativos disponíveis para venda.

15 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo compostos basicamente por marcas e patentes, direitos de exploração, softwares e outros.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando o método de amortização linear ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis que são amortizados são testados a impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil não é recuperável. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos custos de alienação de um ativo e seu valor em uso.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

O valor contábil de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que se referem a marcas e patentes, tem seu valor recuperável testado anualmente ou quando ocorre eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem perda no valor recuperável desses ativos. Se existir perda de valor recuperável ela é reconhecida contra o valor contábil do ativo.

A Companhia considera que certas marcas e patentes são de vida indefinida decorrente do histórico, e em virtude da expectativa de uso pela Companhia. O marcas adquiridas não têm limites legais, ou contratuais ligados a sua utilização, e não dependem da vida útil de qualquer ativo ou grupo de ativos que existam de forma independente por um tempo considerável antes das aquisições. Ainda, tais marcas não estão relacionadas com setores sujeitos a obsolescência tecnológica ou outras formas de deterioração de valor.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis estão apresentados a seguir:

	Vida útil dos ativos intangíveis	Controladora		Consolidado	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Marcas e patentes ¹	Indefinida	422.000	422.000	3.481.717	4.763.658
Marcas e patentes	2 a 20 anos	-	-	577.381	396.117
Softwares	2 a 15 anos	3	3	77.820	179.968
Direito de exploração do uso da água	Até 17 anos	-	-	34.906	108.530
Carteira de clientes	4 a 20 anos	-	-	2.094.176	2.942.819
Cessão de direitos comerciais	Indefinida	-	-	-	3.978
Cessão de direitos comerciais	5 a 20 anos	-	-	-	6.267
Outros intangíveis	Indefinida	-	-	-	5.569
Outros intangíveis	2 a 15 Anos	-	-	19.997	144.849
		422.003	422.003	6.285.997	8.551.755

¹ Em dezembro de 2016 a Companhia adquiriu do Banco Original a titularidade de todos os direitos, títulos e interesses sobre a marca ORIGINAL e nome de domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br, incluindo os direitos decorrentes de sua criação, anterioridade, pedidos de registro e titularidade, perante o INPI no Brasil, e demais órgãos competentes no exterior.

O Banco Original continuará a explorar a marca e o domínio mediante pagamento de royalties.

Movimentação do Intangível:

Consolidado	31.12.16	Aquisições em combinações de negócios ¹	Adição	Baixa	Ativos classificados como mantidos para venda ²	Amortização	Variação Cambial	31.12.17
Amortizável:								
Marcas e patentes	396.117	119.451	78.331	(1.902)	(2.858)	(23.481)	11.723	577.381
Softwares	179.968	-	18.555	(63.198)	(30.304)	(27.387)	186	77.820
Carteira de clientes	2.942.819	353.187	-	(981.186)	-	(279.370)	58.726	2.094.176
Cessão de direitos comerciais	6.267	-	-	(6.267)	-	-	-	-
Outros intangíveis	144.849	21.172	-	(125.199)	(12.952)	(5.350)	(2.523)	19.997
Não-amortizável:								
Marcas e patentes	4.763.658	52.454	10.327	(1.256.872)	(275.853)	-	188.003	3.481.717
Cessão de direitos comerciais	3.978	-	-	(3.978)	-	-	-	-
Direito de exploração do uso da água	108.530	-	-	-	(73.735)	-	111	34.906
Outros intangíveis	5.569	-	-	(5.569)	-	-	-	-
	8.551.755	546.264	107.213	(2.444.171)	(395.702)	(335.588)	256.226	6.285.997

¹ Referem-se aos saldos da aquisição da GNP e Plumrose da subsidiária JBS.

² Referem-se aos saldos da Eldorado Celulose, Vigor e das subsidiárias da JBS, JBS Argentina, JBS Paraguai, Frigorífico Canelones, JBS Five Rivers e JBS Food Canada Inc, classificados como ativos mantidos para venda.

16 Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. No consolidado refere-se à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora e redução de custos devido a sinergias esperadas devido a integração das combinações de negócios.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Os ativos e passivos são agrupados em UGCs (Unidades geradoras de caixa) a fins de teste de impairment. Qualquer perda por impairment é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

	Controladora		Consolidado		
	Vida útil	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Ágio	Indefinida	11.275	1.018.944	23.200.284	25.101.133

Movimentação do Ágio:

Movimentação do Ágio:	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.018.944	25.101.133
Aquisições em combinações de negócios ¹	-	272.279
Baixa ²	(857.148)	(2.320.217)
Ajuste de combinação de negócio	-	(95.410)
Ativos disponíveis para venda ³	(150.521)	(321.089)
Variação Cambial	-	563.588
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.275	23.200.284
Saldo em 01 de janeiro de 2016	1.226.954	27.873.770
Aquisições em combinações de negócios	6.487	111.781
Baixa	(19.044)	(19.044)
Ajuste de combinação de negócio	(195.453)	(293.098)
Impairment	-	(33.206)
Variação Cambial	-	(2.539.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.018.944	25.101.133

¹ Referem-se aos saldos das aquisições das subsidiárias da JBS, GNP e Plumrose.

² Refere-se à baixa do ágio relativo à venda da Alpargatas na controladora e no consolidado refere-se substancialmente às baixas dos saldos da Alpargatas e Vigor que foram transferidos para Ativos mantidos para venda no período.

³ Referem-se aos saldos da Eldorado Celulose e das subsidiárias da JBS, JBS Argentina JBS Paraguay, Frigorífico Canelones, JBS Five Rivers e da JBS Food Canadá Inc.classificados como mantidos para venda.

Teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC (Unidades Geradoras de Caixa) que mantinham ágio, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa com data base em 31 de dezembro de 2017. A determinação do valor em uso envolve o uso de premissas sobre fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento de receita, custos e despesas, despesas de capital, requerimentos de capital de giro e taxas de desconto. A Administração projeta fluxos de caixa pelo período que a UGC levará para apresentar uma atividade operacional estável. O valor terminal foi atribuído com base em uma taxa de crescimento esperada em perpetuidade para os grupos UGC. O custo médio ponderado do capital (WACC), utilizado como taxa de desconto, foi estimado com base no desempenho histórico da indústria em relação a cada grupo de UGC e em fontes externas de informação sobre riscos de mercado.

Para o teste de impairment, as UGC foram segregadas nos seguintes grupos representando o nível mais baixo da Companhia em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna e possuem ágio significativos:

Subsidiária JBS:

Em 31 de dezembro de 2017, a Subsidiária JBS testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC (Unidades Geradoras de Caixa) que mantinham ágio, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa. A determinação do valor em uso envolve o uso de premissas sobre fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento de receita, custos e despesas, despesas de capital, requerimentos de capital de giro e taxas de desconto.

A Administração projeta fluxos de caixa por um período de 5 anos para os grupos UGC de Brasil Bovinos e USA Suínos, a fim de melhor refletir o longo ciclo dos grupos em relação à vida útil dos animais utilizados na produção. O valor terminal foi atribuído com base em uma taxa de crescimento esperada em perpetuidade para os grupos UGC. O custo médio ponderado do capital (WACC), utilizado como taxa de desconto, foi estimado com base no desempenho histórico da indústria em relação a cada grupo de UGC e em fontes externas de informação sobre riscos de mercado.

O teste de impairment foi efetuado para o grupo de UGCs para os quais foram alocados.

Para o teste de impairment, as UGCs foram segregadas nos seguintes grupos representando o nível mais baixo da Subsidiária JBS em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna e possuem ágio significativos:

Grupo UGC	31.12.17	31.12.16
Brasil Bovinos	9.069.926	9.069.926
Austrália Smallgoods	1.005.113	1.136.008
Moy Park	2.760.016	2.565.653
USA Suínos	2.297.518	2.217.831
Seara	3.533.294	3.541.676
Outros	3.822.380	3.385.600
Total	22.488.247	21.916.694

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve indícios de impairment do goodwill em nenhum dos grupos de UGC.

Brasil Bovinos

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo. Os valores atribuídos as mesmas representam a análise da Administração das tendências futuras em indústrias relevantes e são baseadas em dados históricos de fontes externas e internas.

Em percentual (%)	2017	2016
Taxa de desconto	10,8	11,3
Taxa de crescimento de valor terminal	5,1	5,5
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	46,4	18,0

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne bovina no Brasil. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente gado. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

Australia Smallgoods

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

Em percentual (%)	2017	2016
Taxa de desconto	8,3	10,7
Taxa de crescimento de valor terminal	2,5	2,5
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 4 anos)	1,0	24,3

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas das operações da Smallgoods na Austrália, que consiste nas operações da Primo. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente suínos. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

USA Suínos

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Em percentual (%)	2017	2016
Taxa de desconto	12,0	12,0
Taxa de crescimento de valor terminal	0,5	0,5
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	9,7	(2,7)

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne suína nos Estados Unidos da América, incluindo as operações da Cargill. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente gado. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

Seara

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

Em percentual (%)	2017	2016
Taxa de desconto	10,9	12,3
Taxa de crescimento de valor terminal	4,0	3,7
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	14,2	16,2

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne suína, carne de frango e outros produtos no Brasil. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente gado. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

A Administração identificou que uma alteração razoavelmente possível na taxa de desconto ou no crescimento da perpetuidade, pode tornar o valor contábil maior que o valor recuperável. Para a UGC, um aumento na taxa de desconto de 1,0% e uma redução no crescimento da perpetuidade de 0,5%, no exercício findo em 30 de setembro de 2017, resultaria na estimativa de valor recuperável 1,1% menor do que o valor contábil.

Moy Park

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

Em percentual (%)	2017	2016
Taxa de desconto	8,5	8,7
Taxa de crescimento de valor terminal	3,0	3,0
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	7,1	8,5

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne de frango no Reino Unido. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade dos ativos biológicos, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente gado. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante, caso contrário é classificado no passivo não circulante. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estão segregados pelos principais tipos de fornecedores conforme demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Commodities	-	-	3.943.995	4.107.181
Materiais e serviços	8.739	2.930	5.966.373	7.354.984
Produtos acabados	-	-	255.469	471.607
Ajuste a valor presente - AVP	-	-	(17.862)	(45.686)
	8.739	2.930	10.147.975	11.888.086

18 Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, caso aplicável. Após o registro inicial, podem ser acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda corrente do referido país de origem. Todos empréstimos que não possuem a mesma moeda de apresentação da Companhia, são reavaliados em cada período corrente. Os gastos com prêmios, descontos e custos de transação são amortizados para despesa financeira utilizando o método de juros efetivos.

Modalidade	Controladora							
	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante		Não circulante	
					31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Em moeda nacional								
Capital de Giro - Reais	14,95%	BRL	CDI	2019	128.645	601.294	778	2.823.353
Debêntures	-	-	-	-	-	173.325	-	-
					128.645	774.619	778	2.823.353
Modalidade	Consolidado							
	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante		Não circulante	
					31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Em moeda estrangeira								
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	4,82%	USD	Libor	*	5.055.776	8.813.089	-	-
Pré-pagamento	5,61%	USD	Libor	2019-23	5.048.964	5.821.879	3.084.877	5.010.864
144-A	7,14%	USD	-	2020-24	153.432	150.699	8.331.310	8.201.753
Export Credit Agency	-	-	-	-	-	169.691	-	829.918
Nota de Crédito - Importação	4,44%	USD	Libor	*	98.641	98.314	-	-
Capital de Giro - Dólares	-	-	-	-	-	64.949	-	24.889
Capital de Giro - Euros	-	-	-	-	-	859	-	78.898
Capital de Giro - Euros/Dólares americanos	-	USD e EUR	Libor e Euribor	2023	29.957	-	58.643	-
Term Loan	-	-	-	-	-	69.760	-	235.623
Bond ECELUP	-	-	-	-	-	3.012	-	1.137.969
Lei 4131	-	-	-	-	-	47.423	-	83.433
FINIMP	5,09%	USD e EUR	Libor e Euribor	2019	15.682	10.684	4.658	19.031
Conta Garantida	-	-	-	-	-	8.148	-	-
Empréstimo - Alpargatas Argentina	-	-	-	-	-	30.840	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros - Arg.	-	-	-	-	-	79	-	108
Working capital - Alpargatas S.A.I.C. - Arg.	-	-	-	-	-	8	-	-
BNDES USD	-	-	-	-	-	453.942	-	2.041.758
					10.402.452	15.743.376	11.479.488	17.664.244

Consolidado

Modalidade	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante		Não circulante	
					31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Em moeda nacional								
FINAME	7,90%	BRL	TJLP	2019-25	54.723	112.647	97.865	247.288
NCE/Compror	-	-	-	-	-	744.885	-	804.538
JBS Mortgage	5,80%	USD	-	2020	622	583	6.123	6.649
EXIM	-	-	-	-	-	6.449	-	180.840
ACC - Adto. de contrato de câmbio	3,82%	USD	Libor	*	126	922	-	-
FINEM	-	-	-	-	-	9.457	-	222.244
BNDES automático	-	-	-	-	-	150.196	-	631.414
Term loan JBS Lux 2018	-	-	-	-	-	3.891	-	1.321.490
Term loan JBS Lux 2020	-	-	-	-	-	18.437	-	1.551.996
Term loan JBS Lux 2022	4,10%	USD	ABR e Libor	2022	107.278	55.929	9.056.728	3.790.428
Term loan Five Rivers 2019	4,07%	USD	Libor	2019	276.456	16.954	-	275.984
Notas 8,25% JBS Lux 2020	8,25%	USD	-	2020	79.600	75.807	2.298.881	2.256.901
Notas 7,25% JBS USA 2021	7,25%	USD	-	2021	22.984	18.870	3.768.904	3.703.058
Notas 5,875% JBS Lux 2024	5,88%	USD	-	2024	67.212	64.224	2.466.501	2.427.814
Notas 5,75% JBS Lux 2025	5,75%	USD	-	2025	7.608	5.153	2.956.088	2.909.617
Notas 5,75% PPC 2025	5,75%	USD	-	2025	42.005	26.288	2.477.272	1.616.308
Notas 5,875% PPC 2027	5,88%	USD	-	2027	29.798	-	1.962.329	-
Linha de crédito PPC - Term Loan	2,61%	USD	Libor	2022	147.285	636	2.447.920	1.604.572
Capital de giro - Reais	14,23%	BRL	CDI e TJLP	2019-21	279.030	656.340	23.309	828.522
Capital de giro - Dólares Americanos	3,83%	USD	Libor	*	112.472	964.019	-	2.956.161
Capital de giro - Euros	1,51%	EUR	Euribor	2019-23	90.706	176.187	10.648	14.563
Capital de giro - Pesos Argentinos	-	-	-	-	-	74.521	-	-
FCO - Fundo do Centro Oeste / FNO - Fundo do Norte	9,15%	BRL	-	*	1.725	25.430	-	1.708
FGPP/NPR	-	-	-	-	-	111.492	-	-
NPR	-	-	-	-	-	14.992	-	-
Nota de crédito - exportação	9,03%	BRL	CDI	2019-22	1.603.518	1.368.804	528.520	1.317.098
Nota de crédito - importação	3,96%	USD e EUR	Libor e Euribor	*	187.462	315.495	-	-
Custeio pecuário	11,11%	BRL	-	*	100.630	1.137.628	-	-
Conta garantida	-	BRL	CDI	*	3.273	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	312.264	-	1.435.175
CCB - BNDES	9,00%	BRL	UM BNDES	2019-24	3.009	13.516	18.994	20.312
Notas 6,25% Moy Park 2021	6,25%	GBP	-	2021	8.022	7.278	1.317.011	1.191.331
Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux	3,12%	USD	Libor	2019	13.808	375	1.933.926	-
Linha de crédito canadense & crédito rotativo	3,70%	CAD	CDOR,RBC e Libor	2021	7	-	(533)	244.902
Linha de crédito PPC - crédito rotativo	2,84%	USD	Libor	2022	324	-	216.208	-
Linha de crédito canadense term loan	-	-	-	-	-	2.415	-	30.678
Linha bancária canadense	-	-	-	-	-	8.076	-	-
Linha de crédito mexicana	8,34%	MEX\$	TIEE	2019	1.813	46	252.424	75.950
Risco Sacado	-	-	-	-	-	25.659	-	-
FINEP	5,54%	BRL	-	2019-25	25.971	25.828	86.531	83.706
FNE (BNB)	-	-	-	-	-	24.020	-	120.125
FINISA- Financiamento para infraestrutura e saneamento	6,03%	BRL	CDI	2020	56.486	-	232.778	-
Outros	2,05	GBP e EUR	Libor e Euribor	2019	17.892	36.871	95.923	87.614
					3.341.845	6.612.584	32.254.350	31.958.986
					13.744.297	22.355.960	43.733.838	49.623.230

* Saldos classificados no circulante têm seus vencimentos entre 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Taxa Anual: Refere-se ao custo médio ponderado nominal de juros na data base. Os empréstimos e financiamentos são corrigidos por taxa fixa ou indexados às taxas: CDI, TJLP, UMBNDES, LIBOR e EURIBOR, entre outros.

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
2018	-	372.569	-	6.669.875
2019	778	500.784	3.332.027	2.991.045
2020	-	500.000	7.240.964	11.314.289
2021	-	700.000	6.215.039	8.695.637
Vencimentos após 2022	-	750.000	26.945.808	19.952.384
	778	2.823.353	43.733.838	49.623.230

a. Acordos de Preservação de Linhas de Crédito

Conforme divulgado ao Mercado em 25 de julho de 2017 a Subsidiária JBS anunciou a celebração de Acordos de Preservação de Linhas de Crédito ("Acordos") com certas instituições financeiras no Brasil e no exterior.

Durante o período de estabilização, a JBS Brasil, composta pela Companhia e determinadas sociedades controladas operacionais no Brasil, juntamente com sua divisão global de couros, efetuará o pagamento integral dos juros incorridos nos termos dos contratos originais, bem como o pagamento de quatro parcelas de 2,5% do montante principal do endividamento em questão sendo o primeiro no início de tal acordo e os demais em 90, 180 e 270 dias. Simultaneamente à negociação com as diversas instituições financeiras credoras acerca do período de estabilização, a JBS Brasil também celebrou um acordo que prevê a renegociação das dívidas com o Grupo Itaú Unibanco, de forma que 40% do saldo devedor total serão pagos tal como originalmente contratados, renovando-se o prazo de pagamento dos 60% remanescentes, nas condições originais, para 12 meses a contar dos respectivos vencimentos.

Nos Acordos, a JBS Brasil assegura o cumprimento dos seguintes instrumentos: i. Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças para cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios derivados das operações de mercado interno; ii. Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Estoque e Ativo Biológico e Outras Avenças para alienação fiduciária da totalidade dos estoques e ativos biológicos; e iii. instrumentos regidos pelas legislações do Estado de Nova Iorque, da Holanda, das Ilhas Cayman, da Alemanha e do Reino Unido para constituição de garantia sobre os direitos creditórios derivados das operações de mercado externo, e estoques e ativos biológicos localizados nessas jurisdições, conforme aplicável.

Em maio de 2018 foi firmado pela subsidiária JBS o acordo de normalização com objetivo de prorrogação de vencimento das dívidas em aberto para julho de 2021. Em setembro de 2018 a JBS em suas subsidiárias signatárias do acordo converteram o pagamento da totalidade dos saldos cobertos pelo acordo de normalização.

A JBS encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com indicador de alavancagem de 3,38 x o EBITDA, atendendo aos quesitos dos Acordos.

Restrições contratuais ("covenants")

Em 2017, a subsidiária Eldorado não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais (covenants) com as instituições financeiras e conseqüentemente não obteve o waiver das instituições financeiras. Em 27 de novembro de 2018, a subsidiária Eldorado liquidou as dívidas para as quais não havia obtido Waiver.

Exceto pelo o exposto acima a Companhia e as demais controladas incluídas na consolidação estavam em conformidade com todas os Covenants. As principais restrições contratuais estão relacionadas com a capacidade de contrair dívidas adicionais, alienação de ativos e participações acionárias, entre outras.

As restrições contratuais (covenants) da subsidiária Eldorado estão apresentados a seguir.

Subsidiária Eldorado

A Eldorado possui contratos de financiamentos que contam com determinadas obrigações de cumprimento de índices financeiros (covenants). Os contratos que contêm obrigações desta natureza são: (i) os contratos de financiamento (Facility Agreements) celebrados com as Export Credit Agencies - ECAs, (ii) as Debêntures subscritas pelo FI-FGTS; (iii) as cartas de fiança bancária emitidas por Banco do Brasil e Santander para garantia do financiamento contratado pela Eldorado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e (iv) o Facility and Arrangement Agreement ("Term Loan"), celebrado com Banco do Brasil na França. É importante notar que Eldorado vem trabalhando arduamente a fim de melhorar seus principais indicadores, inclusive o índice total de endividamento. O ano de 2017 foi marcado pelo forte desempenho no mercado de celulose, reflexo da demanda crescente e de eventos como paradas e conversões para produção de outros tipos de celulose, que acabaram por limitar a oferta do produto. Essa combinação dos fundamentos do mercado suportou forte avanço dos preços no decorrer do ano, marcado pela continuidade de uma demanda consistente. Não obstante, o ano de 2017 também foi marcado pelo melhor desempenho histórico de vendas da Eldorado. A expectativa do mercado de celulose é que o cenário da demanda permaneça aquecido, suportando os patamares de preços estabelecidos pela indústria e conseqüentemente permitindo que a Eldorado apresente uma geração robusto de caixa nos próximos anos.

Assim, vale a pena mencionar que Eldorado está focada em otimizar sua eficiência operacional, assim como melhorar a gestão de seu fluxo de caixa e investimento a fim de convergir para os limites de covenants contratuais. Para os casos em que os índices obtidos pela Eldorado não satisfizeram as condições restritivas requeridas por contrato, foram solicitados waivers junto aos bancos, conforme detalhado abaixo:

(i) Export Credit Agencies: Covenants financeiros medidos anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015. Com relação ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2017, os índices foram:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Índice	Limite
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 1,15$
Dívida Líquida / EBITDA	$\leq 4,0x$
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	$\leq 2,75x$
Limite de Endividamento	$\leq \text{USD } 1,2 \text{ bilhão}^*$

* Em 2016, a subsidiária Eldorado obteve autorização dos credores para aumentar o "Limite de Endividamento" para US\$ 1,2 bilhão, desde que a equação "Limite de Endividamento (-) Caixa" permanecesse inferior a US\$ 750 milhões.

Com base nos resultados projetados para o término do exercício fiscal de 2017, a subsidiária Eldorado verificou a possibilidade de não cumprimento do limite de endividamento previsto neste instrumento financeiro. Para todos os casos em que os índices obtidos pela Eldorado não satisfizeram as condições restritivas definidas por contratos, foram solicitados waivers junto a bancos para a dispensa de verificação. Em 27 de novembro de 2019 a Eldorado liquidou os contratos que não obtiveram waivers.

(ii) Debêntures: Covenants financeiros medidos anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015. Com relação ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2017, os índices foram:

Índice	Limite
Dívida Líquida / EBITDA	$\leq 4,0x$
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	$\leq 2,75x$
Limite de Endividamento	$\leq \text{USD } 1,1 \text{ bilhão}$

Com base nos resultados projetados para o término do exercício fiscal de 2017, a subsidiária Eldorado verificou a possibilidade de não cumprimento do índice Dívida Líquida/Patrimônio Líquido previsto no instrumento financeiro. Diante disso, a Eldorado iniciou tratativas relativas a pedido de dispensa à observância deste índice junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), agente do financiamento, porém ainda não obteve retorno.

(iii) Cartas Fiança – Banco do Brasil: Covenants financeiros medidos anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015. Com relação a 2017 os índices foram:

Índice	Limite
Dívida Líquida / EBITDA	$\leq 4,0x$
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	$\leq 2,75x$
Limite de Endividamento	$\leq \text{USD } 750 \text{ milhões}$
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 1,15$

Com base nos resultados projetados para o término do exercício fiscal de 2017, a Eldorado verificou a possibilidade de não cumprimento do índice Dívida Líquida/Patrimônio Líquido previsto na Carta Fiança. Diante disso a Eldorado iniciou tratativas relativas ao pedido de dispensa à observância deste índice junto ao Banco do Brasil, porém ainda não obteve retorno. Além disso, vale lembrar que a Eldorado foi dispensada da observância do índice de limite de endividamento até 31 de dezembro de 2017.

(iv) Cartas Fiança - Santander: Covenants financeiros medidos anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015. Com relação a 2017 os índices foram:

Índice	Limite
Dívida Líquida / EBITDA	$\leq 4,0x$
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	$\leq 2,75x$
Limite de Endividamento	$\leq \text{USD } 1,2 \text{ milhões}^*$
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 1,15$

19 Arrendamento financeiro e operacional

Os arrendamentos nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e os benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro, onde são registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, os arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais, e são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

NO CONSOLIDADO

Na Subsidiária JBS:

a. Arrendamentos operacionais (Reconhecido como despesa):

A JBS possui contratos de arrendamento operacional de complexos industriais, curtumes e centros de distribuição nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

A subsidiária indireta JBS USA possui contratos de arrendamento operacional de armazéns, escritórios comerciais e instalações de manutenção de veículos nos Estados Unidos da América, bem como escritórios de marketing na Ásia, centros de distribuição e armazéns na Austrália e dois escritórios no México. Adicionalmente, a JBS USA arrenda equipamentos, veículos de transporte rodoviário e outros ativos.

As subsidiárias indiretas Seara Alimentos e JBS Aves são arrendatárias de unidades produtoras nos Estados de Santa Catarina, Paraná.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais com prazo superior a um ano não canceláveis, são apresentados a seguir:

	Consolidado
Para os exercícios findos em:	
2017	469.618
2018	395.897
2019	302.893
2020	260.494
2021	220.457
Acima de 2021	365.892
Total	2.015.251

b. Arrendamentos financeiros (reconhecido como ativo):

A subsidiária indireta JBS USA possui contratos de locação referente a veículos comerciais e máquinas e equipamentos e, a subsidiária indireta Seara possui contrato de locação referente a um imóvel no estado de Minas Gerais.

Os valores contábeis registrados no ativo imobilizado estão abaixo detalhados:

	Vida útil	Custo	Depreciação acumulada	31.12.17	31.12.16
Contratos de locação	10 anos	229.749	(83.797)	145.952	69.454
Equipamentos de informática	5 anos	-	-	-	2.174.841
Software	5 anos	-	-	-	508.492
Total		229.749	(83.797)	145.952	2.752.787

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos financeiros com prazo superior a um ano não canceláveis, são apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Valor presente	Ajuste a valor presente	Pagamentos futuros
Para os exercícios findos em:			
2018	26.119	2.788	28.907
2019	16.411	2.350	18.761
2020	9.692	2.128	11.820
2021	6.143	2.161	8.304
2022	5.790	2.451	8.241
Acima de 2022	41.246	13.828	55.074
Total	105.401	25.706	131.107

Na Subsidiária Eldorado:

a. Arrendamento operacional de terras:

Os arrendamentos operacionais de terras serão pagos da seguinte forma:



	<u>Consolidado</u>
2018	97.818
2019	98.700
2020	98.605
2021	97.484
Acima de 2022	559.904
Total	<u><u>952.511</u></u>

A subsidiária Eldorado efetua arrendamentos operacionais de terras para utilização em suas operações, com contratos por prazos de quatorze anos. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, de acordo com os aluguéis de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em avaliações individuais de cada fazenda.

Os arrendamentos registrados pela Eldorado referem-se basicamente a terras para o plantio de eucalipto. Como a escritura do terreno não será transferida conforme contrato de aluguel, a Eldorado determinou que o arrendamento do terreno seja operacional. O aluguel pago ao arrendador do terreno é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e a Eldorado não participa no valor residual e todos os riscos e benefícios do arrendamento são do arrendador. Assim, a Eldorado determinou que os arrendamentos são arrendamentos operacionais.

b. Arrendamento operacional de planta química e de oxigênio e ramal de distribuição de gás:

Em 31 de dezembro de 2017, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis são como segue:

	<u>Consolidado</u>
2018	74.725
2019	74.725
2020	74.725
2021	74.725
Acima de 2022	485.253
Total	<u><u>784.153</u></u>

A subsidiária Eldorado possui contratos de take-or-pay de duas plantas químicas e um ramal de distribuição para suprir as necessidades de insumos para a produção de celulose.

Tratam-se de três contratos de take-or-pay, sendo dois deles com prazo de 15 anos, sendo um para suprir as necessidades de Dióxido de Cloro, com início da vigência em dezembro de 2012, cujo preço da Tonelada de Cloreto de Sódio deverá ser reajustado no primeiro dia de cada ano pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), e outro para suprir as necessidades de Oxigênio em sua forma gasosa, com início da vigência em outubro de 2012, cuja dívida foi firmada em dólar e as parcelas fixas mensais deverão ser reajustadas pelo índice CPI (Consume Price Index) no primeiro dia de cada ano. O terceiro contrato com prazo de 12 anos, para suprir as necessidades de gás natural industrial, com início da vigência em maio de 2016, cujo preço do metro cúbico é composto por três fatores: a) preço do gás natural reajustado trimestralmente de acordo com as médias aritméticas das cotações diárias divulgadas na tabela Spot Price Assessments publicada no Platt's Oilgram Price Report; b) tarifa média do transporte dividida em duas parcelas, sendo a primeira reajustada 0,5% a.a. e a outra em 3,5% a.a., ambos no primeiro dia de cada ano; c) margem fixa da distribuidora reajustada no primeiro dia de cada ano pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). A partir de 30 de junho de 2020, as partes renegociarão as condições comerciais do fornecimento de gás natural, momento em que a Companhia poderá rescindir o presente contrato, na hipótese de se verificar desequilíbrio econômico financeiro ou onerosidade excessiva à Companhia.

c. Arrendamento operacional de vagões para transporte ferroviário:

Em 31 de dezembro de 2017, os recebimentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis são como segue:

	<u>Consolidado</u>
2018	16.589
2019	16.589
2020	4.896
Total	<u><u>38.074</u></u>

A subsidiária Eldorado possui contrato de arrendamento operacional de 432 vagões para transporte ferroviário para carregamento exclusivo de celulose.

Trata-se de um contrato com prazo de 33 meses com início em 01 de setembro de 2017 e término em 31 de maio de 2020 sendo prorrogável por igual período mediante a celebração de um termo aditivo. As parcelas serão reajustadas pela variação do IPCA.

20 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Salários e encargos sociais	8.062	916	1.099.683	1.149.207
Provisões para férias, 13º salário e encargos	1.982	882	2.068.158	2.081.102
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	-	47	909.656	100.025
PIS e COFINS a recolher	10.305	7.204	93.846	126.528
Parcelamentos fiscais	6.382	-	2.476.140	453.769
Outros	1.309	27	499.459	798.184
	28.040	9.076	7.146.942	4.708.815
Desmembramento:				
Passivo circulante	28.040	9.076	4.484.699	3.590.095
Passivo não circulante	-	-	2.662.243	1.118.720
	28.040	9.076	7.146.942	4.708.815

Decreto 8.426/15 - PIS/COFINS Receitas Financeiras: Em julho de 2015, a Subsidiária JBS e suas subsidiárias impetraram Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade dos débitos de PIS e COFINS decorrentes de incidência destas contribuições sobre as receitas financeiras, conforme determinado no Decreto 8.426/15, o qual restabeleceu para 4,65% a alíquota combinada de referidas contribuições incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas empresas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, o qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possui registrada na rubrica de Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais a provisão no montante de R\$ 9.036 e R\$ 7.020 na Controladora, respectivamente, e R\$ 76.608 e R\$ 89.492 no Consolidado, respectivamente, relativa ao PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

Parcelamentos fiscais - Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT): A subsidiária JBS, conforme comunicado ao Mercado em 7 de novembro de 2017, com base na Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, convertida na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, regulamentadas pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil ("RFB") nº 1711, de 16 de junho de 2017 e nº 1733 de 31 de agosto de 2017 e pela Portaria da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") nº 690, de 29 de junho de 2017, decidiu aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), relacionado a débitos de INSS, PIS, COFINS, e IR/CSLL da Companhia inscritos ou não na dívida ativa da União.

O valor nominal dos débitos incluídos no PERT pela JBS soma R\$ 4,2 bilhões, incluindo as reduções previstas na respectiva Medida Provisória, sendo que (i) 20% do valor bruto dos débitos

foi pago até dezembro de 2017, totalizando R\$ 1,1 bilhão; (ii) os débitos no âmbito da RFB serão quitados à vista com a utilização de créditos tributários no montante de R\$ 1,6 bilhões, conforme permissão estabelecida nas regras do parcelamento, a JBS utilizou-se de créditos próprios e de demais empresas do grupo econômico, sendo que nessa operação foi gerado um deságio (ganho) de R\$ 76 milhões (Essas transações foram aprovadas unanimemente pelo Comitê de Partes Relacionadas); e (iii) os débitos de competência da PGFN serão quitados em 145 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2018, totalizando R\$ 1,5 bilhões. Para estes débitos, o valor parcelado considera reduções de 80% dos juros de mora, 50% das multas de mora e de ofício e 100% dos encargos legais. Os valores parcelados sofrerão atualização pela taxa SELIC.

Considerando o efeito líquido entre os débitos incluídos no PERT, incluindo as reduções pelo programa, e as provisões já constituídas, a Subsidiária JBS apurou um impacto negativo contabilizado no lucro líquido do terceiro trimestre de R\$ 2,3 bilhões, sendo i) R\$ 1,8 bilhões como despesas registradas em Administrativas; ii) R\$ 0,9 bilhão como despesas no resultado financeiro; e, iii) R\$ 435 milhões como receita em impostos diferidos pela constituição de prejuízos não contabilizados.

Parcelamentos fiscais - Autos de infração nos Estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia: A Subsidiária JBS recebeu no quarto trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 auto de infração nos Estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia decorrente de irregularidades identificadas na apuração de crédito presumido de ICMS, além do não cumprimento das condicionantes dos TAREs (Termo de Ajuste de Regime Especial), cujo valor atualizado por juros e multas totaliza R\$ 441.012. Os referidos autos de infração foram contabilizados no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, entre despesas Administrativas e Financeiras, nos montantes de R\$ 388.589 e R\$ 52.423, respectivamente.

No Estado de Mato Grosso do Sul o valor total líquido dos débitos soma R\$ 163.936, incluindo as reduções previstas em Lei, sendo que R\$ 23.996 foram pagos em dezembro de 2017 e o saldo de R\$ 139.940 serão quitados em 99 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2018.

No Estado de Rondônia o valor líquido dos débitos soma R\$ 277.076, incluindo as reduções previstas em Lei, que serão quitados em até 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2018.

Parcelamentos de encargos sociais: Com a adesão ao PERT pela Subsidiária JBS, a rubrica de Obrigações trabalhistas e sociais sofreu um aumento na linha de parcelamentos trabalhistas e sociais no Consolidado de R\$ 643.554 no curto prazo e de R\$ 1.393.844 no longo prazo, totalizando R\$ 2.037.397, devido ao impacto da provisão do parcelamento. O saldo de parcelamentos de encargos sociais já está apresentado líquido da compensação de R\$ 188.139 proveniente de créditos tributários, uma vez que a compensação reflete a essência da operação e o efeito esperado no fluxo de caixa futuro.

21 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos, quando incorridos, efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos declarados", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Natureza	Ano	Controladora		Consolidado	
			31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
FB	Dividendos	2016	-	34.081	-	-
JBS	Dividendos	2017	51.666	-	-	-
TOTAL ATIVO			51.666	34.081	-	-

	Natureza	Ano	Consolidado	
			31.12.17	31.12.16
Alpargatas	Juros sobre capital próprio	2016	-	(863)
Alpargatas	Juros sobre capital próprio	2015	-	(733)
Alpargatas	Juros sobre capital próprio	Residual de anos anteriores	-	(706)
Alpargatas	Dividendos	Residual de anos anteriores	-	(237)
Alpargatas	Dividendos	2015	-	(2.351)
JBS	Dividendos	2017	(75.796)	-
JBS	Dividendos	2016	-	(49.796)
JBS	Dividendos	2015	-	(368)
JBS	Dividendos	Residual de anos anteriores	-	(784)
Vigor	Dividendos	2016	-	(8.325)
J&F Investimentos	Dividendos	Distrib. reservas de lucros de 2015	(420.222)	-
J&F Investimentos	Dividendos	Saldo de períodos anteriores à 2015	(35.268)	-
TOTAL PASSIVO			(531.286)	(64.163)

22 Compromissos com terceiros para investimentos

São reconhecidos nessa linha os passivos relacionados a aquisição de unidades industriais, imóveis, fazendas e/ou passivos decorrentes de aquisição de empresas. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos os saldos são classificados no passivo circulante; caso contrário, é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos.

Empresa	Descrição das aquisições	Curto prazo		Longo prazo	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
JBS	- Fazenda Panamá	-	7.805	-	-
	- Imobilizados e outros complexos industriais	7.659	7.659	24.827	31.427
	- Ativos e complexos industriais Ana Rech	4.022	48.583	-	4.000
	- Ativos da Seara	24.886	41.689	-	28.897
	- Empresa Agrovêneto	1.331	-	8.275	11.614
	- Empresa Frinal	-	13.883	-	-
	- Empresa Sul Valle	443	655	-	-
	- Empresa Novagro	-	8.351	2.193	2.386
	- Ativos imobilizados da empresa Céu Azul	84	84	-	-
	- Ativos imobilizados da Rigor	-	19.148	-	-
	- Ativos imobilizados da Tramonto	3.324	3.323	554	3.878
	- Aquisição da planta de Trindade do Sul	15.328	-	-	-
	- Aquisição da planta de Jundiá	16.079	16.016	4.019	19.943
- Aquisição da planta de Mato Casteliano	-	1.723	-	-	
Total		73.156	168.919	39.868	102.145

23 Imposto de renda e contribuição social



A Companhia e suas subsidiárias localizadas no Brasil são tributadas com base no lucro apurado conforme tributação vigente no Brasil, e as subsidiárias localizadas no exterior com base na legislação aplicável de cada país. O imposto de renda é reconhecido com base nas alíquotas de imposto de renda vigente na data do balanço.

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são compostos por impostos a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e eventuais ajustes de anos anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é registrado com base na melhor estimativa levando-se em conta as incertezas relacionadas ao cálculo de tais tributos, caso houver.

A taxa de imposto de renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período corrente nos países onde as controladas e associadas da Companhia operam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita a interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa CSLL e diferenças temporárias ativas e passivas sobre a base fiscal versus contábil. Os impostos diferidos não são reconhecidos quando oriundos de ajustes ativos e/ou passivos que não afetam as bases tributárias, com exceção dos ajustes de combinação de negócios.

Os impostos diferidos somente serão reconhecidos caso seja provável que futuramente exista base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos compensados, com base em projeções de resultados tributáveis bem como estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia, e de suas controladas, quando aplicável.

Os impostos diferidos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e quando estiverem relacionados à mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal se as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

De acordo com a Lei nº 12.973/14, o resultado das subsidiárias no exterior deverá ser tributado à taxa nominal de 34%, e o imposto pago no exterior por essas subsidiárias poderá ser creditado no Brasil.



a. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
		Reapresentado		Reapresentado
Resultado antes da tributação¹	(6.500.315)	451.959	(6.530.055)	829.308
Alíquota nominal	34 %	34 %	34 %	34 %
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	2.210.107	(153.666)	2.220.219	(281.965)
Ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	763.779	(135.981)	12.282	(112.411)
Prejuízos Fiscais de Anos Anteriores	128.608	-	275.066	5.177
Subvenções a Produção Domésticas	-	-	149.989	84.765
Diferença de Alíquotas sobre Resultados de Controladas no Exterior	-	-	423.774	173.222
Efeito Líquido - Lucros Auferidos no Exterior	-	-	(534.000)	103.344
Ajustes de Preço de Transferência	-	(141)	(9.548)	(7.089)
Imposto Diferido Ativo não Constituído	(2.696.444)	81.347	(2.436.255)	(85.008)
Dividendos Pagos no Exterior	-	-	(1)	(131.310)
Ajustes de Demonstrações Intermediárias - Subsidiárias no Exterior	-	-	-	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - Subsidiárias no Exterior	-	-	(11.316)	(87.995)
Plano de Outorga de Opções	-	-	-	(41.716)
Juros não Tributados - Subsidiárias no Exterior	-	-	178.353	269.781
Contabilização de Imposto Diferido de Anos Anteriores	-	-	4.333	-
Receita Sujeita a Bitributação - Subsidiárias no Exterior	-	-	330.110	-
Realização de Outros Resultado Abrangentes - Programa de Desinvestimento	-	-	-	-
Multas s/ Infrações e/ou Parcelamentos Fiscais	-	-	-	(6.340)
Outras Diferenças Permanentes	(225.848)	316.902	(345.825)	498.685
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	180.203	108.462	257.182	381.141
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.300	97.162	(1.281.345)	(187.903)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	178.904	11.300	1.538.527	569.045
	180.203	108.462	257.182	381.141
Percentual de IR/CS sobre LAIR	2,77 %	24,00 %	3,94 %	45,96 %

¹ O resultado antes da tributação contempla os efeitos do resultado líquido de operações descontinuadas.

b. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora		
	31.12.17	Reconhecido no Resultado	Demais Ajustes
			31.12.16
			Reapresentado
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	128.608	-
Perda Estimada de Crédito em Liquidação Duvidosa	20.070	20.070	-
Provisão para Contingência	332	(943)	1.274
Demais Diferenças Temporárias Ativas	31.251	31.168	84
Realização Reserva de Reavaliação / Deemed Cost	(74.964)	-	1.300
Perda de Capital FIDC	(163.402)	-	(163.402)
Total líquido	(186.712)	178.904	1.300
			(238.307)

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Consolidado				31.12.16
	31.12.17	Reconhecido no Resultado	Varição Cambial	Demais Ajustes	
					Reapresentado
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	890.822	808.545	(190)	(1.838.086)	2.049.162
Perda Estimada de Crédito em Liquidação Duvidosa	93.374	44.174	202	(4.207)	53.205
Provisão para Contingência	312.533	113.181	474	(8.610)	207.488
Ajuste a Valor Presente - Clientes	1.292	(3.761)	-	-	5.053
Valorização de Estoques - Subsidiárias no exterior	130.343	(50.310)	971	-	179.682
Créditos Tributários - Subsidiárias no exterior	92.433	(2.856)	1.546	-	93.743
Regras para Criação de Animais - Subsidiárias no exterior	45.939	(27.847)	327	-	73.459
Provisão para Seguros - Subsidiárias no exterior	-	(65.023)	(234)	-	65.257
Provisão para Seguros de Acidente de Trabalho - Subsidiárias no exterior	106.879	(17.188)	1.190	-	122.877
Plano de Pensão - Subsidiárias no exterior	75.489	(53.421)	362	-	128.548
Provisão de Contas a Pagar - Subsidiárias no exterior	300.228	(54.145)	2.555	-	351.818
Mais Valia Imobilizado	-	-	-	-	-
Custo Reorganização Societária Moy Park	13.114	12.874	240	-	-
Demais Diferenças Temporárias Ativas	10.569	158.453	(1.454)	(59.467)	(86.963)
Amortização de Ágio	-	-	-	-	-
Ajuste a Valor Presente - Fornecedores	(6.073)	8.360	-	-	(14.433)
Combinações de Negócios	(2.310.175)	661.884	(64.112)	58.361	(2.966.308)
Provisão para Devoluções de Clientes - Subsidiárias no exterior	(96.769)	42.258	(1.540)	-	(137.487)
Realização Reserva de Reavaliação / Deemed Cost	(758.894)	64.899	-	41.730	(865.522)
Perda de Capital FIDC	(163.402)	-	-	-	(163.402)
Baixa de Imposto Diferido - Combinação de Negócios Moy Park	-	(72.467)	-	72.467	-
Demais Diferenças Temporárias Passivas	(2.216.071)	(29.084)	(8.446)	1.144.535	(3.323.077)
Total líquido	(3.478.368)	1.538.527	(68.109)	(593.278)	(4.226.900)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
				Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	51.654	1.358	542.023	1.242.514
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(238.366)	(239.665)	(4.020.391)	(5.469.414)
	(186.712)	(238.307)	(3.478.368)	(4.226.900)

24 Provisão para riscos processuais

A Companhia e suas controladas no curso normal dos seus negócios, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Companhia e suas controladas com base na opinião dos consultores legais. As principais informações desses processos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, estão assim representadas:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.17	31.12.16	01.01.16	31.12.17	31.12.16	01.01.16
Fiscais e previdenciários	45	270	45	2.152.012	2.123.795	2.201.824
Trabalhistas	868	3.415	3.212	420.469	402.709	466.202
Cíveis	63	63	109	363.753	309.950	299.481
Total	976	3.748	3.366	2.936.234	2.836.454	2.967.507

Os saldos iniciais de 2016 foram reapresentados conforme descrito na nota 2 - Acordo de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e seus impactos nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Movimentação das provisões

	Controladora			
	31.12.16	Adições	Baixas	31.12.17
	Reapresentado			
Fiscais e previdenciários	270	46	(271)	45
Trabalhistas	3.415	868	(3.415)	868
Cíveis	63	-	-	63
Total	3.748	914	(3.686)	976

	Consolidado					
	31.12.16	Adições	Pagamentos ou mudanças de estimativas	Ativos disponíveis para a venda	Variação Cambial	31.12.17
	Reapresentado					
Fiscais e previdenciários	2.123.795	195.539	(159.783)	(8.477)	938	2.152.012
Trabalhistas	402.709	512.435	(447.340)	(47.218)	(117)	420.469
Cíveis	309.950	193.588	(105.971)	(33.814)	-	363.753
Total	2.836.454	901.562	(713.094)	(89.509)	821	2.936.234

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são partes em outras ações de naturezas tributária, trabalhista e cível no montante de R\$ 8.673.968 em 31 de dezembro de 2017, envolvendo riscos de perda, avaliadas pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, estando de acordo com os requerimentos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Abaixo a Companhia detalha as ações que a Administração considera como relevantes em suas controladas.

Subsidiária Âmbar:

Em novembro de 2017 a Âmbar aderiu ao PERT- Programa Especial de Regularização Tributária no total de R\$ 4.819 (quatro milhões e oitocentos e dezenove mil reais). Foram baixados os processos fiscais em aberto da RFB no montante de R\$ 3.737 (três milhões e setecentos e trinta e sete mil reais) e da PGFN o montante de R\$ 1.082 (um milhão e oitenta e dois mil reais) pagando em dinheiro o valor de R\$ 485 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais) e o restante com Prejuízo Fiscal.

A empresa obteve Liminar para suspensão do pagamento dos impostos de PIS e COFINS sobre a receita financeira em 07/2015, porém mantém a provisão de R\$ 1.128 destes impostos na contabilidade, até trânsito em julgado do processo.

Em 7 de junho de 2017, a Âmbar recebeu notificação extrajudicial da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, fornecedora de gás natural, em relação a resolução unilateral do contrato de compra e venda de Gás Natural celebrado em 13 de abril de 2017 entre a Petrobrás e a Sociedade para atendimento à Usina Termelétrica Mario Covas ("UTE Cuiabá"), conforme nota explicativa 1.1.2 (d).

Em maio de 2020, foi proferida a sentença que condenou a empresa ao pagamento de multa contratual, decorrente da resolução antecipada do contrato e condenou a Petrobrás aos valores antecipados pela Âmbar.

Os valores antecipados em decorrência da Cláusula 16.3 do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural foram deduzidos do valor da multa contratual devido à Petrobrás. Diante da Sentença arbitral, a condenação da empresa foi provisionada no ano de 2020.

Subsidiária Flora Prod. Hig. e Limpeza:

A Flora vem sendo demandada administrativamente e judicialmente pela suposta existência de débitos fiscais, com origem na ausência de recolhimento ou no pagamento parcial de tributos e taxas. A Administração, com fundamento na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais já adotados nos procedimentos em cada situação, são suficientes para preservar o seu patrimônio, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação as contabilizadas. O valor aproximado destes supostos débitos somam R\$ 48.588.

(a) Efeitos de Colaboração Premiada:

A Flora recebeu em março de 2018 antes do encerramento e publicação dessas demonstrações contábeis um auto de infração referente ao ano base de 2013, substancialmente baseado em informações disponibilizadas nos anexos dos acordos de colaboração premiada, conforme descrito na nota explicativa 2.1. A partir da adesão ao Acordo de Leniência, a Flora procedeu a implementação do programa de integridade e investigações internas independentes, efetuando também análises internas e levantamentos sobre os fatos delatados e seus efeitos nas demonstrações contábeis, que incluem as matérias constantes no auto de infração de 2013 e seguindo a mesma lógica para os demais anos, que se trata principalmente de pagamentos sem beneficiários identificados, seus efeitos de IRRF incluindo juros e multa. Com base nessas análises internas, a Companhia identificou em 31 de dezembro de 2017 (referentes aos exercícios de 2012 a 2017) uma perda estimada de aproximadamente R\$ 25.604 (R\$ 24.778 em 31 de dezembro de 2016), registradas como contingências fiscais. O impacto no resultado do exercício foi de R\$ 826.

Processos Cíveis

A Flora é ré em ações civis de cobrança, excesso de carga, negativação indevida e outras. O valor aproximado destes supostos débitos somam R\$ 5.479.

Com fundamento na opinião de seus assessores legais e na legislação sobre a matéria, a Flora deixou de constituir provisão no que diz respeito a essas ações judiciais devido a classificação de risco ser possível.

Outros processos

Adicionalmente, a Flora e sua controlada são partes em outras ações de natureza trabalhistas no montante de R\$ 15.062 em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Subsidiária Eldorado:

Em 31 de dezembro de 2017, a Eldorado figurava no polo passivo com processos de natureza ambiental, cível, trabalhista e tributária, no montante de R\$ 532.757 (R\$ 436.697 em 31 de dezembro de 2016), dos quais provisionou R\$ 12.608 (R\$ 7.484 em 31 de dezembro de 2016), classificados por sua Administração e assessores legais com probabilidade de perda provável, acredita-se que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. A Administração espera que as negociações não ocorrerão durante pelo menos 12 meses. Em geral, as ações que deram origem aos processos tratam de pleitos de obrigação, indenização por danos morais e materiais, cobrança e interdito proibitório.

Para os processos classificados como perdas possíveis, no montante de R\$ 469.853 (R\$ 213.624 em 31 de dezembro de 2016) a Eldorado entende que nenhuma provisão para perdas é necessária.

Dentre os casos acima, é ré em uma disputa de propriedade intelectual com a Fibria Celulose S.A., a qual alega que a Eldorado violou certos direitos relacionados à utilização de clones de eucalipto usados em pequena parte das plantações da Eldorado. Em 19 de abril de 2013, a Fibria ingressou judicialmente com a Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas. Por tratar-se de mero expediente de produção de provas da Fibria, o laudo favorável às alegações da Fibria foi homologado e o processo extinto.

Em 01 de abril de 2016 a Companhia foi citada como ré em ação de obrigação de fazer pleiteando o valor de R\$ 100 milhões. Em 05 de maio de 2016, a Eldorado apresentou contestação com preliminar de incompetência e pedido reconvenicional com tutela de urgência, alegando em síntese que seguindo os critérios técnicos legais, o exame nas amostras demonstrou que as mudas não se tratavam dos clones da Fibria e que, mesmo se fossem, o uso pela Companhia estaria assegurado pelo que dispõe a Lei de Proteção de Cultivares, sem que houvesse qualquer dano à Fibria.

Em 26 de setembro de 2016 os autos foram conclusos e foi deferida a medida de urgência requerida pela Fibria, para cessação e abstenção imediata do plantio e propagação de eucalipto clones de VT02 pela Eldorado em todo o território nacional. Não foi constituída qualquer provisão para a referida ação, tendo em vista a probabilidade de perda ser possível.

Em 08 de dezembro de 2017 a CVM instaurou o Processo Administrativo Sancionador CVM nº 5388/2017 que tem por objeto apurar a compra de contratos derivativos de dólar em nome da Eldorado Brasil S.A. e de outras empresas integrantes de seu grupo econômico, entre os dias 05 e 17 de maio de 2017 com uso de práticas não equitativas, em suposta infração ao inciso II, alínea "d" da Instrução CVM nº 8/1979. Atualmente, o processo está aguardando a apresentação de defesa pelos acusados, cujo prazo encerra-se em maio de 2018. Na atual fase do processo não é possível classificar sua probabilidade de perda, bem como não foi constituída qualquer provisão para este processo.

Após verificação das circunstâncias de pagamentos realizados pela Eldorado no esquema operado por Lúcio Funaro para a liberação de recursos pelo FI-FGTS e Caixa Econômica Federal, a subsidiária Eldorado identificou em 31 de dezembro de 2017 (referentes aos exercícios de 2012 a 2014) uma perda estimada de aproximadamente R\$ 37.400, registradas como contingências fiscais.

Subsidiária JBS:

a. Processos fiscais e previdenciários

a1. ICMS: A Subsidiária JBS sofreu 259 autuações (231 autuações em 31 de dezembro de 2016) pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS que, segundo o Estado de São Paulo, deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R\$ 2.144.333 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.902.778 em 31 de dezembro de 2016). A JBS vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarcir-la, caso as autuações sejam mantidas. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando a perda como remota.

a2. INSS: Contribuições Sociais – Novo Funnrural. Em janeiro de 2001, a Subsidiária JBS impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funnrural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. Tal sentença foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A JBS interps Recurso Extraordinário, o qual foi sobrestado com fundamento no artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil, até decisão final do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funnrural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, cujo total dos 17 autos de infração (21 autos de infração em 31 de dezembro de 2016), ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R\$ 2.480.564 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.356.488 em 31 de dezembro de 2016). A JBS apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, tendo em vista que não há decisão final do Mandado de Segurança supra mencionado. Esta matéria foi objeto de decisões favoráveis aos contribuintes, proferidas pelo plenário do Supremo Tribunal Federal - STF para empresas cujas atividades são similares à atividade da JBS, nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nºs 363.852/MG e 596.177/RS. Em 30 de março de 2017, o Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade do Funnrural no julgamento do Recurso Extraordinário nº 718.874/RS, com repercussão geral reconhecida, por maioria de votos. O acórdão em questão ainda não foi publicado, mas por se tratar de ação proposta por produtor rural, a decisão não apreciou a validade ou não da sub-rogação da contribuição pelo adquirente, bem como ainda não é possível saber se haverá modulação dos efeitos da decisão. Baseada na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em casos semelhantes, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para essa contingência, considerando a probabilidade de perda como possível.

a3. Outros processos fiscais e previdenciários: Em 31 de dezembro de 2017, a Subsidiária JBS era parte em outros 952 processos fiscais e previdenciários (1.033 processos fiscais e previdenciários em 31 de dezembro de 2016), em que as contingências individualmente não apresentam relevância em seu contexto. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 157.076 (R\$ 119.977 em 31 de dezembro de 2016).

a4. Efeitos de Colaboração Premiada: A Subsidiária JBS recebeu em dezembro de 2017 um auto de infração referente ao ano base de 2012, substancialmente baseado em informações disponibilizadas nos anexos dos acordos de colaboração premiada, conforme descrito na nota explicativa 2.

A partir da adesão ao Acordo de Leniência, a JBS procedeu a implementação do programa de integridade e investigações internas independentes, efetuando também análises internas e levantamentos sobre os fatos delatados e seus efeitos nas demonstrações contábeis, que incluem as matérias constantes no auto de infração de 2012 e seguindo a mesma lógica para os demais anos, que se trata principalmente de pagamentos sem efetiva prestação de serviços e entrega de insumos e, seus efeitos de IRRF e dedutibilidade dessas despesas, incluindo juros e multa.

Com base nessas análises internas, a Subsidiária JBS identificou em 31 de dezembro de 2017 (referentes aos exercícios de 2012 a 2017) uma perda estimada de aproximadamente R\$ 1.496.960 (R\$ 1.462.407 em 31 de dezembro de 2016), registradas como contingências fiscais. O impacto no resultado do exercício foi de R\$ 34.553.

a5. Adesão ao PERT: Conforme divulgado ao Mercado, e detalhado na nota explicativa 19 - Obrigações fiscais, a Subsidiária JBS fez adesão ao PERT no montante de R\$ 4,1 bilhões, sendo que desse montante, R\$ 2,6 bilhões estavam incluídos na estimativa possível, e o restante com avaliação de risco entre provável e remoto. Importante ressaltar que

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

parte dos R\$ 2,6 bilhões de avaliação possível estava registrada na contabilidade como INSS a pagar no montante de R\$ 2,3 bilhões (que inclui multa e juros), que havia sido compensado contra PIS e COFINS homologado, e vinha sendo discutido junto às autoridades competentes.

No momento da adesão do PERT a compensação do INSS a pagar com o PIS e COFINS foi desfeita, não gerando efeito no resultado. Cabe enfatizar que não houve alteração na estimativa de risco de perda da JBS referente a esses processos, entretanto, ainda que tais débitos estivessem em discussão e com argumentos técnicos de êxito, a Subsidiária JBS decidiu por aderir ao PERT tendo em vista os benefícios do programa, como utilização de créditos fiscais, descontos e reduções, prazo estendido para pagamento e o custo da ação judicial (tanto financeiro, quanto o tempo de discussão processual).

b. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, a Subsidiária JBS era parte em 16.692 ações (16.345 ações em 31 de dezembro de 2016) de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 1,3 bilhões (R\$ 1 bilhão em 31 de dezembro de 2016). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a JBS registrou provisões no montante de R\$ 143.954 (R\$ 92.485 em 31 de dezembro de 2016), relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela JBS. As ações são, em sua maioria, movidas por ex-empregados das plantas da JBS e os principais pedidos dizem respeito a jornada de trabalho, adicional de insalubridade e suposta ocorrência de acidente de trabalho e doença ocupacional. Dentre as ações de natureza trabalhista, estão em curso processos movidos pelo Ministério Público do Trabalho com temas relacionados ao setor.

c. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Subsidiária JBS era parte em 1.004 ações (820 ações em 31 de dezembro de 2016) de natureza cível. Na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda é de R\$ 22.017 (R\$ 9.945 em 31 de dezembro de 2016) sendo que o montante está provisionado.

d. Outros processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Subsidiária JBS possuía ações, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, são possíveis de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, para as quais não há provisão constituída no montante de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhões em 31 de dezembro de 2016) que correspondem principalmente ao Funrural e ações trabalhistas, e no Consolidado, no montante de R\$ 8,6 bilhões (R\$ 2,9 bilhões em 31 de dezembro de 2016). A Administração da JBS entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

e. Procedimentos Investigatórios e Judiciais Relevantes

A Companhia, a Subsidiária JBS, e/ou demais subsidiárias, figuram na condição de investigados em diversos procedimentos investigatórios iniciados ou com desdobramentos relevantes em virtude dos fatos descritos na nota 2 - Acordo de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e seus impactos nas demonstrações contábeis, conforme apresentado a seguir:

e1. Procedimentos Criminais

Nos procedimentos de investigação criminal e ações penais, as pessoas jurídicas não sofrem sanções penais decorrentes dos fatos, em tese, praticados pelos seus executivos e/ou representantes, sendo que estes sim estão sujeitos às penas da Lei (inclusive privação de liberdade), em caso de comprovação de participação efetiva em fatos ilícitos envolvendo a Subsidiária JBS e/ou suas respectivas subsidiárias.

- **Operação Bullish (inquérito policial) e PIC MPF/RJ:** Investigação para apurar supostas irregularidades nos investimentos feitos na Subsidiária JBS pelo BNDESPar, em razão dos "achados" mencionados em acórdão proferido no TCU no ano de 2015; dessa operação originaram-se uma série de ações cautelares que, entre outras, tiveram como objeto a busca e apreensão de documentos da Companhia ou que pudessem ter informações sensíveis à Companhia, assim como o bloqueio de bens dos controladores e seus familiares, sobrevivendo decisão judicial posterior de desbloqueio de todos os bens.

- **Operação Carne Fraca (inquérito policial):** Investigação para apurar suspeitas de pagamentos indevidos aos servidores públicos federais do Serviço de Inspeção Federal - SIF; os inquéritos e ações penais apuram a prática de corrupção de diversas empresas que atuam no setor de agropecuária (frigorífico). Especificamente em relação à JBS estão sendo investigadas as condutas de funcionários e de ex-funcionários ligados a 1 unidade no estado do Paraná.

- **Operação Lama Asfáltica (inquérito policial):** Investigação para apurar suspeitas de pagamentos indevidos para obter incentivos fiscais do governo do estado do Mato Grosso do Sul; o inquérito investiga suposta cartelização de empresas que atuam no setor de construção civil, fraudes em procedimentos licitatórios e corrupção de servidores públicos. Em relação especificamente à JBS, a Polícia Federal declara ter encontrado indícios de pagamentos indevidos a funcionários públicos do Estado do Mato Grosso do Sul em troca de benefícios fiscais concedidos à JBS naquela localidade.

- **Operação Tendão de Aquiles (Ação Penal) na 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo:** Suspeitas do cometimento dos delitos de insider trading e manipulação de mercado por parte dos ex-executivos à época dos fatos (que se encontram na condição de réus no processo), em razão de operações realizadas de compra de dólares e com ações, tendo em vista informação, em tese, privilegiada (colaborações premiadas e vazamento).

e2. CPI's

- **CPI Senado - Previdência:** Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos;

- **CPI Assembleia Legislativa do MS - Irregularidades fiscais e tributárias do estado de MS:** CPI foi constituída para investigar a denúncia realizada pelos executivos da Subsidiária JBS para apuração de irregularidades envolvendo suposta concessão indevida de benefícios fiscais pelo Estado de Mato Grosso do Sul;

- **CPMI (mista) do Senado e da Câmara:** CPI destinada a investigar os aportes do BNDES na JBS S/A.

e3. Ações Populares

- **Ação Popular - 5007526-48.2017.4.03.6100:** Suposta irregularidade na realização de operações de câmbio e recompra de ações com uso de informação privilegiada e operações financeiras com o BNDES.

5ª Vara Cível Federal de São Paulo

Autores: Hugo Fizler Chaves Neto e Cristiane Sousa da Silva

Em 18 de julho de 2017, foi proferida sentença de extinção do processo sem resolução de mérito, contra a qual foi apresentado recurso de apelação pelos autores.

- **Ação Popular - 1001502-51.2017.4.01.3700:** Supostas irregularidades no financiamento por meio de empréstimos contratados junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

3ª Vara Cível Federal de São Luis do Maranhão

Autor: Aristoteles Duarte Ribeiro

Em 15 de dezembro de 2017, foi proferida decisão reconhecendo a prevenção do Juízo da 09ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo, determinando-se a redistribuição do feito.

- **Ação Popular - 5007521-26.2017.4.03.6100:** Supostas irregularidades na concessão de apoio financeiro (financiamentos) e favorecimentos indevidos proporcionados pelo BNDESPar ao grupo econômico.

9ª Vara Cível Federal de São Paulo

Autor: Walter do Amaral, Paulo Roberto do Amaral e Marcos Rodrigues da Cunha

Em 14 de dezembro de 2017, foi proferida sentença de extinção de processo sem resolução de mérito, já transitada em julgado.

- **Ação Popular - 5203744-56.2017.8.09.0051:** Questionar Lei Estadual nº 18.459/14, alterada pela Lei Estadual nº 18.709/14, que instituiu o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal de Empresas no Estado de Goiás (REGULARIZA)

3ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia/GO

Autor: Ronaldo Ramos Caiado

Foi apresentada contestação pelas partes demandadas aguarda-se parecer do Ministério Público.

- **Ação Popular - 1019930-11.2017.4.01.3400:** Suposta irregularidade na realização de operações de câmbio e recompra de ações com uso de informação privilegiada e operações financeiras com o BNDES.

14ª Vara Cível Federal do Distrito Federal

Autor: Roberto Casali Júnior

- **Ação Popular - 820215-58.2017.8.12.0001:** Objetiva a declaração de nulidade dos Termos de Acordo de Regime Especial (TARES) n. 1028/2014 e 1103/2016, bem assim a indisponibilidade de bens dos requeridos até o valor equivalente aos prejuízos sofridos pelo Estado.

1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais da Comarca de Campo Grande

Autor: Danny Fabricio Cabral Gomes e Soraya Thronicke

Em 17 de novembro de 2017, foi atribuído efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento para determinar a suspensão dos bloqueios realizados. Aguarda julgamento definitivo do referido agravo.

- **Ação Popular - 5002581-03.2017.4.03.6105:** Nulidade e apreensão de todos os contratos firmados com o BNDES e BNDESPAR

4ª Vara Cível Federal de Campinas/SP

Autor: Fernando Jorge Damha Filho

Em 11 de junho de 2018, foi proferida sentença homologando a desistência requerida pelo autor e extinguindo a ação popular.

- **Ação Popular - 1012937-49.2017.4.01.3400:** Suspensão dos efeitos do acordo de leniência celebrado pela J&F

7ª Vara Cível Federal de Brasília/DF

Autor: Carlos Alexandre Klomfahs

Em 06 de junho de 2018, os embargos de declaração opostos pelo autor foram rejeitados, sendo mantida a decisão que indeferiu a petição inicial e extinguiu a ação.

- **Ação Popular - 1001614-13.2018.4.01.3400:** Ressarcimento dos prejuízos que causaram ao patrimônio público da Petrobras e ao erário da UNIÃO FEDERAL, relativos à ELETROBRÁS, BNDES e à CEF.

14ª Vara Cível Federal de Brasília/DF

Autor: Roberto Casali Junior

Em 22 de maio de 2018, o processo foi arquivado definitivamente - reconhecida a litispendência

e4. Ações societárias

- **Tutela cautelar antecedente - 5013681-67.2017.4.03.6100:** Impedimento de Voto do Acionista Controlador (FB Participações), do Banco Original e do Banco Original Agronegócio

na Assembleia do dia 01/09/2017, sobre as medidas a serem tomadas pela Companhia em decorrência dos ilícitos confessados em Acordo de Colaboração Premiada e Acordo de Leniência, em especial sobre a adoção das medidas insertas nos artigos 159 e 246 da LSA, bem como, em relação ao contrato de indenidade, itens "ii" e "v" do Edital de Convocação, em razão de suposto conflito de interesses;

8ª Vara Cível Federal de São Paulo

Autores: BNDES Participações S.A BNDESPAR, Caixa Econômica Federal

Réus: JBS S.A., FB Participações S.A., Banco Original S.A. e Banco Original Agronegócio S.A.

- **Pedido de Tutela de Urgência - 085443-97.2017.8.26.0100:** Determinar aos réus ou a quaisquer das pessoas que sejam por eles indicadas para ocupar os assentos na mesa da assembleia geral que se abstenham de impedir, retardar ou de qualquer modo turbar a possibilidade de os acionistas discutirem e deliberarem a medida prevista no art. 120 da Lei das S.A., caso ela seja suscitada na assembleia geral da Subsidiária JBS, viabilizando-se a votação imediatamente após a matéria ser suscitada; e/ou para determinar que, no âmbito das votações do art. 120 da Lei das S/A e das demais medidas a serem discutidas no contexto do item "ii" da ordem do dia, os Controladores estão terminantemente proibidos de participar das deliberações, nos termos do art. 115, §1º, da Lei das S.A.

2ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital do Estado de São Paulo

Autor: José Aurélio Val Porto de Sá Júnior.

Réus: JBS S.A.; Tarek Mohamed Noshay Nasr Mohamed Farah; José Batista Sobrinho; FB Participações S.A.; Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A.

Em 31 de agosto de 2017, foi proferida sentença de extinção do processo sem resolução de mérito, contra a qual foi apresentado recurso de apelação pelo autor.

- **Ação de exibição de documentos com pedido de tutela de urgência e de evidência- 1086689-31.2017.8.26.0100:** Acesso à certidão de assentamento do livro de Registro de Ações Nominativas com os nomes de todos os acionistas e o número de suas ações

2ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Autores: José Aurélio Val Porto de Sá Júnior e Associação dos Investidores Minoritários ADMIN

Ré: JBS S.A.

Em 13 de setembro de 2017, foi proferida sentença de extinção do processo sem resolução de mérito, contra a qual foi apresentado recurso de apelação pelos autores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

- Procedimento arbitral: 93/17: Ação de responsabilização por perdas e danos sofridos pela Cia. Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM BM&F BOVESPA

Requerentes: José Aurélio Val Porto de Sá Júnior e Associação dos Investidores Minoritários ADMIN

Requeridos: FB Participações S.A.; Banco Original S.A.; Banco Original do Agronegócio S.A.; J&F Investimentos S.A.; ZMF Participações Ltda.; WWMB Participações Ltda.; JJMB Participações Ltda.; J&F Participações Ltda.; Pinheiros Fundo de Investimentos em Participações; Wesley Mendonça Batista; Joesley Mendonça Batista; JBS S.A.

- Procedimento arbitral: 94/17: Direito de voto dos Requerentes no âmbito de duas deliberações da assembleia geral extraordinária da JBS S.A. convocada para o dia 1.9.2017, cuja realização está atualmente suspensa por ordem judicial;

Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM BM&F BOVESPA

Requerentes: FB Participações S.A., Banco Original S.A. e Banco Original Agronegócio S.A.

Requeridos: BNDES Participações S.A. - BNDESPar, Caixa Econômica Federal e JBS S.A.

Adicionalmente, há dois Processos Administrativos Sancionadores em curso na CVM, no qual membros e ex-membros da Administração da JBS são acusados por suposta infrações à regulação de mercado de capitais quanto à divulgação de informações.

A Subsidiária JBS informa ainda haver processos administrativos não sancionadores em trâmite na CVM, nos quais são analisadas questões relacionadas à JBS.

Em 8 de dezembro de 2017, foi instaurado Processo Administrativo Sancionador 5388/2017, para apurar eventual responsabilidade da i) Companhia, por supostamente ter sido beneficiária de compras de contratos derivativos de dólar com uso de práticas não equitativas, em infração à Instrução CVM nº 8/1979, II, d, entre os dias 5 e 17 de maio de 2017; e, ii) da subsidiária Seara Alimentos Ltda., por supostamente ter sido beneficiária de compras de contratos derivativos de dólar com uso de práticas não equitativas, em infração à Instrução CVM nº 8/1979, II, d, em 10 de maio de 2017. Ainda, outras partes relacionadas da JBS fazem parte do referido Processo Administrativo.

Na subsidiária indireta Seara Alimentos:

a. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, a Subsidiária indireta Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 19.710 ações (17.755 ações em 31 de dezembro de 2016) de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 1.907.986 (R\$ 1.595.009 em 31 de dezembro de 2016). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Seara Alimentos e suas controladas registraram provisões no montante de R\$ 262.252 (R\$ 247.950 em 31 de dezembro de 2016) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Seara Alimentos. As ações, em sua maioria, foram movidas por ex empregados das plantas da Seara Alimentos e os principais pedidos dizem respeito a jornada de trabalho, adicional de insalubridade e suposta ocorrência de acidente de trabalho e doença ocupacional. Dentre as ações de natureza trabalhista, estão em curso processos movidos pelo Ministério do Trabalho com temas relacionados ao setor.

b. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Subsidiária indireta Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 2.490 ações (2.529 ações em 31 de dezembro de 2016) de natureza cíveis e administrativas, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 1.380.836 (R\$ 623.212 em 31 de dezembro de 2016). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, registraram-se provisões no montante de R\$ 340.886 (R\$ 265.664 em 31 de dezembro de 2016) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de indenização por dano moral coletivo, danos morais por protesto indevido, reparação de danos por rescisão de contratos de parceria avícola ou integração de suínos, anulação de marca de indústria ou comércio e reclamação de consumidor - qualidade de produto.

c. Processos fiscais e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2017, a Subsidiária indireta Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 632 (525 em 31 de dezembro de 2016) processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância em seu contexto. Destacamos que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 458.963 (R\$ 497.098 em 31 de dezembro de 2016).

d. Efeitos de Colaboração Premiada:

Após os trabalhos de análises internas seguindo a mesma metodologia da Subsidiária JBS, não foram identificados impactos na subsidiária indireta Seara Alimentos.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 29 de dezembro de 2016 o acionista ZMF Participações Ltda aumentou o capital da Companhia através da assunção de dívida no valor de R\$ 1.474.016 o qual correspondia ao saldo da dívida que a Companhia tinha com a J&F Áustria. No referido aumento de capital foram emitidas 12.898.825 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.499.412 ações ordinárias e 6.449.413 ações preferenciais, após o referido aumento, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é representado por 112.785.411 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 56.411.683 ações ordinárias e 56.373.728 ações preferenciais, totalizando R\$ 8.207.760 (R\$ 6.733.744 em dezembro de 2015).

b. Reservas de Capital

b1. Transações de capital

De acordo com o IFRS 10/CPC 36 R3- Demonstrações Consolidadas as mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários). Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não-controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

Portanto, se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deve considerar os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do seu patrimônio líquido (individual e consolidado).

b2. Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

c. Reservas de lucro

c1. Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

c2. Reserva Estatutária para Investimento

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c3. Dividendos

Serão distribuídos dividendos obrigatórios não inferiores, em cada exercício, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

Em dezembro de 2017 a Companhia aprovou a distribuição do saldo de reservas estatutárias existentes em 31 de dezembro de 2015 para os acionistas no montante de R\$ 1.916.196; dividendos os quais já haviam sido adiantados anteriormente aos acionistas.

c4. Outros resultados abrangentes

Composto por ajustes de avaliação patrimonial reflexa de controladas e ajustes acumulados de conversão referente a variação cambial resultante na conversão das demonstrações contábeis das controladas.

26 Receita líquida

A receita de vendas é reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes bem como na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação

recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas de devolução em seus resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, tipo de transação e características de cada contrato.

A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios do produto são transferidos para o cliente, no local de expedição ou na entrega dos produtos. Essas condições podem variar a cada cliente, de acordo com os termos de venda. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	Reapresentado		Reapresentado	
RECEITA BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	3.700	-	124.869.706	129.358.412
Mercado externo	2.492	15.793	45.319.392	48.662.586
Prestação de serviço	-	-	136.032	516.521
	6.192	15.793	170.325.130	178.537.519
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	-	-	(3.811.388)	(3.915.926)
Impostos sobre as vendas	(536)	-	(2.084.260)	(3.001.948)
	(536)	-	(5.895.648)	(6.917.874)
RECEITA LÍQUIDA	5.657	15.793	164.429.482	171.619.645

27 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido inclui (i) juros sobre empréstimos e custos de captação; (ii) resultado das liquidações diárias dos contratos futuros usados para proteger os ativos e passivos, bem como o valor justo dos instrumentos derivativos demonstrados na nota 33; (iii) juros de aplicações financeiras, registrados no resultado do exercício e provisionados

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

de acordo com o método de juros efetivos; e (iv) ganhos e perdas associadas a operações denominadas em moeda estrangeira. Nos exercícios findos em 31 dezembro 2017 e 2016, o resultado financeiro líquido consistia em:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	535	180.015	(963.335)	4.111.388
Ajuste a valor justo de derivativos	-	(209.210)	28.585	(6.859.874)
Juros Passivos	(555.438)	(771.761)	(5.423.198)	(4.615.757)
Juros Ativos	89.328	107.633	362.273	554.133
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(269.684)	(62.420)	(439.733)	(366.483)
	(735.259)	(755.743)	(6.435.408)	(7.176.593)
Receita financeira	89.328	302.868	2.042.729	5.020.977
Despesa financeira	(824.587)	(1.058.611)	(8.478.137)	(12.197.570)
	(735.259)	(755.743)	(6.435.408)	(7.176.593)

28 Resultado por ação

Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações do período.

	2017	2016
Resultado atribuível aos acionistas	(6.320.111)	560.421
Média ponderada de ações do período - milhares	112.785	99.957
Lucro por ações - básico - (R\$)	(56,04)	5,61

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias

A Companhia não apresentou o cálculo do resultado por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras, sendo assim os valores do resultado da ação são iguais no básico e diluído.

29 Segmentos operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob a ótica do ramo de atuação da Companhia e suas subsidiárias. Os segmentos predominantes são: Alimentos, Higiene e Limpeza, Energia e Outros.

Geograficamente a Companhia é segregada por Estados Unidos da América (inclui a América do Norte e Austrália), América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e outros (principalmente Europa e Ásia).

O segmento de alimentos inclui os segmentos apresentados pela subsidiária JBS e suas subsidiárias, que compreendem substancialmente em: Bovinos (abate de bovinos, frigorificação e industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados de origem bovina, tais como: couros, colágeno e demais subprodutos), Suínos (abate, frigorificação, industrialização e comercialização de produtos alimentícios) e Frango (processamento de aves, industrialização e comercialização de produtos alimentícios).

O segmento de higiene e limpeza é representado pela subsidiária Flora, que compreende a industrialização e comercialização de sabão em barra, sabonete, detergente, desinfetante, amaciante, glicerina farmacêutica, sabão de coco, multiuso, desengordurante, shampoos, condicionadores, desodorantes, sabonetes líquidos e inseticidas.

O segmento de energia está relacionado à Subsidiária Âmbor, que consiste na prestação de serviço de operação e manutenção de usinas termelétricas e a geração, transmissão e comercialização de energia, bem como a compra, importação, comercialização e distribuição de gás natural, óleo diesel e outros combustíveis.

No segmento "outros" foram relacionados as demais ramos de atuação que não apresentam valores relevantes em relação ao montante da Companhia e suas subsidiárias.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas nas demonstrações contábeis. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, que de acordo com suas políticas contábeis, inclui a receita líquida, lucro operacional e depreciação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A rentabilidade do segmento revisada pela Diretoria Executiva é o lucro operacional, que não inclui a receita (despesa) financeira, a participação nos lucros ou prejuízos de investidas no patrimônio líquido ou o imposto de renda.

A informação por segmento operacional consolidado, são as seguintes:

Segmentos apresentados por modalidade de produto:

Segmentos	Receitas líquidas		Lucro / (Prejuízo) operacional		Depreciação	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Alimentos	153.242.467	159.746.015	6.504.125	6.155.367	3.976.638	4.005.809
Higiene e Limpeza	838.686	1.130.261	(9.362)	(9.362)	31.870	33.336
Energia	508.553	51.679	201.739	(109.063)	29.017	52.884
Outros	9.839.776	10.691.690	(6.786.698)	2.111.858	495.215	475.905
Total	164.429.482	171.619.645	(90.196)	8.148.800	4.532.740	4.567.934

Total de ativos por modalidade de produto:

	31.12.17	31.12.16 (Reapresentado)
Total de ativos		
Alimentos	76.415.783	88.120.350
Higiene e Limpeza	230.988	992.598
Energia	733.020	1.060.856
Outros	38.671.675	38.425.065
Operações Descontinuadas	9.526.954	-
Total	125.578.420	128.598.869

Segmentos apresentados por área geográfica:

Segmentos	Receitas líquidas		Lucro operacional		Depreciação	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Estados Unidos da América	117.437.396	115.072.788	9.080.417	4.956.866	2.511.335	2.456.300
América do Sul	42.171.255	47.598.024	(9.191.937)	2.953.375	1.872.432	1.770.854
Outros	4.820.831	8.948.833	21.324	238.559	148.973	340.780
Total	164.429.482	171.619.645	(90.196)	8.148.800	4.532.740	4.567.934

Total de ativos por área geográfica:

	31.12.17	31.12.16 (Reapresentado)
Total de ativos		
Estados Unidos da América	55.179.005	38.639.238
América do Sul	69.078.137	83.670.624
Outros	1.321.278	6.289.007
Total	125.578.420	128.598.869

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

30 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Depreciação e amortização	(159)	(3.822)	(4.532.740)	(4.567.934)
Despesas com pessoal	(28.512)	(12.874)	(19.613.740)	(19.651.556)
Matéria prima e materiais de uso, consumo e outros	(400.491)	(68.596)	(129.932.838)	(139.581.499)
Outras receitas e despesas	(10.763.625)	(969.324)	(24.337.201)	(15.704.809)
	(11.192.787)	(1.054.616)	(178.416.519)	(179.505.798)

31 Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado
Ganho (perda) na alienação de investimentos em controladas	3.194.513	1.142.546	4.230.479	1.142.546
Ganho (perda) na alienação de outros investimentos	5.459	553.774	5.459	553.774
Crédito de ICMS, PIS e COFINS	-	-	-	62.322
Acordo de leniência ¹	(10.300.000)	-	(10.300.000)	-
Outros	(564.616)	(16.455)	(557.589)	46.089
	(7.664.644)	1.679.865	(6.621.651)	1.804.731

Ganho (perda) na alienação de investimentos em controladas	Data da venda / Baixa por dissolução	Valor Contábil do Investimento	Outros Resultados Abrangentes / Transação de Capital	Valor de Venda	Efeito no resultado
Alpargatas	19.09.17	3.056.238	182.499	3.479.907	241.170
Eldorado Celulose	25.09.17	159.742	(31.351)	1.006.000	877.609
Vigor Alimentos S.A	26.10.17	1.141.035	(115.516)	3.192.253	2.166.734
Provisão ajuste preço venda Eldorado e Vigor	29.12.17	91.000	-	-	(91.000)
		4.448.015	35.632	7.678.160	3.194.513

¹ Em 2017 a Companhia registrou em suas demonstrações contábeis o valor de R\$ 10,3 bilhões a título de Acordo de Leniência firmado com o Ministério Público Federal em junho de 2017, conforme descrito na nota explicativa 2.

32 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017 o limite máximo individual de cobertura de seguros para as controladas incluídas na consolidação era o seguinte:

Para a Subsidiária JBS S.A. e a sua subsidiária Seara Alimentos, o Limite Máximo Individual - LMI de cobertura era R\$ 150.000 (R\$ 150.000 em 31 de dezembro de 2016). Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros. Para a controlada da JBS, JBS USA, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para de R\$ 1,6 bilhões (US\$ 500.000) em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1,6 bilhões em 31 de dezembro de 2016).

Para a Eldorado a cobertura de seguros contra riscos operacionais e responsabilidade civil totalizam R\$ 7.686.294 em 31 de dezembro de 2017.

Para a Âmbor Energia a cobertura de seguros de riscos operacionais é R\$ 1.838.320, para Flora Produtos de Hig. e Limpeza a cobertura referente as Fábricas e aos centros de distribuições, englobando todos os tipos de riscos é de R\$ 68 milhões.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

33 Instrumentos financeiros e gestão de riscos:

A Companhia utiliza a mensuração apresentada na nota 3 a cada data de balanço em conformidade com as regras estabelecidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros:

Instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
CDB e títulos públicos	5	862.610	45.933	7.211.031	5.395.543
Derivativos a receber - (net)		-	-	30.760	52.208
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e Bancos	5	141	179	5.928.955	6.266.774
Contas a receber de clientes	6	327	8.015	9.436.827	11.408.757
Dividendos a receber	21	51.666	34.081	-	-
Títulos a receber	11	554.620	87.200	554.620	87.200
Créditos com empresas ligadas	12	39.843	40.705	873.900	1.340.026
Ativos de operações descontinuadas ¹	10	-	-	-	65.453
Total		1.509.207	216.113	24.036.093	24.615.961
Passivos					
Passivos pelo custo amortizado					
Fornecedores	17	(8.739)	(2.930)	(10.147.975)	(11.888.086)
Empréstimos e financiamentos	18	(129.423)	(3.597.972)	(57.478.135)	(71.979.190)
Débitos com terceiros	22	-	(7.805)	(113.024)	(271.064)
Débitos com empresas ligadas	12	423.333	(1.041.603)	(244.663)	(437.339)
Derivativos a pagar		-	-	(118.684)	(149.675)
Passivos de operações descontinuadas ¹	10	-	-	-	(12.528)
Total		285.171	(4.650.310)	(68.102.481)	(84.737.880)

¹ Refere-se ao saldo da subsidiária da Alpargatas denominada Timberland em 31/12/2016.**a. Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos avaliados por meio de resultado:**

A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Controladora e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Controladora

	Ativos circulantes						Passivos circulantes	
	Outras aplicações		CDB		Derivativos a receber (net)		Derivativos a pagar (net)	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Nível 1	141	179	-	-	-	-	-	-
Nível 2	-	-	862.610	45.933	-	-	-	-

Consolidado

	Ativos circulantes						Passivos circulantes	
	Outras aplicações		CDB		Derivativos a receber (net)		Derivativos a pagar (net)	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Nível 1	5.928.955	6.266.774	-	-	-	-	-	-
Nível 2	-	-	7.211.031	5.395.543	30.760	52.208	118.684	149.675

b. Valor justo dos empréstimos e financiamentos:

O cálculo do valor justo é feito para os empréstimos relacionados às Notas emitidas sob as Regras 144 A e Reg S., considerando que há um mercado ativo para esses instrumentos financeiros. Para este cálculo, a Companhia utilizou o preço de fechamento destes títulos divulgado oficialmente por agências de notícias financeiras em 31 de dezembro de 2017. O valor contábil dos empréstimos restantes de taxa fixa se aproxima do valor justo, considerando que as taxas de juros de mercado, a qualidade do crédito da Companhia e outros fatores de mercado não mudaram significativamente desde a captação. O valor contábil dos empréstimos com taxa variável se aproxima do valor justo, pois as taxas se ajustam as variações de mercado e a qualidade do crédito da Companhia não alterou substancialmente. Para todos os outros ativos e passivos financeiros, o valor contábil se aproxima do valor justo devido à curta duração dos instrumentos financeiros. A seguir, apresentamos os detalhes dos valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	Consolidado					
	31.12.17			31.12.16		
	Principal	Preço (% do Principal)	Valor de Mercado do Principal	Principal	Preço (% do Principal)	Valor de Mercado do Principal
JBS S.A Notas 2020	3.308.000	102,37	3.386.400	3.259.100	106,51	3.471.267
JBS S.A Notas 2023	2.563.700	95,43	2.446.539	2.525.803	100,97	2.550.303
JBS S.A. Notas 2024	2.481.000	99,02	2.456.686	2.444.325	105,40	2.576.319
JBS USA Notas 2020	2.315.600	102,30	2.368.859	2.281.370	106,38	2.426.921
JBS USA Notas 2021	3.804.200	102,50	3.899.305	3.747.965	104,25	3.907.254
JBS USA Notas 2024	2.481.000	99,75	2.474.798	2.444.325	102,25	2.499.322
JBS USA Notas 2025	2.977.200	97,00	2.887.884	2.933.190	101,89	2.988.627
PPC Notas 2025	2.481.000	103,25	2.561.633	1.629.550	100,68	1.640.631
PPC Notas 2027	1.984.800	103,18	2.047.917	-	-	-
Moy Park (GBP mil)	1.334.593	103,04	1.375.165	1.210.920	105,40	1.276.310
	25.731.093		25.905.186	22.476.548		23.336.954

Resultado financeiro por categoria de instrumento financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Valor justo por meio do resultado	(162.121)	(207.582)	(156.840)	(7.629.454)
Empréstimos e recebíveis	64.629	(3.513)	(506.990)	(1.589.134)
Passivos pelo custo amortizado	(614.961)	(510.389)	(5.745.496)	1.505.228
Outros	(22.806)	(34.259)	(26.082)	536.767
Total	(735.259)	(755.743)	(6.435.408)	(7.176.593)

Gestão de riscos:

Em sua rotina operacional, a Companhia e suas controladas geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas de maneira integrada pela Diretoria de Controle de Riscos (Risk Management), seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities definida pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação da Comissão de Gestão de Riscos para posterior envio ao Conselho de Administração, que supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

A seguir são apresentados os riscos e operações em que a Companhia está exposta no corrente período. Adicionalmente, também é apresentada a análise de sensibilidade para cada tipo de risco, que consiste na apresentação dos efeitos no Resultado Financeiro quando de possíveis alterações, de 25% a 50%, nas variáveis relevantes de cada risco. Para o cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da Metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 99% e horizonte de um dia.

a. Risco de mercado:

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Conselho de Administração.

É função da Estrutura de Controle de Riscos garantir que as demais áreas operacionais da Companhia estejam dentro dos limites de exposição definidos pela Administração da Companhia, financeiramente protegidas contra oscilações de preços, centralizando as exposições e verificando o cumprimento da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

A Diretoria de Controle de Riscos utiliza sistemas de informação proprietários e de terceiros, específicos para o gerenciamento de posições e riscos de mercado, efetuando análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a BM&FBovespa e Bolsa de Chicago (Chicago Mercantile Exchange).

a.1 Risco da taxa de juros:

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate) e EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

A Diretoria entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a taxas de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016, demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.



	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:		
NCE / Compropr / Outros	(2.246.775)	(3.137.826)
Partes relacionadas	(244.156)	(411.520)
Empréstimos e Financiamentos	(2.456.380)	(7.632.310)
CDB-DI	7.211.031	5.395.543
Total	2.263.720	(5.786.113)
Exposição de passivos à taxa EURIBOR:		
Capital de giro - Euros	(189.954)	(270.507)
Finimp	(20.340)	(29.715)
Nota de crédito - importação	(187.462)	(315.495)
Outros	(6.004)	-
Total	(403.760)	(300.222)
Exposição de passivos à taxa LIBOR:		
Capital de giro - Euro/Dólares Americanos	(201.072)	4.010.018
Pré-pagamento	(8.133.841)	(11.181.990)
Nota de crédito - importação	(286.103)	(413.809)
FINIMP	(20.340)	(29.715)
ACC - Adto. de contrato de câmbio	(198)	-
Outros	(31.724)	(62.170)
Total	(8.673.278)	(7.677.666)
Exposição de passivos à taxa TJLP:		
FINAME	(151.869)	(358.640)
Capital de giro - Reais	(302.339)	(1.484.862)
Total	(454.208)	(1.843.502)
Exposição de passivos à taxa IPCA:		
Acordo de Leniência	(10.390.432)	-
Total	(10.390.432)	-
Exposição de passivos à taxa SELIC:		
FINAME	(719)	(1.295)
EXIM	-	187.289
FINEM	-	231.701
Total	(719)	(1.295)
Exposição de passivos à UMBNDES:		
CCB - BNDES	(22.003)	(33.828)
Total	(22.003)	(33.828)

A Administração considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar este tipo de risco, exceto em função de situações específicas que possam se apresentar.

Análise de sensibilidade

Exposição	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
CDI	Aumento	6,89 %	6,96 %	1.560	8,61 %	38.993	10,34 %	77.985
TJLP	Aumento	7,00 %	7,07 %	(318)	8,75 %	(7.949)	10,50 %	(15.897)
SELIC	Aumento	7,40 %	7,47 %	(1)	9,25 %	(13)	11,10 %	(27)
Euribor	Aumento	(0,19)%	(0,19)%	8	(0,14)%	(188)	(0,09)%	(375)
Libor	Aumento	2,11	2,13 %	(1.827)	2,63 %	(45.682)	3,16 %	(91.373)
IPCA	Aumento	2,95	2,98 %	(3.065)	3,69 %	(76.629)	4,43 %	(153.259)
UMBNDES	Aumento	6,46	6,52 %	(14)	8,08 %	(355)	9,69 %	(711)
				(3.657)		(91.823)		(183.657)

a.2 Risco de variação cambial

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos as estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Diretoria de Controle de Riscos emprega instrumentos de proteção aprovados pelo Conselho de Administração, como contratos futuros, NDFs (Non-Deliverable Forwards), DFs (Deliverable Forwards), contratos de opicionalidade e contratos de troca de indexador (Swaps), visando a proteção de empréstimos,

investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Controladora. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), Dólar Canadense (C\$), Euro (€), Libra Esterlina (£) e Dólar Australiano (AUD). No Consolidado, a Companhia divulga de forma combinada a sua exposição em relação a cada indexador com base na moeda funcional de cada país, ressaltando as operações das controladas da JBS USA indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), na Austrália, cuja moeda funcional é o Dólar Australiano (AUD).

O valor contábil dos ativos e passivos e outras posições expostas ao risco de moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentados abaixo em conjunto com o notional dos contratos de derivativos destinados a reduzir a exposição de acordo com a Política de Gestão de Riscos e de Commodities. A exposição é em relação ao Real. Durante o período entre as datas de divulgação (31 de dezembro de 2017 e 2016), houve mudanças consideráveis no uso de derivativos em moeda estrangeira anteriormente utilizados como hedge de operações financeiras e comerciais.

a.2.1 EXPOSIÇÃO ao US\$ (Dólar americano)

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
A) EXPOSIÇÃO em US\$ (Dólar americano)		
OPERACIONAL		
Caixa e equivalentes	1.614.777	1.808.879
Contas a receber	3.076.943	3.767.808
Pedidos de venda	2.867.967	2.021.345
Fornecedores	(88.315)	(214.114)
Pedidos de compra	(67.668)	(32.733)
Subtotal	7.403.704	7.351.185
FINANCEIRO		
Partes relacionadas (net)	(4.820.339)	(2.085.433)
Dívida líquida em controladas	(24.170.798)	(20.493.716)
Empréstimos e financiamentos	(50.279.331)	(56.044.365)
Subtotal	(79.270.468)	(78.623.514)
Total da exposição	(71.866.764)	(71.272.329)
DERIVATIVOS		
Non Deliverable Forwards (NDF's)	2.577	-
Deliverable Forwards (DF's)	(18.237)	162.248
Total dos derivativos	(15.660)	162.248
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(71.882.424)	(71.110.081)

Análise de sensibilidade



Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do câmbio em 25%		Cenário (III) Variação do câmbio em 50%				
			Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado	
				Consolidado			Consolidado			Consolidado	
Financeira	Depreciação	3.308	3.3682	(795.918)	4.135	(10.933.957)	4.962	(21.867.914)			
Operacional	Apreciação	3.308	3.3682	134.714	4.135	1.850.636	4.962	3.701.273			
Derivativos de proteção cambial	Depreciação	3.308	3.3682	(285)	4.135	(3.911)	4.962	(7.822)			
				<u>(661.489)</u>		<u>(9.087.232)</u>		<u>(18.174.463)</u>			

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do câmbio em 25%		Cenário (III) Variação do câmbio em 50%				
			Câmbio	Efeito no patrimônio líquido		Câmbio	Efeito no patrimônio líquido		Câmbio	Efeito no patrimônio líquido	
				Consolidado			Consolidado			Consolidado	
Dívida líquida em controladas no exterior	Depreciação	3.308	3.3682	(439.435)	4,135	(6.036.753)	4.962	(12.073.507)			
				<u>(439.435)</u>		<u>(6.036.753)</u>		<u>(12.073.507)</u>			

Para fins de proteção cambial a Companhia inclui em sua exposição a dívida líquida de controladas no exterior. Embora essas dívidas não gerem exposição cambial no resultado da Companhia (por estarem no exterior, e na moeda funcional de cada país), essas dívidas na consolidação sofrem efeito do câmbio, impactando o patrimônio líquido como variação cambial de investimento, influenciando o endividamento consolidado da Companhia, e consequentemente os indicadores de alavancagem.

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado		
			31.12.17		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Non Deliverable Forwards	Dólar Americano	Compra	779	2.577	(20)

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.17			31.12.16		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Dólar Americano	Compra	(5.513)	(18.237)	(2.316)	49.783	162.248	2.933

a.2.2 EXPOSIÇÃO ao C\$ (Dólar Canadense)



	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
OPERACIONAL		
Contas a receber	5.496	9.960
Pedidos de venda	20.568	12.537
Fornecedores	-	(163)
Subtotal	26.064	22.334
Total da exposição	26.064	22.334
DERIVATIVOS		
Deliverable Forwards (DF's)	6.864	57.911
Total dos derivativos	6.864	57.911
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	32.928	80.245

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do câmbio em 25%		Cenário (III) Variação do câmbio em 50%				
			Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado	
				Consolidado			Consolidado			Consolidado	
Operacional	Apreciação	2.4258	2.3669	(536)	1.9758	(6.516)	1.3172	(13.032)			
Derivativos de proteção cambial	Depreciação	2.4258	2.3669	(141)	1.9758	(1.716)	1.3172	(3.432)			
				<u>(677)</u>		<u>(8.232)</u>		<u>(16.464)</u>			

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.17			31.12.16		
			Nacional (CAD)	Nacional (R\$)	Valor justo	Nacional (CAD)	Nacional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Dólar Canadense	Compra	2.606	6.864	(409)	23.873	57.911	531

a.2.3 EXPOSIÇÃO ao € (EURO)

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
OPERACIONAL		
Caixa e equivalentes	38.285	38.726
Contas a receber	227.215	336.522
Pedidos de venda	432.811	363.405
Fornecedores	(65.308)	(55.700)
Pedidos de compra	(16.056)	(21.221)
Subtotal	616.947	661.732
FINANCEIRO		
Partes relacionadas (net)	2.275	(85.664)
Empréstimos e financiamentos	(397.756)	(615.717)
Subtotal	(395.481)	(701.381)
Total da exposição	221.466	(39.649)
DERIVATIVOS		
Deliverable Forwards (DF's)	(107.603)	53.032
Non Deliverable Forwards (NDF's)	(26.811)	9.360
Total dos derivativos	(134.414)	62.392
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	87.052	22.743

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do câmbio em 25%		Cenário (III) Variação do câmbio em 50%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
Financeiro	Depreciação	3.9693	3.8875	8.087	2.977	98.109	1.7192	222.458
Operacional	Apreciação	3.9693	3.8875	(12.714)	2.977	(154.233)	1.7192	(308.466)
Derivativos de proteção cambial	Apreciação	3.9693	3.8875	2.770	2.977	33.603	1.7192	67.205
				<u>(1.857)</u>		<u>(22.521)</u>		<u>(18.803)</u>

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.17			31.12.16		
			Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Euro	Compra	(27.109)	(107.603)	275	15.423	53.032	(2.027)

a.2.4 EXPOSIÇÃO à £ (Libras Esterlinas)

D. EXPOSIÇÃO em £ (Libras Esterlinas)	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
OPERACIONAL		
Caixa e equivalentes	462	99
Contas a receber	82.550	69.733
Pedidos de venda	117.525	55.093
Fornecedores	(33.398)	(15.821)
Subtotal	167.139	109.104
Total da Exposição	167.139	109.104
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	-	(38.491)
Deliverable Forwards (DF's)	(46.833)	(50.001)
Non Deliverable Forwards (NDF's)	(44.477)	-
Total dos derivativos	(91.310)	(88.492)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	17.794	(7.714)

Análise de sensibilidade

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do câmbio em 25%		Cenário (III) Variação do câmbio em 50%	
			Câmbio	Efeito ao resultado	Câmbio	Efeito ao resultado	Câmbio	Efeito ao resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
Operacional	Apreciação	4,4714	4,3734	(3.663)	3,0273	(41.783)	2,0182	(83.570)
Derivativos de proteção cambial	Depreciação	4,4714	4,3734	3.285	3,0273	37.468	2,0182	74.940
				<u>(378)</u>		<u>(4.315)</u>		<u>(8.630)</u>

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.17			31.12.16		
			Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Libra Esterlina	Venda	(435.216)	(12.795)	1.217	(455.947)	(12.730)	1.649

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.17			31.12.16		
			Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo
Non Deliverable Forwards	Libra Esterlina	Venda	(22.783)	(101.873)	(486)	(11.019)	(44.477)	-

b. Risco de preços de commodities

A Subsidiária JBS atua globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo de soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities da Companhia e propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias para mitigar tais exposições.

Parte significativa dos insumos da JBS são ativos biológicos. Visando manter o fluxo contínuo destes insumos, a JBS utiliza contratos de compra a termo com os fornecedores. Para complementar a compra a termo, a JBS utiliza instrumentos derivativos para mitigar exposições específicas, principalmente os contratos futuros, para mitigar o impacto da flutuação do preço - nos estoques e contratos de venda. A JBS julga adequado assumir o valor médio gasto com os insumos como parâmetro indicativo de valor operacional a ser protegido pelos contratos firmes.

b.1 Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (boi) - JBS

O ramo de atuação da Subsidiária JBS está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. As compras a termo de gado podem ser negociadas com preço em aberto (preços marcados ao preço atual no dia de entrega) ou preços fixos. A Companhia pode utilizar contratos futuros negociados na BM&F Bovespa para equilibrar as exposições.

Os fatores que influenciam a estratégia de redução de risco do preço de commodities são os prazos dos contratos a termo para compras de gado, considerando todos os valores e prazos negociados.

A exposição da JBS às flutuações de preços de gado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição em cada período.

EXPOSIÇÃO em Commodities (boi)	31.12.17	31.12.16
Contratos firmes de compra de boi	26.306	1.353
Subtotal	26.306	1.353
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	(23.666)	-
Subtotal	(23.666)	-
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	2.640	1.353

Análise de sensibilidade:

Exposição	Risco	Preço atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da @ em 25%		Cenário (III) Variação da @ em 50%	
			Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
Operacional	Depreciação	146	142,82	(573)	109,5	(6.577)	73	(13.153)
Derivativos de proteção cambial	Apreciação	146	142,82	515	109,5	5.917	73	11.833
				(58)		(660)		(1.320)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	31.12.17			31.12.16		
			Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro BM&F	Commodities (Boi)	Venda	480	(23.666)	(10)	-	-	-
	Commodities (Grãos)	Venda	1.597	(3.978)	(631)	5.096	(34.520)	(170)

b.2 Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (grãos) da subsidiária indireta Seara Alimentos:

O ramo de atuação da subsidiária indireta Seara Alimentos está exposto à volatilidade dos preços de grãos, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

A Seara Alimentos, de acordo com sua política de gerenciamento de estoque, iniciou a estratégia de gestão de risco de preço de grãos atuando no controle físico, que inclui expectativas de consumo futuro, compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, através da contratação de hedge de futuro de grãos na BM&F, CME e no mercado de balcão, através de NDFs (Non-Deliverable Forwards), visando garantir o preço de mercado.

Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VaR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço de grãos da Seara Alimentos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

EXPOSIÇÃO em Commodities (Grãos)	Seara Alimentos	
	31.12.17	31.12.16
OPERACIONAL		
Pedidos de compras	61.239	-
Subtotal	61.239	-
DERIVATIVOS		
Non Deliverable Forwards (NDF's)	(3.978)	(34.520)
Subtotal	(3.978)	(34.520)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	57.261	(34.520)

Análise de sensibilidade:

Exposição	Risco	Preço atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da @ em 25%		Cenário (III) Variação da @ em 50%	
			Efeito no resultado		Efeito no resultado		Efeito no resultado	
			Preço	Consolidado	Preço	Consolidado	Preço	Consolidado
Derivativos de proteção cambial	Apreciação	-	(0,025)	99	(0,25)	995	(0,5)	1.989
				(1.432)		(14.315)		(28.631)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	31.12.17			31.12.16		
			Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro BM&F	Commodities	Venda	5.096	(34.520)	(170)	5.096	(34.520)	(170)

b.3 Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities da subsidiária indireta JBS USA

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço de "commodities" da subsidiária integral JBS USA em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 demonstrados abaixo estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	JBS USA	
	31.12.17	31.12.16
OPERACIONAL		
Contratos firmes de compra	10.078.159	8.812.593
Subtotal	10.078.159	8.812.593
DERIVATIVOS		
Contratos futuro e opções	(4.749.990)	(3.248.775)
Subtotal	(4.749.990)	(3.248.775)
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	5.328.169	5.563.818

Análise de sensibilidade

Risco de commodities JBS USA		Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do preço em 25%		Cenário (III) Variação do preço em 50%	
Exposição	Risco	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
			JBS USA		JBS USA		JBS USA
Operacional	Depreciação dos preços de commodities	(1,85)%	(186.446)	(25,00)%	(2.519.540)	(50,00)%	(5.039.080)
Derivativos de proteção cambial	Depreciação dos preços de commodities	(1,85)%	87.875	(25,00)%	1.187.498	(50,00)%	2.374.995
			(98.571)		(1.332.042)		(2.664.085)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	31.12.17			31.12.16		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Futuro BM&F	Commodities (boi)	Venda	480	(23.666)	(10)	-	-	-

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	31.12.17			31.12.16		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Commodities (boi)	Venda	(1.435.910)	(4.749.990)	(86.375)	(996.832)	(3.248.775)	(99.360)

b.4 Risco de preços na compra de madeira Eldorado

A Eldorado está exposta à volatilidade dos preços da madeira para novos contratos não fechados, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração tais como clima, volume de oferta, custos de transporte, políticas silviculturais e outros. A Eldorado, com o objetivo de garantir matéria-prima para operacionalização de sua fábrica, vem efetuando compras de madeira para entrega futura, com pagamentos parciais antecipados, não ficando exposta a volatilidade de preços para os contratos já firmados.

	31.12.17	31.12.16
Valor estimado de contratos firmes - R\$	733.888	732.083
Adiantamentos efetuados	(454.949)	(377.776)
TOTAL	278.939	354.307

O risco nas variações de preço são mitigados pela efetiva entrega da madeira, momento em que será reconhecida a obrigação com fornecedores e o respectivo estoque, ambos pelo valor fixo do fechamento do contrato. Assim, conforme cronograma, os estoques de madeira que ainda não foram entregues não estando sujeitos aos respectivos risco do compromisso de pagamento e, principalmente, não estão sujeitos ao risco quanto à oscilação do preço das madeiras.

Os riscos de não recebimento da madeira são mitigados pelo constante acompanhamento do desenvolvimento das florestas pelos seus especialistas.

c. Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção.

Para o caso das operações financeiras que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), a Companhia emprega limites de exposição

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

definidos pela Comissão de Gestão de Riscos, baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

Montantes aplicados em títulos privados (notadamente Certificados de Depósitos Bancários), bem como valores justos acumulados a receber em operações de proteção contratadas com bancos, devem obedecer a seguinte tabela de limites para que o volume total não ultrapasse um determinado percentual do patrimônio líquido da instituição financeira (%PL). Em conjunto, devem ser observados os limites quanto ao horizonte de tempo (horizonte máximo) para que a aplicação seja resgatada.

Categoria	%PL	Horizonte máximo
AAA	2 %	5 anos
AA	1 %	3 anos
A	0,5 %	2 anos
BBB	0,25 %	1 ano

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	862.751	46.112	13.139.986	11.662.317
Contas a receber de clientes	6	327	8.015	9.436.827	11.408.757
Títulos a receber	11	606.220	87.200	606.220	87.200
Créditos com empresas ligadas	12	39.843	40.705	873.900	1.340.026
		1.509.141	182.032	24.056.933	24.498.300

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas poderão ter em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez mediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia e suas controladas com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre "EBITDA" em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Caixa e equivalentes de caixa	13.139.986	11.662.317
Empréstimos e financiamentos no CP	(13.744.297)	(22.355.960)
Indicador de liquidez modificado	(0,96)	(0,52)
Indicador de alavancagem ¹	5,6x	4,2x

¹ Para o cálculo da alavancagem é utilizada a taxa de conversão da cotação do último dia do período. O referido critério tem por finalidade equiparar a dívida líquida e o EBITDA à mesma taxa cambial.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	Controladora									
	31.12.17					31.12.16				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	8.739	-	-	-	8.739	2.930	-	-	-	2.930
Débitos com empresas ligadas	155.258	268.075	-	-	423.333	141.093	426.910	473.600	-	1.041.603
Empréstimos e financiamentos	128.645	778	-	-	129.423	774.619	372.569	1.000.784	1.450.000	3.597.972
Débitos com terceiros	-	-	-	-	-	7.805	-	-	-	7.805

Consolidado

	31.12.17					31.12.16				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	10.147.975	-	-	-	10.147.975	11.888.086	-	-	-	11.888.086
Débitos com empresas ligadas	155.258	89.405	-	-	244.663	141.093	296.246	-	-	437.339
Empréstimos e financiamentos ¹	13.744.297	10.572.991	33.160.847	-	57.478.135	22.355.960	6.669.875	14.305.334	28.648.021	71.979.190
Passivos(Ativos) financeiros derivativos	118.684	-	-	-	118.684	149.675	-	-	-	149.675
Débitos com terceiros	73.156	28.241	11.550	77	113.024	168.919	83.918	13.200	5.027	271.064

¹ Inclui juros sobre o saldo de empréstimos e financiamentos. Os pagamentos são estimados pela taxa variável da dívida com base na taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Pagamentos em moeda estrangeira são estimados com base nas taxas de câmbio de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

A subsidiária JBS possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 54.389 (R\$ 33.630 em 31 de dezembro de 2016). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

A subsidiária indireta JBS USA e suas controladas, possuem títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 353.625 (R\$ 254.862 em 31 de dezembro de 2016). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

Outras garantias consideradas relevantes estão descritas detalhadamente na nota explicativa de Empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas não possuem garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

34 Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de junho de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho:	Márcio Antonio Teixeira Linares
Vice-Presidente:	Francisco de Assis e Silva
Membro do Conselho:	Sergio Roberto Caldas Junior
Membro do Conselho:	Érico de Arruda Holanda

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro 2017; e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

DIRETORIA EXECUTIVA

Vice Presidente:	André Alcantara Ocampos
-------------------------	-------------------------

Contador:	Danilo dos Reis (CRC SP: 299039/O-8)
------------------	--------------------------------------

* * * * *